

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Victor Wollinger da Cunha

QUESTÃO DE ORDEM: POLÍTICA E REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL
NA UFSC EM 1964

Florianópolis

2021

Victor Wollinger da Cunha

QUESTÃO DE ORDEM: POLÍTICA E REPRESSÃO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL
NA UFSC EM 1964

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Roselane Neckel

Florianópolis
2021

Ficha de identificação da obra

Cunha, Victor Wollinger da
Questão de ordem: política e repressão ao
movimento estudantil na UFSC em 1964 /
Victor Wollinger da Cunha; orientadora,
Roselane Neckel, 2021.
119 p.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)
-
Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Graduação em História, Florianópolis, 2021.
Inclui referências.
1. História. 2. ditadura. 3. movimento
estudantil. 4. UFSC. 5. repressão.
I. Neckel, Roselane. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 23 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 14 horas, por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof.^a **Roselane Neckel** (orientadora), Prof. **Paulo Pinheiro Machado** (membro) e Prof. **Rodrigo Alexandre Sartoti** (membro), designados pela Portaria TCC nº 29/HST/CFH/2021, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Victor Wollinger da Cunha**, intitulado: “**Questão de Ordem: Política e repressão ao movimento estudantil na UFSC em 1964**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidenta, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof.^a **Roselane Neckel**, nota 10,0, Profa. **Paulo Pinheiro Machado**, nota 10,0, Prof. **Rodrigo Alexandre Sartoti**, nota 10,0, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 30 de setembro de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 23 de setembro de 2021.

Prof.^a. (Orientadora):.....

Documento assinado digitalmente
Roselane Neckel
Data: 23/09/2021 16:30:53-0300
CPF: 641.354.119-91
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Membro):.....

Documento assinado digitalmente
Paulo Pinheiro Machado
Data: 23/09/2021 15:42:39-0300
CPF: 415.676.840-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(Membro):.....

Documento assinado digitalmente
Rodrigo Alessandro Sartoti
Data: 23/09/2021 19:25:40-0300
CPF: 065.071.099-16
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidato):.....

Documento assinado digitalmente
Victor Wollinger da Cunha
Data: 23/09/2021 16:57:28-0300
CPF: 083.769.739-59
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Victor Wollinger da Cunha, matrícula n.º 14101980, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Questão de Ordem: Política e Repressão ao Movimento Estudantil na UFSC em 1964, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 29 de setembro de 2021.



Documento assinado digitalmente

Roselane Neckel

Data: 29/09/2021 17:53:51-0300

CPF: 641.354.119-91

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientadora

Ao meu pai, Antônio, e minha mãe, Míriam, por todo o afeto, compreensão e sabedoria de vida que sempre me deram.

Ao movimento estudantil da UFSC, epicentro das lutas e contradições da juventude ufsquiiana. Ontem, hoje e sempre.

AGRADECIMENTOS

Este TCC foi resultado de um longo processo. Muitas mãos contribuíram para que ele saísse do papel, e sou grato a todos que estiveram, de alguma forma, presentes nessa trajetória.

Agradeço aos meus pais, Antônio e Míriam, pela paciência e pela grandessíssima ajuda que prestaram em todo o processo de pesquisa e por todos os ensinamentos de vida nesses meus 27 anos. À Bárbara, pelo companheirismo e ajuda presentes em todas as horas. À Fátima Sabino, por conceder não apenas livros que foram fundamentais para a pesquisa, mas também pelo conhecimento compartilhado e as muitas horas de conversa e motivação que ajudaram todo o processo de pesquisa. À Marise da Silveira, que me concedeu uma série de livros maravilhosos sobre o tema tratado neste TCC, boa parte deles presente no texto. À Márcia e à Ivonete, que durante minha vida toda fomentaram meu pensamento crítico, minha leitura, me ajudaram a ver o mundo de diferentes formas, sempre com muito amor e compreensão. Ao meu tio Paulo, por toda a ajuda, ensinamentos e amor que sempre me deu.

À professora Roselane Neckel, que me orientou de forma a me proporcionar liberdade na elaboração, abraçando algumas de minhas loucuras e me ajudando a encontrar caminhos de pesquisa que eu nem imaginava. Ao professor Rodrigo Sartoti, pela inspiração, pela apresentação de documentos cruciais para esta pesquisa e pela amizade desenvolvida nesta trajetória.

A todos os membros da Comissão de Memória e Verdade da UFSC, em especial Marli Auras e Jean-Marie Farines, por toda a ajuda e incentivo à pesquisa. A todas e todos que foram bolsistas da CMV-UFSC, em especial a Cecília Brancher, brilhante pesquisadora e grande amiga e camarada.

Agradeço também às gestões que ocuparam a União Catarinense das e dos Estudantes (UCE) e o DCE Luís Travassos durante os anos de 2015 e 2016, que concederam acesso aos seus arquivos, e à Divisão de Arquivo Central da UFSC pelo mesmo motivo.

Agradeço a todos meus amigos, colegas e camaradas de movimento estudantil, em especial aqueles que estiveram presentes na minha trajetória de movimento estudantil: Centro Acadêmico Livre de História (CALH-UFSC), DCE Luís Travassos, UCE e Federação do Movimento Estudantil de História (FEMEH). Vocês são gigantes.

Por fim, a todas as pessoas que, mesmo não citadas diretamente neste trabalho, contribuíram para que tudo isso aqui acontecesse. Seriam nomes demais, mas saibam que os guardo comigo.

*Que vivan los estudiantes
Jardín de nuestra alegría
Son aves que no se asustan
De animal ni policía
Y no le asustan las balas
Ni el ladrar de la jauría
Caramba y zamba la cosa
Qué viva la astronomía!*

“Me gustan los estudiantes” – Mercedes Sosa

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir as relações entre o movimento estudantil, estado e a administração central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 1964, buscando observar aspectos de uma “cultura política” estudantil surgida em Santa Catarina a partir da década de 1950 até a efetiva deflagração do golpe civil-militar de 1964, que reorganizou toda a estrutura independente criada nas décadas anteriores e impôs, no decorrer da implementação da ditadura, grandes sanções e formas de controle político e social sobre os estudantes. Também serão analisadas as disputas políticas em volta da criação e consolidação da UFSC no início da década de 1960 e as ações de resistência e adesão ao golpe durante o ano de 1964.

Palavras-chave: estudantes, ditadura, UFSC, golpe.

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the relationship between the student movement, the state and the central administration of the Federal University of Santa Catarina (UFSC) in 1964, seeking to observe aspects of a student “political culture” that emerged in Santa Catarina from the decade on. from 1950 until the effective outbreak of the civil-military coup in 1964, which reorganized the entire independent structure created in previous decades and imposed, during the implementation of the dictatorship, major sanctions and forms of political and social control over students. The political disputes surrounding the creation and consolidation of the UFSC in the early 1960s and the actions of resistance and adhesion to the coup during 1964 will also be analyzed.

Keywords: students, dictatorship, UFSC, coup d'état.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Ação Católica
AI – Ato Institucional
AIA – Aliança Independente Acadêmica
AIB – Ação Integralista Brasileira
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASI – Assessoria de Segurança e Informação
BU – “Brasil, Urgente”
CA – Centro Acadêmico
CAD – Coligação Acadêmica Democrática
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CAXIF – Centro Acadêmico XI de Fevereiro
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CMV – Comissão de Memória e Verdade da UFSC
CPC – Centro Popular de Cultura
CPEC – Casa Provisória do Estudante Catarinense
CRUB – Conselho de Reitores de Universidade Brasileiras
CUn – Conselho Universitário
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DA – Diretório Acadêmico
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DEE – Diretório Estadual dos Estudantes
DEOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
DNE – Diretório Nacional dos Estudantes
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
FDLN – Frente Democrática de Libertação Nacional
FEUSC – Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina
FEV – Federação dos Estudantes Vermelhos

FJCB – Federação da Juventude Comunista Brasileira
FMJD – Federação Mundial das Juventudes Democráticas
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
ITT – International Telephone Telegraph Company
JAC – Juventude Agrária Católica
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MTF – Movimento Terceira Força
PAP – Partido Acadêmico Progressista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrático Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PRA – Partido de Renovação Acadêmica
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SNI – Serviço Nacional de Informações
STF – Supremo Tribunal Federal
TAC – Transportes Aéreos Catarinenses
TFP – Tradição, Família e Propriedade
UB – Universidade do Brasil
UCE – União Catarinense dos Estudantes
UDN – União Democrática Nacional
UEE – União Estadual dos Estudantes
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UIE – União Internacional dos Estudantes

UJC – União da Juventude Comunista

UME – União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro

UMG – Universidade de Minas Gerais

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

URRJ – Universidade Rural do Rio de Janeiro

USC - Universidade de Santa Catarina

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
À Guisa de Introdução - Política de memória e o historiador: Usos do passado no presente	6
1 CAPÍTULO I	19
1.1 Hegemonia: a ação popular e o Partido Comunista Brasileiro na disputa pelo controle da União Nacional dos Estudantes (UNE)	19
1.2 A União Catarinense dos Estudantes (UCE) e a Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina (FEUSC).....	35
2 CAPÍTULO II.....	49
2.1 Os primeiros dias do golpe na UFSC.....	49
2.2 A operação “limpeza” e as comissões de inquérito	78
3 CAPÍTULO III	92
3.1 Adesão ou resistência.....	92
3.2 Os estudantes catarinenses e a Lei Suplicy.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS E FONTES.....	114

INTRODUÇÃO

À Guisa de Introdução - Política de memória e o historiador: usos do passado no presente

Agora, em 2021, o golpe de estado que depôs João Goulart e instaurou uma ditadura no Brasil fez 57 anos. Nesse grande espaço de tempo, assistiu-se ao fim e ao reinício – lento e gradual – da democracia representativa brasileira, com o direito ao voto e garantias constitucionais firmadas na Constituição – apelidada de “Constituição Cidadã” – de 1988. Do fim do período de exceção, marcado por 1985 – quando saiu o último presidente militar do período ditatorial –, muita coisa mudou na sociedade brasileira. No entanto, muitas coisas também permaneceram. A violência e o terror de Estado deixam marcas que permanecem mesmo após seu “final” (BAUER, 2017, p. 16-17).

Segundo Caroline Bauer (2017), que pesquisou sobre a relação entre historiadores e a Comissão Nacional da Verdade:

Frequentemente utiliza-se a expressão “um passado que não passa”, cunhada por Henry Rousso para se referir às memórias do governo de Vichy na França, para se referir à história recente brasileira. A ditadura civil-militar é um passado que está presente, pois diversos mecanismos de interdição do passado, como a promulgação da Lei de Anistia e a manutenção por muitos anos da inacessibilidade dos arquivos da repressão, criaram uma “desmemória” sobre o período – a ausência de conhecimento fático sobre o que ocorrera. Somada às práticas de “normalização da sociedade e da política”, características do processo de transição política brasileiro, que resultou em um Estado democrático amparado na excepcionalidade, o próprio terror empregado pela ditadura como forma de dominação política reconfigurou a articulação entre presente, passado e futuro, fazendo com que determinados medos extrapolassem a cronologia política e permanecessem vigentes na sociedade (BAUER, 2017, p. 116).

Nesse sentido, a autora faz uma diferenciação entre o “tempo cronológico” de um “tempo duracional” – este último consistindo de um passado que “persiste”. Isso quer dizer que, embora seja inegável que tenha havido um “distanciamento cronológico” desde 1964 até 2021, nunca houve “uma separação caracterizada por uma ruptura simbólica” com o passado traumático da ditadura e do terror de estado – tivemos uma anistia “ampla, geral e irrestrita” que impediu o aprofundamento dos julgamentos de agentes do terror de Estado; tivemos uma “abertura lenta, segura e gradual” tutelada pelos militares e, quando os testemunhos e as memórias sobre o terror promovido pelo estado brasileiro, aqueles favoráveis e/ou participantes do terror negam, desacreditam, justificam a violência e chamam seus opositores de “revanchistas por não deixar a história ser virada” (BAUER, 2017, p. 69, 116-117).

Essa dupla violência perpetrada pelo Estado começou cedo no regime de exceção dos militares: Rodrigo Sartoti (2017) aponta que houve, desde o início da ditadura, uma busca pela sua legitimação jurídica. Nisto, o Direito entrou como mecanismo que apresenta as “razões do Estado”, um “poder simbólico de legitimação do exercício do poder político”. No Brasil, o Ato Institucional (AI, depois denominado de AI-1 com a decretação de outros) surgiu, ainda nos primeiros dias após o golpe, para servir como sustentáculo para a deposição de João Goulart e a movimentação armada que tomou o poder.

Se, outrora, afirmava-se, veementemente, que o historiador deveria observar o mundo e os seus objetos de estudo no topo de uma “torre de marfim” – ou seja, distante daquilo sobre o que está pesquisando -, essa percepção tem, nos últimos anos, sido questionada. Essa posição pretensamente “imparcial” e distanciada, descrita por Caroline Bauer (2017) como uma “inocência epistêmica”, falha ao tentar fazer-se real na pesquisa histórica: o historiador não é imparcial, ele lida com aspectos da realidade, utiliza o passado como forma de se compreender aspectos do presente – e, portanto, muitas vezes de sua própria realidade – visando, muitas vezes, a uma formulação do próprio futuro, que é quem lidará, afinal, com o que é produzido hoje (BAUER, 2017, p. 18-28).

A frase da autora suscita inúmeras perguntas sobre o que, afinal, seria a função de historiadores e historiadoras frente à lida com passados traumáticos. Primeiramente, o historiador não é juiz. Tal afirmação, aparentemente óbvia e redundante, traz mais perguntas que respostas: afinal, qual seria a função do juiz? Segundo Bauer (2017),

A tradição jurídica positivista, doutrina hegemônica no direito penal em muitos países, consubstanciou o papel do juiz como mero aplicador do direito, eximindo-o da faculdade de julgar. Daniel Feierstein, ao estudar esse fenômeno como consequência da busca de uma pretensa neutralidade, sugere desvincular a imposição da pena da noção de julgar, que é muito mais ampla, relaciona-se a aspectos da justiça e da moral, e que nunca se circunscreveu ao âmbito jurídico, estando presente nas práticas e instituições que possuem um caráter normativo, como a historiografia; desta forma, os historiadores poderiam julgar, no sentido moral que comporta o termo. Semelhante consideração pode ser elaborada para o campo da história, quando as demandas impostas para conferir o status de cientificidade para a produção historiográfica exigem a mesma neutralidade ou objetividade, na contramão de uma historiografia comprometida ética e politicamente. Afinal, supor que certos enunciados científicos são verdadeiros não significa que possuam preceitos éticos ou morais (BAUER, 2017, p. 53-54).

Tal afirmação de Bauer sobre a função “moral” do historiador frente ao passado traumático pode imbuir-se, ainda, de mais uma camada: a Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979, denominada “Lei de Anistia”, impediu e impede, até hoje, que a justiça leve a julgamento os agentes diretos e indiretos do terror de estado da ditadura. Mesmo tendo sido repetidamente

questionada por organismos internacionais nas últimas décadas, a justiça brasileira ainda mantém a referida lei, permitindo que se leve a cabo uma política de silenciamento e de conseqüente continuidade do terror, um terror silencioso e que alimenta dores, rancores e até negacionismos. A Lei 6.683 de 1979 foi utilizada, até, para limitar a atuação da Comissão Nacional da Verdade, ainda em outubro de 2011 (BAUER, 2017, p. 34). Assim, a pergunta feita por Bauer acerca da função do historiador frente à investigação dos traumas do passado pode ser incrementada: qual o limite para o caráter julgador do historiador sobre crimes do passado, para além dos limites puramente profissionais? Qual a importância dos julgamentos éticos e morais sobre criminosos conhecidamente impunes, quando a função de aplicação de sanções e de julgamento aos criminosos de lesa-humanidade não tem sido feita nem mesmo pelos juízes, aqueles que de fato possuem essas atribuições?

A falta da discussão da sociedade brasileira acerca da ditadura e do golpe civil-militar ainda é muito grande. Embora diversas iniciativas tenham surgido nas últimas três décadas no sentido de discutir políticas de memória sobre o tema e importantes passos tenham sido dados, como o lançamento do relatório da Comissão Nacional da Verdade, que foi lançada em 2012 e terminada em 2014 durante o governo Dilma Rousseff, ela teve o objetivo de apurar e publicar, em um relatório final, informações sobre graves violações de direitos humanos perpetrados pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988.

Mesmo tendo surgido junto a muitas polêmicas ao redor de sua concepção – como, por exemplo, seu conceito de verdade considerado por alguns historiadores da área como “impositor” de uma versão oficial dos fatos, ou até a falta de historiadores em sua composição principal, majoritariamente composta de juristas –, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) ajudou na tarefa de expandir a discussão sobre a ditadura e o golpe civil-militar de 1964 (2014 também foi o aniversário de 50 anos do golpe) e, dentre suas recomendações, sugeria a criação de outras Comissões da Verdade locais: sindicais, estaduais, empresariais, universitárias, dentre muitas outras (BAUER, 2017, p. 19-41).

Nesse guarda-chuva, surgem, entre 2013 e 2014, a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright – de Santa Catarina – e, entre 2015 e 2018, a Comissão de Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC). Ambas foram fundamentais para aumentar a discussão no seio da sociedade catarinense acerca da violência de Estado – a CMV-UFSC, em especial, aprofundou e disponibilizou centenas de documentos que mostram, dentre muitas outras coisas: a relação da administração da UFSC com os órgãos de repressão, a repressão da reitoria diretamente a estudantes, técnicos e professores, casos de corrupção praticados pela reitoria e por seus

funcionários e o silenciamento daqueles que ousassem denunciar arbitrariedades e autoritarismos.

Com mais de uma dezena de membros, que foram entrando e saindo – e ~~mais~~ vários bolsistas –, ela contou, em seus dois volumes que totalizam quase mil páginas de informação, com documentos administrativos, material do movimento estudantil, entrevistas, depoimentos e textos de pesquisadores e diversas pessoas que participaram dos acontecimentos relatados (CMV-UFSC, 2018).

Ressalta-se, ainda, que a CMV não surgiu ao acaso: de seu início e percurso de trabalhos até sua conclusão, os trabalhos da Comissão foram também resultados de vontade política e compromissos para com a memória verdade e justiça, tanto das pessoas que trabalharam diretamente quanto das gestões que estiveram na reitoria da UFSC entre os anos de 2012 e 2018.

Todas essas “políticas de memória” voltadas à recuperação de memórias perdidas e “assassinadas” pelo silêncio do terror de Estado e pela Lei de Anistia fazem parte cada vez mais, segundo Bauer (2017), de uma constante “batalha da memória” sobre a ditadura. Em um ambiente social que tratou muito pouco ou quase nada de seu passado traumático, a memória coletiva é influenciada, também, pelos “revisionismos” e “negacionismos” da ditadura e de suas violências (BAUER (2017, p. 43-47).

Isso deixou margem para que surgissem figuras que, abraçando o legado dos militares, advogam pela ditadura, pela violência de estado e apelam até para o imaginário anticomunista. Esses grupos, que costumeiramente taxam as tentativas de rememoração do terror de estado em favor das vítimas e da revisão da Lei de Anistia de “revanchistas”, foram – e são, ainda – cristalizados na figura de um ex-militar, que está há quase trinta anos na política – tempo em que, quando parlamentar, não apresentara nada de útil à Câmara dos Deputados e que sempre evocou a ditadura, inclusive exaltando torturadores (BAUER, 2017, p. 153-157). Jair Bolsonaro, apoiador declarado de chacinas e torturas, foi eleito presidente em outubro de 2018, e seu governo desastroso e apoiado por grupos ultraconservadores, foi responsável por mais de meio milhão de mortes por COVID-19 até o presente momento pela forma como tem gerenciado a pandemia no Brasil. Sua postura tem enfraquecido, também, os mecanismos de combate à tortura no país.

Neste momento, portanto, é fundamental que surjam pesquisas voltadas ao questionamento deste que é agora um discurso oficial daqueles que estão no governo: o de que a ditadura teria sido um “mal necessário”. Isso representa a continuidade da “política do silêncio” das classes dominantes e dos participantes e beneficiários da ditadura, de empresários,

clubes militares, dentre outras iniciativas de negacionismos das violências que crescentemente surgem. Aí reside, para Bauer, parte da “função” do historiador, a de ligar as memórias dispersas à história, ligar o passado com o presente e atribuir sentido a questões que parecem, muitas vezes, individuais: olhar o passado e atribuir voz aos que tiveram, repetidamente, seu direito à dignidade e à justiça negado (BAUER, 2017, p. 165-171).

O período do golpe de 1964, localizado na turbulenta década de 1960, foi abordado de diferentes formas e por diferentes grupos no decorrer da história brasileira. Na academia, segundo Fico (2005), a discussão começou não com os historiadores, mas com os cientistas sociais – mais especificamente os brasilianistas –, muitos destes ainda durante a ditadura militar.

De lá até hoje, após análises de historiadores das mais diversas linhas e abordagens de pesquisa, muitas perguntas fundamentais foram feitas e permanecem como linhas orientadoras: quais foram, afinal, as “causas” para esse acontecimento? Seria por uma “fragilidade” do governo e das políticas de João Goulart? Seria pela iniciativa dos militares golpistas? Pelas “estruturas econômicas e sociais” sob as quais a sociedade brasileira foi – e está – fundamentada (FICO, 2005, p. 26)?

Todas essas perguntas, e muitas outras, foram sendo desenvolvidas e se inserem como parte do que é, hoje, uma extensa bibliografia sobre o tema, que engloba diferentes pontos de vista da resistência ao golpe a partir dos movimentos sociais: movimentos feministas, LGBTIs, movimentos e organizações de esquerda, movimento sindical, movimento negro, indígenas, dentre muitas outros.

O enfoque deste trabalho, no entanto, está no movimento estudantil na década de 1960. Embora seja objeto tangente em nosso estudo, a formação do movimento estudantil universitário em âmbito nacional serve, aqui, como caminho que conduz ao que, de fato, é o objeto de estudo central: o movimento estudantil universitário em Santa Catarina na primeira metade da década de 1960.

Segundo Arthur Poerner, que quando jovem descreveu, em seu clássico livro “O poder jovem”, de 1968, a “forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil” é o movimento estudantil. Esse movimento no Brasil era semelhante em muitos aspectos – mas diferente em muitos outros – a seus análogos latino-americanos. A atuação e intervenção dos estudantes na política do Brasil perpassou, assim como o século XIX, os três regimes políticos do país: Colônia, Império e República – nos dois primeiros, com enfoque especial para os estudantes secundaristas. Resultado de diversas influências culturais e políticas inerentes aos diferentes períodos em que existiu, foi somente na década de 1930 que, finalmente, o

movimento estudantil universitário brasileiro organizou-se nacionalmente ao redor de uma entidade representativa e democrática: a União Nacional dos Estudantes – UNE (POERNER, 2004, p. 48-53).

O movimento estudantil é carregado de contradições em seu seio, é uma massa heterogênea marcada pelas ações de sujeitos com diferentes posições políticas, credos e paixões a que seus membros estão sujeitos, “aos fatores conjunturais do desenvolvimento histórico”, tendo “momentos de fluxo e refluxo” na sua atuação – incluindo, de acordo com a conjuntura e disposição de forças políticas apresentadas na própria sociedade, representantes reacionários e até aqueles que, durante e depois da vida universitária, converter-se-iam em conservadores agentes da ordem social posta (MORETTI, 1984, p. 8-14).

A década de 60, marcada por uma conjuntura nacional e internacional conflituosa e envolta na atmosfera da Guerra Fria, foi o período de criação e consolidação da Universidade Federal de Santa Catarina. No ano de 1960, por meio da aprovação da Lei 3.849, foi levado a cabo o projeto da cidade universitária, que abarcaria as faculdades já existentes em Florianópolis, como as de Ciências Econômicas, Farmácia, Bioquímica, Filosofia, Medicina e Serviço Social, Direito e Engenharia que eram distribuídas por Florianópolis (SILVA; GADOTTI, 2000, p. 51). Junto à Universidade, o movimento estudantil catarinense também teve novos desafios, nova organização e grande diversidade de lutas para travar em seu horizonte.

O tema deste trabalho começou a ser idealizado, ainda germinal, no meu segundo ano de faculdade. Entre abril de 2015 e dezembro de 2016, tive a oportunidade de trabalhar como bolsista na Comissão Memória e Verdade da UFSC, na qual aprofundi meus estudos sobre a ditadura brasileira e suas relações e impactos na Universidade Federal de Santa Catarina. Fui responsável, principalmente, por estudar o movimento estudantil e as comissões de inquérito criadas internamente para investigar e punir “elementos subversivos” das três categorias componentes do corpo universitário. Em minhas pesquisas, surgiu minha vontade de colocar no papel aquilo que as fontes (sobretudo ofícios das entidades estudantis e documentos da UFSC e de órgãos de repressão) que eu pesquisava me diziam sobre a situação dos estudantes.

Dando continuidade à pesquisa, este Trabalho de Conclusão de Curso propõe ampliar as reflexões sobre a documentação e leituras sobre o Golpe de 1964, para analisar seus impactos sobre a USC e sua comunidade, especialmente sobre os estudantes. Inicialmente as perguntas que geraram o tema deste trabalho foram: como era e como se organizava o movimento estudantil universitário catarinense, mais especificamente o da UFSC, antes do golpe e da repressão que levaria tantos presos arbitrariamente? Quais eram suas correntes políticas, e, por

fim, qual seria a participação da administração da Universidade nas arbitrariedades que ocorreram no primeiro ano de ditadura?

Neste trabalho, portanto, o objetivo é investigar: a ação, política e formas de resistência dos estudantes, a repressão vinda das forças militares golpistas e de grupos civis e, por último, mas não menos importante, a adesão (ou não) ao golpe por parte de membros da comunidade universitária.

Em 1964, diante da efetivação do golpe civil-militar que depôs o então presidente João Goulart, entidades estudantis como a Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina (FEUSC), o Centro Acadêmico XI de Fevereiro, a União Catarinense dos Estudantes (UCE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) sofreram, junto com as organizações políticas e entidades de base, cada vez mais repressão do novo regime. Neste trabalho, portanto, busca-se apresentar alguns episódios que exemplificam como, afinal, se deu essa relação entre estudantes e os representantes das autoridades do Estado na Universidade.

Sobre o recorte temporal deste estudo, definiu-se que abrangerá o ano letivo de 1964 por dois motivos: o primeiro refere-se à necessidade de perceber o processo de institucionalização e capilarização, na UFSC, das formas de repressão, mostrando participação da sociedade civil e, conseqüentemente, do corpo universitário, na investigação e perseguição aos dissidentes políticos do regime; o segundo motivo diz respeito à relativa falta de referências históricas sobre o momento de consolidação do golpe na UFSC.

Embora a quantidade de material historiográfico sobre a ditadura em Santa Catarina (e, mais especificamente, que trate do movimento estudantil) ainda seja pouca, viu-se nas duas últimas décadas surgirem grandes referências para o tema – como o livro “UFSC 50 anos: trajetórias e desafios”, organizado por Alita Kuchler (2010), cuja parte histórica foi orientada por Roselane Neckel e as contribuições de Ana Lize Brancher e Reinaldo Lonh (2014), estes últimos organizadores do livro *Histórias na Ditadura: Santa Catarina (1964-1985)*.

Também constituem fontes desta pesquisa: trabalhos como a dissertação de mestrado *Juristas e Ditadura*, de Rodrigo Alessandro Sartoti, que traz a análise da história da Faculdade de Direito da UFSC entre 1964 e 1968 sob uma perspectiva da história política; o relatório final da Comissão Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC), que é considerado uma das maiores referências sobre o tema por apresentar e catalogar novas informações sobre a institucionalização da ditadura na UFSC e a relação entre o novo regime e sua administração central. A CMV-UFSC traz em seu relatório dados técnicos, análise de documentação, entrevistas e textos de atuais e antigos membros do corpo acadêmico a fim de trazer à tona verdades que foram suprimidas e silenciadas durante anos sobre a UFSC na ditadura. Mais

recentemente, o Relatório Final foi publicado na forma de livro: *Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil militar* (2021), organizado por Jean-Marie Farines, Laura Tuyama e Marli Auras, que foram membros da CMV-UFSC.

Para a discussão pertinente dos diferentes elementos presentes na narrativa, este TCC foi dividido em três capítulos, cada um com dois subcapítulos. O primeiro capítulo do TCC tratará, em um primeiro momento, das origens das duas principais organizações políticas estudantis universitárias em Santa Catarina: de um lado, o Partido Comunista Brasileiro, com um longo histórico de clandestinidade e dificuldade na consolidação de suas frentes de atuação por conta de sua situação de ilegalidade, mas com muitos militantes organizados em diferentes entidades; de outro lado, a juventude católica, surgida dos apostolados leigos ligados à igreja, de passado conservador e suas transformações até se transformar, na década de 1960, na força hegemônica na política estudantil brasileira.

Para analisar o movimento comunista, utilizou-se o artigo “A ação da juventude comunista no movimento estudantil universitário brasileiro entre as décadas de 1920 e 1960”, de André Mattos (2017), em que o autor reflete sobre as diferentes tentativas de fundação de movimentos de juventude no seio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde pouco depois de sua fundação, em 1922, até a década de 1960, em que se organizaria em várias outras organizações diferentes (MATTOS, 2017, p. 2466).

Para analisar as juventudes católicas e o partido que seria fundado a partir delas, a Ação Popular (AP), utilizou-se uma série de textos: primeiro, Fábio Gavião (2007) proporcionou à narrativa as bases do “humanismo cristão”, posições ligadas ao clero progressista da Igreja Católica que estiveram no centro das mudanças de pensamento do cristianismo em meio à Guerra Fria; em Ridenti (1998), encontrou-se mais informações sobre as formas de organização da esquerda católica e a fundação, em 1962, da AP; Karolina de Sá (2015) e Cristiane Dias (2011) ajudaram, respectivamente, a compreender a atuação política dos católicos na defesa das Reformas de Base do governo Jango e entender como os jovens cristãos se organizavam no Sul do Brasil.

Em seguida, na segunda parte do primeiro capítulo, abordou a fundação e consolidação da União Catarinense de Estudantes (UCE) e as disputas estudantis que atravessaram esse processo até 1964. Aqui, foram utilizados sobretudo Rieder e Santos (1989), Icles Rodrigues (2010) e Serenito Moretti (1984) para discutir as formas de organização do movimento estudantil catarinense, por meio de suas campanhas públicas e de suas disputas internas. A discussão do primeiro capítulo vai até o final de 1963, ainda no governo Goulart.

O segundo capítulo trata do golpe: na primeira parte, há a discussão dos preparativos do golpe e as diferentes forças que estiveram ligadas à sua efetivação, na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964. Para tal, foi utilizada uma série de autores. Enquanto Joseph Comblin (1978) e Maria Helena Moreira Alves (2005) apresentaram as bases da Doutrina de Segurança Nacional utilizada pelas ditaduras militares na América Latina – como se deu sua aplicação na legitimação do processo golpista –, o texto de Rodrigo Patto Sá Motta (2007) foi consultado para tratar do anticomunismo no Brasil. Carlos Fico (2008), por sua vez, discute as estratégias dos governos estadunidenses para controlar a política brasileira, prática que culminaria, em 1964, em uma operação de apoio logístico aos militares golpistas pelo governo dos Estados Unidos: a “Operação Brother Sam” (FICO, 2008, p. 80). A partir daí, Motta (2014) será utilizado para tratar da implementação das primeiras políticas de investigação e repressão do novo regime sobre as universidades brasileiras, enquanto Marli Auras (2018) e Rodrigo Sartoti (2017) permitiram dialogar sobre a UFSC, tanto sobre o movimento estudantil da UFSC e catarinense quanto sobre a principal figura da administração da Universidade, o Reitor David Ferreira Lima, no processo de “varredura” dos subversivos e cassação das entidades estudantis.

Na segunda parte do segundo capítulo, há uma análise para exemplificar o funcionamento de uma Comissão de Inquérito, mecanismo de investigação criado ainda no início da ditadura pelo Ato Institucional nº 1, no primeiro mês após o golpe. Para essa abordagem, foram pesquisados documentos referentes à Comissão de Inquérito responsável por investigar técnicos, estudantes e professores da Universidade de Santa Catarina em busca de antecedentes de “subversão”, que ocorreu entre maio e junho de 1964. Para problematização dessas fontes, foram inspiradoras as obras de Rodrigo Patto Sá Motta (2014) e Rodrigo Sartoti (2017) para contextualização, assim como o primeiro capítulo do relatório final da Comissão de Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC), organizado por Marli Auras (2018). Todas as fontes primárias utilizadas neste capítulo foram analisadas e compiladas, anteriormente, pela CMV-UFSC, e constam na Divisão de Arquivo Central da UFSC.

No terceiro e último capítulo, há a discussão sobre a adesão ao golpe: a comunidade universitária catarinense, pluriclassista e com diversas opiniões políticas diferentes, teve orientações tanto contrárias quanto favoráveis ao golpe – incluindo muitos estudantes. Esse elemento de adesão ao novo regime, que se expressou das mais diversas formas, foi analisado a partir de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), Rodrigo Sartoti (2017) e diferentes textos e relatos presentes no relatório final da CMV-UFSC. Por fim, na segunda parte do capítulo, Sá Motta (2014) e Sartoti (2017) ajudaram a discutir a Lei nº 4464/64 (conhecida como “Lei Suplicy”, responsável por submeter os estudantes a uma estrutura organizativa tutelada) e a mobilização

estudantil contrária a ela, além dos impactos a curto prazo de sua efetiva implementação no final do ano.

Chega-se, assim, ao ponto que diz respeito às referências que fundamentaram este trabalho. Há muito tempo, a historiografia abandonou a certeza da neutralidade, reconhecendo que os historiadores possuem subjetividades e consciências. A exigência desse distanciamento afastava os historiadores da análise de contextos históricos próximos ou presentes (BAUER, 2017). Nesta pesquisa, há a clareza de estar escrevendo uma “História do Tempo Presente”.

Assim, este trabalho tomará como ferramentas metodológicas parte do acúmulo historiográfico sobre ditadura e memória, sobretudo os que abordam o tema pela história do tempo presente. Isso não só porque a historiografia do tempo presente no Brasil teve seu crescimento nas discussões sobre memória e repressão no período da chamada “distensão” e proporcionou ferramentas fundamentais à prática do historiador como a história oral, sobretudo a partir dos anos 1980 para (re)discutir as memórias ditadura, mas também porque é fundamental que sejam buscados elementos de continuidade que ajudem a explicar a atual conjuntura de reabilitação do golpe e da ditadura, como parte de um “dever de memória” do historiador com o que estuda, apresentando assim um fim social a esta pesquisa (FERREIRA, 2018).

Sobre a linha de análise do golpe e a sua caracterização, foi escolhida a tese de René Armand Dreifuss, de que o golpe de 1964 foi um golpe civil-militar em que se articularam militares e setores da elite econômica e política da sociedade civil sob a tutela de grandes empresários estrangeiros e o governo dos Estados Unidos (DREIFUSS, 1981). Atualmente várias pesquisas problematizaram essa conceituação, como é o caso de Carlos Fico (2005). Para o autor, “se a preparação do golpe foi de fato ‘civil-militar’, no golpe” em si os militares teriam sido os protagonistas.

Fico indica que houve, desde o princípio, uma “preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo governo, a exemplo do próprio Ato Institucional, que foi redigido pela junta militar que assumiu a presidência antes da escolha do nome de Castelo Branco (FICO, 2005, p. 38). Contudo, o objetivo deste trabalho pretende, ainda, destacar a participação de civis na repressão e na resistência antes, durante e pouco depois do golpe – de forma que a nomenclatura definida por René Dreifuss ajudará a elucidar o caráter heterogêneo dos movimentos envolvidos com a deposição de Goulart e o estabelecimento de um governo autoritário.

Outro conceito estruturante utilizado nessa pesquisa refere-se à “cultura política”. Essa ideia é importante para a compreensão dos rumos políticos de uma sociedade, para a percepção

de aspectos da constituição da “cultura política” de homens e mulheres que manifestavam suas opiniões pessoais ou coletivas, suas crenças e sentimentos nos movimentos que realizavam contra o regime autoritário. O entendimento sobre cultura política e a possibilidade de utilizá-lo nesta pesquisa indicam o conceito multidisciplinar, que foi bem apresentado por Karina Kuschnir Leandro Piquet Carneiro (1999), no artigo “As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política”. Para esses autores, “a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 227)

A cultura política, por ser uma categoria de análise do comportamento político, está vinculada a uma preocupação quanto às condições de desenvolvimento de sistemas políticos democráticos. “Dessa forma, em sua própria gênese, o conceito de cultura política não pode ser dissociado da ideia de um modelo de comportamento político nas democracias participativas”. O desafio nesta pesquisa é buscar trazer à cena elementos da cultura política democrática que passaram a ser reprimidos pela implantação de um regime autoritário (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 230).

Nesse sentido, também é importante reconhecer que nosso estudo está no campo da história política. Para tal, foi utilizado o texto “Cultura política, história política e historiografia”, de José Henrique Néspoli (2015). Nesse texto, o autor apresenta o processo da “renovação” da história política, processo que foi iniciado pelos Annalles ainda na década de 1970 como uma forma de utilizar uma abordagem política que não fosse mais focada nos “grandes nomes”, mas que abarcasse conceitos mais recentes (como a alternância entre durações, análises sociais e a alternância entre micro e macro história) (NÉSPOLI, 2015, p. 270-271).

E é justamente isso que se busca fazer aqui: para discutir as formas de organização do movimento estudantil, da administração da UFSC e ao mesmo tempo compreender os processos políticos que levaram ao golpe e a ditadura que se seguiu, será necessário utilizar diferentes conceitos e alternar entre diferentes pontos de vista apresentados na bibliografia e nas fontes.

Também os documentos da UFSC e das entidades estudantis foram analisados e fazem parte da Divisão de Arquivo Central da UFSC e do acervo da União Catarinense das e dos Estudantes (UCE). Pesquisou-se, também, no acervo disponibilizado e indexado pela Comissão Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC), disponíveis no relatório final produzido pela referida comissão. Nesse relatório, estão anexados ofícios, portarias, jornais e as transcrições de entrevistas realizadas pela comissão.

Os documentos escritos abrangem: ofícios da reitoria e das faculdades/centros e portarias, localizados na Divisão de Arquivo Central da UFSC; ofícios da UCE, da FEUSC, dos centros/diretórios acadêmicos e da UNE produzidos no ano de 1964, localizados no acervo da atual sede da UCE, na rua Álvaro de Carvalho, Florianópolis; cópia do Ato Institucional nº 1 e da Lei nº 4.464/64, disponíveis integralmente na página do Governo Federal.

Os ofícios referentes às comissões de inquérito, sobretudo a “Comissão de Inquérito designada para tomar providências referentes ao Ato Institucional” nº 1, baixada pela portaria nº 79/64, foram fundamentais para analisar as comissões investigativas recomendadas pelo MEC e organizadas pela reitoria da UFSC para investigar técnicos, estudantes e professores considerados subversivos, com atenção especial aos estudantes estrangeiros latino-americanos. Esses arquivos encontram-se integralmente na Divisão de Arquivo Central da UFSC, na pasta “Sindicâncias – 1964”. Também será utilizado como fonte o “Boletim Informativo da USC” nº 4, onde constam as portarias baixadas no ano de 1964 e informações institucionais gerais, além de separar algumas páginas para o relato de uma cerimônia em homenagem a Lincoln Gordon, então embaixador dos Estados Unidos da América, em sua visita à Universidade.

Cabe aqui um exemplo da forma como as fontes primárias foram utilizadas. A onda de investigações surgida a partir das orientações do governo golpista foi organizada nas universidades por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e aplicada pelas reitorias sob a forma de diferentes mecanismos. Esses mecanismos, como as Comissões de inquérito, demandaram muitos ofícios, portarias, relatórios gerais e processos administrativos que mostram não só que havia repressão nas instituições, mas também como ela era minuciosamente organizada. Nesses documentos, nomes de investigadores e investigados juntam-se a opiniões de membros da reitoria, listagem de desafetos políticos históricos e ligação com forças policiais e militares da região Sul, assim como aliados civis externos ao corpo acadêmico. Este trabalho busca analisar, a partir de exemplos documentados, como essas primeiras formas de repressão afetaram a estrutura universitária, seu corpo estudantil e os movimentos políticos existentes.

Foram analisados, também, documentos institucionais do MEC como telegramas endereçados à reitoria da UFSC e a Lei 4.464/64, que outorgou a primeira reorganização do movimento estudantil e de suas entidades sob a ditadura. Foram utilizados também documentos do Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF), disponibilizados pelo professor Rodrigo Alessandro Sartoti (2017) em sua dissertação e depois repassados à CMV-UFSC. Sobre a nota do CAXIF que chamava os estudantes a fazer um plebiscito sobre a Lei Suplicy, analisada no último capítulo, o próprio Rodrigo Sartoti me enviou uma cópia do documento digitalizado quando eu ainda era bolsista da CMV-UFSC.

Em tempos em que as posturas políticas, as compreensões do mundo de esquerda e os movimentos sociais são apresentados como “um problema”, como “balbúrdia” para a sociedade brasileira, é imprescindível apresentar a historicidade dos movimentos estudantis e no que eles acreditavam.

Atualmente, diante do negacionismo histórico, da exaltação do terror de Estado e da criminalização dos movimentos sociais, é mais do que pertinente questionar a construção da memória de que “não houve ditadura” e que o poder de estado foi utilizado para “reprimir o inimigo interno”. Considera-se, parafraseando Marcos Napolitano, que “essa narrativa não pretende ser neutra, mas objetiva o distanciamento” e compreende-se também que essa “não é uma tarefa simples, ainda mais porque ao olhar criticamente para 1964 e seus desdobramentos, o historiador precisa se equilibrar entre a história e a memória” (NAPOLITANO, 2018, p.12).

1 CAPÍTULO I

1.1 Hegemonia: a Ação Popular e o Partido Comunista Brasileiro na disputa pelo controle da União Nacional dos Estudantes – UNE

Para se ter uma boa noção sobre a política e o funcionamento do movimento estudantil universitário brasileiro na década de 1960, deve-se levar em conta os locais onde, em conjunto, a política se concretiza: as entidades estudantis - sobretudo a mais importante entidade representativa dos estudantes, a União Nacional dos Estudantes (UNE). No entanto, as lutas estudantis e as entidades que envolveram a trajetória da entidade não podem ser vistas como “expressões militantes de um movimento suspenso ou desconexo das disputas em torno de determinadas demandas e predominâncias políticas e ideológicas que grupos, organizações e partidos exerceram uns sobre os outros no seu interior” (MATTOS, 2017, p. 2461). A primeira parte deste capítulo traz, portanto, uma análise geral das disputas políticas do movimento estudantil a partir de algumas forças que o hegemonizaram nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo o Partido Comunista do Brasil (PCB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e, posteriormente, a Ação Popular (AP). É necessário, no entanto, que se apresente aqui as bases sob as quais a presente análise se alicerça: a história política.

A história política, até pouco tempo, ainda era vista por muitos como “tradicional ou positivista”, voltada para o estudo dos grandes fatos de “reis e heróis” ligados à formação e manutenção dos Estados nacionais de suas “classes dominantes”. Essa concepção, apresentada pelas primeiras gerações da escola dos Annales, criticava o “elitismo” e a narrativa “subjetiva” focada em acontecimentos de “curta duração” – ao contrário da historiografia dos Annales, que focava “nas massas” sob uma perspectiva de “longa duração”. Essa mudança começou a acontecer na década 1970, quando se iniciou um “movimento de renovação” da história política. Desenvolvido pela 3ª geração da escola dos Annales, esse movimento, que consistia, em um primeiro momento, de “assimilar” ferramentas de investigação dos Annales na história política, considerava que a historiografia pode ter “múltiplas durações”, e buscava corrigir o que considerava uma “confusão entre método e objeto que predominava na historiografia” da escola francesa. Dessa forma, ferramentas metodológicas poderiam ser aplicadas à história política, já que ela não estaria “condicionada” a ser “forçosamente factual” para sempre (NÉSPOLI, 2015, p. 364).

Segundo Néspoli (2015), esse “movimento de renovação” da história política no seio dos Annales buscava “deslocar a preocupação exclusiva da história política com o Estado para

afirmar a abordagem das massas como seu objeto central”. Nesse movimento, a história, ainda que política, apresentaria o “estudo da participação na vida política” de determinados grupos ou sociedades e sua relação com o Estado (NÉSPOLI, 2015, p. 364). Para a autora,

Outro ponto importante do movimento de renovação da história política foi a superação do fato. Segundo Dosse (2003), a principal característica da História produzida pelos Annales é a preocupação com a longa duração. Um tipo de história em que o olhar se desloca da exceção para o regular, do extraordinário para o cotidiano, dos fatos singulares para os de massa. Aqui a ênfase é dada não sobre as mudanças, mas sobre as continuidades, as permanências que dão sentido à história. Segundo Falcon (1997), pode-se afirmar que esse movimento historiográfico teve como objetivo mais claro e imediato a separação entre o político e o factual, a partir do que se viabilizará a construção de uma Nova História Política, como se esta fosse a condição *sine qua non* para a construção de uma história política científica. Naquele momento, a concepção de ciência histórica dos Annales estava expressa no artigo A Longa Duração de Fernand Braudel, em que ele apresenta uma teoria da história na qual o tempo aparece cortado por três diferentes ritmos de duração: estrutural, conjuntural e dos acontecimentos, sendo que o tempo estrutural ou longa duração é o mais determinante deles, aquilo que define os limites da ação humana (NÉSPOLI, 2015, p. 365).

Buscando basear-se nesse movimento entre a “curta” e a “longa” duração de tempo, o primeiro capítulo deste trabalho aborda as bases do movimento estudantil catarinense a partir da fundação das suas primeiras entidades representativas gerais e, também a partir das posições políticas que suas organizações e forças apresentavam – não apenas para apresentar uma “história política” do movimento estudantil, mas para buscar, em uma ótica de duração mais longa, as bases que poderiam ser configuradas como uma “cultura política” estudantil em Florianópolis, considerando que o movimento estudantil apresenta-se como um movimento social (NÉSPOLI, 2015, p. 365). Para tal, a narrativa considera-se importante por apresentar sua historicidade, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, quando os estudantes universitários brasileiros fundaram e consolidaram as suas principais entidades representativas – dentre elas, a mais expressiva em âmbito nacional: a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Fundada entre os anos de 1937 e 1938, a União Nacional dos Estudantes nasceu com o propósito de representar e auxiliar os estudantes de ensino superior de todo o Brasil em suas reivindicações e lutas políticas. Nascida em um clima de tensão e ebulições políticas tanto internas (Estado Novo) quanto externas (aumento das tensões na Europa), a UNE teve como fundadora, junto a várias outras organizações, o Partido Comunista do Brasil (PCB).

A primeira tentativa concreta dos comunistas de criar uma fração de estudantes ocorreu em 1926, a partir de uma experiência capitaneada pelo Comitê Central do PCB (que tinha, neste período, Astrogildo Pereira como Secretário Geral) de criar duas células universitárias no Rio

de Janeiro para, sobretudo, fazer agitação e propaganda do partido e fundar entidades estudantis (MATTOS, 2017, p. 2461).

Embora tenham sido realizadas, nas primeiras décadas de existência do PCB, várias tentativas de constituir uma organização que agremiasse os jovens comunistas brasileiros, como a Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB) na década de 1920 e a Federação dos Estudantes Vermelhos (FEV) na década de 1930, todas as experiências mostravam-se frustradas e eram dissolvidas pelo Comitê Central. O motivo alegado era principalmente o sectarismo: nesse período, a concepção do PCB sobre a finalidade de uma organização de juventude mudou, e a estrutura orgânica baseada em um partido de “vanguarda” (formadora de quadros políticos “mais esclarecidos”) foi rejeitada em prol da concepção de uma organização “de massas”, arregimentadora de jovens de posições muitas vezes diferentes para focar no trabalho de base em maior escala. A partir daí até o fim da década de 1930, o PCB iria formar e organizar seus militantes jovens a partir do “Bureau Juvenil” do Comitê Central. Suas atividades, no entanto, seriam interrompidas pela perseguição da ditadura do Estado Novo (MATTOS, 2017, p. 2462).

Durante o Estado Novo, mesmo na ilegalidade, o PCB participava da UNE e a considerava importante palco de atuação, como aponta André Mattos (2017):

É possível afirmar que no início dos anos de 1940, a UNE foi considerada como um palco de atuação importante para os comunistas e expressão significativa do antifascismo até 1945. Essa importância se deve ao fato de que desde a sua fundação, a UNE conseguiu manter relativa liberdade de atuação e, conforme o PCB foi sendo reorganizado, agiu para que os jovens comunistas se expressassem no seu interior (MATTOS, 2017, p. 2462).

As movimentações mais fortes dos comunistas retornaram em 1945, quando parte do partido se posicionou a favor do retorno de Vargas à presidência e contrário ao golpe militar que o havia retirado – embora ainda de forma diferente do movimento pluripartidário que ficou conhecido como “Queremismo” e que daria origem ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A derrota para Eurico Gaspar Dutra (PSD) no pleito, no entanto, foi mais sentida para a União Democrática Nacional (UDN). Subsequentemente à derrota de seu candidato, o Brigadeiro Eduardo Gomes, o partido conservador de direita¹ perde apoiadores no movimento estudantil,

¹ Para classificar os termos “direita” e “esquerda” na política, usar-se-á aqui a definição apresentada por Norberto Bobbio (1995), para o qual os dois termos são resultados de uma “contraposição diádica e excludente” – ou seja, composta por dois extremos distintos – da política surgida no período da Revolução Francesa, em que os favoráveis à conservação das estruturas sociais sentavam-se à direita do rei, enquanto os favoráveis às mudanças e à progressão da justiça social sentavam-se à esquerda. Ambos os termos, nos dias de hoje, são aplicados a diferentes posições políticas e visões de mundo: enquanto no extremo da posição de esquerda encontram-se o anarquismo e o comunismo, à direita estão o fascismo e o nazismo. Segundo Bobbio, os dois termos “não indicam apenas ideologias”, mas “indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela Sociedade”. A possibilidade de um meio-

que se aproxima da esquerda a partir do Partido Socialista Brasileiro (PSB) (RIEDER; SANTOS, 1989, p. 86-87).

Nos anos de 1947 e 1949, o PSB era a força hegemônica na UNE. Essa situação abriu espaço para que os “pecebistas” (ou seja, membros do PCB) pleiteassem espaço na entidade e organizassem seus projetos. Graças à aliança política, os jovens comunistas organizaram, em 1949, por exemplo, o Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz. Foi também nesse período que começaram a despontar organizações estudantis de direita (MATTOS, 2017, p. 2462-2463).

Sobre as alianças entre PCB e PSB na disputa da UNE frente a grupos de direita, Rieder e Santos apontam que:

Em 1947, Roberto Gusmão (PSB) foi eleito para a presidência da UNE, com apoio dos comunistas. Paralelamente à evolução das campanhas iniciadas neste ano, articulou-se no meio estudantil uma nova facção, que deu origem a uma frente oposicionista, estruturada em torno da Coligação Acadêmica Democrática (CAD). Nesta, a presença norte-americana desempenhou importante papel na manipulação da política estudantil, concedendo, inclusive, apoio financeiro (RIEDER; SANTOS, 1989, p. 89).

A esquerda havia ganhado a presidência da entidade em 1947 e repetiu o feito no congresso seguinte, em 1949, elegendo Rogê Ferreira (PSB). No entanto, a situação mudou em 1951. A direita estava mais organizada e experiente, fruto principalmente da campanha e conquista da direção da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro (UME). Por isso, em uma campanha antiética, cheia de propaganda anticomunista e com investimentos financeiros robustos, a CAD elegeu Olavo Jardim de Campos, e a UNE entrou em uma fase “reacionária”. Embora as posições “entreguistas” e direitistas da direção fossem muitas vezes barradas pelo próprio estatuto da entidade, a guinada política acarretou na completa paralisação das campanhas de nacionalização que eram organizadas até então (RIEDER; SANTOS, 1989, p. 89).

Ainda em 1947, o PCB iniciou sua nova organização de juventude: a União da Juventude Comunista (UJC), nova iniciativa do Partido para a formação de jovens comunistas. Como aponta Mattos (2017):

O estatuto da UJC foi aprovado em reunião do Pleno Ampliado do Comitê Nacional do PCB, em fevereiro de 1947, tendo como presidente da Comissão de Organização, Apolônio de Carvalho. Seus objetivos estavam em torno de organizar, unir e orientar a juventude na luta pela consolidação da democracia e da paz Mundial, promover a educação dos jovens nos exemplos e ensinamentos do socialismo e a “criação de um amplo

termo entre os dois extremos existe, assim como há o cinza entre o preto e o branco, e esta posição, comumente denominada “centro” (chegando a classificar-se como “centro-direita” ou “centro-esquerda” de acordo com a aproximação maior, no espectro político, de um ou de outro) foi definida por Bobbio como o “terceiro incluído”, uma posição mais “moderada” (BOBBIO, 1995, p. 33-39).

movimento juvenil de massas, de caráter nacional, a desenvolver-se dentro das atuais condições de paz”. Para organizar a militância e o recrutamento, a UJC manteve o modelo das células, tratado no estatuto como organismos, que deveriam ser estruturados nos locais de trabalho ou de residência dos seus membros. (MATTOS, 2017, p. 2463).

No entanto, no mesmo ano, após uma grande campanha de difamação da UJC por parte da imprensa - sobretudo do jornal O Globo -, Dutra baixa um decreto “proibindo imediatamente a continuidade das suas atividades em todo o território nacional”, em um processo de perseguição aos comunistas que baniu também o PCB, conduzindo-o de volta à ilegalidade (MATTOS, 2017, p. 2463). Somente três anos depois, já em 1950, o PCB – novamente ilegal – reorganizou a UJC, e logo depois, em 1951, já precisou organizar novas frentes de atuação por conta da direção de direita que tomara a UNE com a eleição da CAD. Sobre isso, André Mattos (2017) aponta:

Nesse contexto de retração, em 1950, o Comitê Central do PCB lançou o programa da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), dentro da qual se decidiu por mobilizar a juventude, o que motivou que o Comitê Central do PCB aprovasse a reorganização da UJC, “uma das forças mais importantes na luta pela libertação nacional”, voltando, como nos tempos da FJCB, a enfatizar os jovens operários. Porém, no período posterior a sua reorganização, as tarefas da JC foram ampliadas, ficando a seu cargo a promoção dos movimentos antiguerreiros e de defesa da paz internacional entre os jovens, além de promover e apoiar a União Internacional dos Estudantes (UIE) e organizar as delegações brasileiras aos Festivais Internacionais da Juventude e dos Estudantes Pela Paz e Amizade, evento bianual promovido pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) (MATTOS, 2017, p. 2464).

Em 1954, na atmosfera pós-suicídio de Vargas, o PCB fez o seu IV Congresso. Embora tenha “reafirmado seu radicalismo revolucionário expresso em 1948 e 1950”, o Partido, na figura de seu Comitê Central, foi obrigado a reformular políticas e estabelecer autocríticas sobre seu “esquerdismo” e “sectarismo” político. Os militantes do Partido não participavam dos sindicatos oficiais e o PCB não tinha quaisquer alianças com os trabalhistas, e a UJC, que estava funcionando como uma cópia do Partido, também não estabelecera, até 1954, praticamente nenhuma aliança tática nem tinha diálogos a nível nacional com outras forças (MATTOS, 2017, p. 2465).

Fora observado, também, que o PCB tinha profundas debilidades na delegação de tarefas e orientação de seus militantes, incluindo a organização de juventude. Mesmo com saldos positivos na mobilização política, a situação de manutenção da UJC naquela situação mostrava-se cada vez menos sustentável. Em 1957, o Comitê Central do Partido emite uma resolução fazendo uma autocrítica por não ter dado a devida atenção e orientado corretamente a Juventude (MATTOS, 2017, p. 2466).

Mesmo com a autocrítica, no mesmo ano, por conta sobretudo de “divergências internas”, a UJC foi dissolvida. Isso não foi, contudo, o fim da participação dos comunistas no movimento estudantil. Ao contrário, eles continuaram participando a partir de outras forças, campos e organizações, inclusive dentro da Juventude Universitária Católica (JUC) e da AP (Ação Popular), e estiveram junto a estas e outras organizações na disputa pela direção da UNE e das Uniãos Estaduais de Estudantes (UEE) até o golpe de 1964 (MATTOS, 2017, p. 2466).

As esquerdas católicas foram um dos principais e mais influentes grupos políticos do movimento estudantil nas décadas de 1950 e 1960. Oriundas dos apostolados leigos da Igreja Católica e frutos de diferentes movimentos filosóficos e religiosos que despontavam na época, organizações como a Juventude Universitária Católica (JUC) e, posteriormente, a Ação Popular (AP), garantiram a hegemonia da UNE durante a década de 1960 e a mantiveram até 1964, quando foi deflagrado o golpe de Estado. Contudo, para compreender o contexto em que estão inseridas essas forças políticas, faz-se necessário retroceder no tempo e observar o panorama social e religioso que acompanhou, desde o início, esta construção (RIDENTI, 1998, p. 3-5).

Criada em 1935, por iniciativa do então arcebispo do Rio de Janeiro D. Sebastião Leme, a Ação Católica Brasileira foi um apostolado leigo da Igreja Católica que tinha como objetivo ser um movimento de massas de católicos com finalidades políticas e filantrópicas alicerçadas na fé cristã, e cuja estrutura aglutinava, desde sua fundação, uma elite intelectual conservadora e de direita. Em suas primeiras décadas de existência, a AC flertou com ideais nacionalistas conservadores e até com o integralismo (RIDENTI, 1998, p. 3).

Em um período que vai desde o pontificado de Pio VII (1800-1823) até o de João XXIII (1958-1963), chamado de período do “catolicismo ultramontano”, a Igreja Católica mostrava sua preocupação em relação aos movimentos filosóficos racionalistas, ao liberalismo e ao socialismo. Essas vertentes políticas e filosóficas eram tidas como afastadoras do pensamento cristão, promotoras do ateísmo e enfraquecedoras do poder da Igreja. Sendo assim, sua reação foi a de fortalecer continuamente os apostolados leigos - como a Ação Católica - e reforçar a hierarquia vinda de Roma (sobretudo, no Brasil, após o fim do padroado régio, com a Proclamação da República) com o objetivo de “manter seus privilégios e possibilidades de influência social por meio da manutenção dos aspectos vantajosos de suas ligações orgânicas com o Estado” (GAVIÃO, 2007, p. 33-34).

A Ação Católica buscava efetuar uma “recristianização”, que passava pela “formação de lideranças católicas para compor as elites dirigentes do Estado”. Esse interesse baseava-se na busca por uma reação à “ofensiva laica” que vinha impondo-se nos últimos anos nos espaços de poder e preocupava cada vez mais a Igreja de Roma (GAVIÃO, 2007, p. 34-35).

Dentro desse cenário, foram criadas as alas de juventude da Ação Católica, a saber: a Juventude Agrária Católica (JAC), voltada para jovens de áreas rurais; a Juventude Escolar Católica (JEC), voltada para estudantes secundaristas em áreas urbanas; a Juventude Operária Católica (JOC), voltada para jovens trabalhadores e a Juventude Universitária Católica (JUC), composta por estudantes universitários (RIDENTI, 1998, p. 3).

A JUC moveu-se, por um certo tempo desde o início de sua existência, pelos preceitos morais e ideológicos do catolicismo tradicional, e seus membros costumavam compor uma “elite acadêmica católica”. Isso fez com que a organização, aos poucos, fosse vista como a “representação oficial da Igreja no meio universitário”, identidade esta reforçada pelo fato de a Ação Católica - e, portanto, a JUC - ser formalmente vinculada à hierarquia da Igreja Católica. (RIDENTI, 1998, p. 3).

Mesmo com uma origem conservadora, os apostolados leigos e suas juventudes eram, no decorrer do século XX, cada vez mais influenciados por filosofias cristãs de viés progressista oriundas, sobretudo, da França. Entre as décadas de 1930 e 1940, sob a influência de grandes nomes como Jacques Maritain² (autor da obra *Humanismo Integral*), fortaleceu-se uma singular corrente político-filosófica denominada “democracia cristã” ou “terceira via cristã”. Em 1947, ocorreu, na cidade uruguaia de Montevidéu, o *1º Congresso da Democracia Cristã*. A Declaração de Montevidéu, carta de princípios construída a partir do evento, reforçava a ligação de sua militância com a doutrina social da igreja, “além de definir o movimento como aconfessional e aberto a todos que aceitassem seus pressupostos” (GAVIÃO, 2007, p. 36).

Os militantes do Movimento de Montevidéu, embora professassem a “democracia cristã” como doutrina política, não possuíam ligações com o Partido Democrata Cristão (PDC) do Brasil. O motivo era o fato de que o partido já existente não era comprometido com a

² Jacques Maritain (1882-1973) foi um teólogo e filósofo francês que representou, junto a outros teóricos, o chamado “humanismo cristão”, ideologia de base católica que pregava a aplicação de “soluções cristãs para os problemas sociais e políticos europeus”. Em um período em que a igreja católica pendia para posições favoráveis a regimes autoritários e conservadores de viés anticomunista, Maritain prezava por orientações mais democráticas e humanistas. De base tomista – ou seja, referente ao pensamento do filósofo católico Tomás de Aquino –, o francês via o homem como “cindido entre uma parte estritamente material e outra espiritual”, advogando que o humanismo tinha raízes fundamentalmente cristãs, e não pagãs. A partir desta visão, não haveria nada de intrinsecamente antirreligioso em se declarar humanista. Dada a sua visão dual sobre a natureza do ser humano (espiritual e material), declarava que a salvação deveria se dar nos dois planos de existência: tão importante quanto a salvação da alma, seria a dignidade humana em vida. Desta forma, repelia, em seus escritos, tanto o “liberalismo burguês” – que relegaria muitos à miséria, situação observada, à época, na “decadência” da Europa pós-Primeira Guerra – quanto o “marxismo ateu”, visto como antirreligioso e excessivamente “antropocêntrico” – que negava, de acordo com o pensador, quaisquer aspectos da espiritualidade”. Desta forma, apontou que o cristianismo deveria representar uma “terceira via”: a construção de sociedades com aspectos “comunitários” (ou seja, pensando no “bem comum”) que respeitariam “o tempo, o material e o moral” em cada sociedade, mesmo que de formas diferentes. Esta posição ficou conhecida como “ideal histórico concreto” (GAVIÃO, 2007, p. 51-52).

“terceira via cristã”, tendo características ainda muito conservadoras. Sendo assim, o movimento da terceira via, sempre assessorado por Alceu Amoroso Lima (principal divulgador das obras de Maritain no Brasil), organizou-se em um grupo denominado “Vanguarda Democrática”, que se apresentava como “autenticamente democrata-cristão” (GAVIÃO, 2007, p. 37).

Outro elemento de composição das juventudes católicas merece destaque. Refere-se ao fato de que os membros da JUC provinham, sobretudo, das classes médias urbanas, situação que lhes facilitava o acesso à educação superior. Essa estabilidade econômica, somada ao acesso tanto aos círculos acadêmicos quanto os movimentos de igreja, lhes garantia acesso aos espaços de movimentos sociais, o acúmulo de capital político e cultural e o desenvolvimento de análise crítica da realidade como poucos grupos conseguiam. Dessa forma, conseguiam adentrar cada vez mais – e com melhor estrutura – dentro dos espaços da política estudantil (GAVIÃO, 2007, p. 65).

A partir de 1950, no entanto, grandes mudanças começaram a ocorrer na Igreja Católica e, por consequência, nos apostolados leigos a ela vinculados. Como aponta Cristiane Dias:

Nesse período, a Igreja passou a sofrer influência de correntes humanistas europeias, baseadas em pensadores como Emmanuel Mounier, Lebreton e Teilhard de Chardin. Esses teóricos defendiam que o papel do cristão deveria voltar-se para o combate às desigualdades sociais, ideologia que ganhou força na Igreja com a nomeação de João XXIII, da ala progressista para Papa (1958), com a vitória da Revolução Cubana (1959) e pela indicação do padre Hélder Câmara para assistente da Igreja no Brasil (DIAS, 2011, p. 2).

Influenciadas pelo socialismo utópico e com uma concepção de cristianismo que questionava as posições do catolicismo tradicional, as Juventudes Católicas foram, pouco a pouco, assimilando e acatando esses ideais progressistas, absorvendo as ideias de suas lideranças, do movimento estudantil e da ainda nascente teologia da libertação. Em uma atitude cada vez mais presente de buscar romper com a passividade diante da política estudantil, os membros da JUC também tiveram cada vez mais aproximação e passaram a dialogar com organizações comunistas e socialistas, com quem precisavam manter contato, sobretudo a partir de 1959, com a vitória da Revolução Cubana (RIDENTI, 1998, p. 3)

À medida que desenvolvia seu trabalho político e desvincilhava-se dos dogmas tradicionais da Igreja, a JUC estava tornando-se uma organização com identidade própria. Porém, isso não quer dizer que essa identidade não fosse, ainda, a de uma organização católica. Marcelo Ridenti traz, em seu texto, um excerto de um documento presente no *Boletim da JUC* publicado em 1960, onde a organização parece fazer uma autocrítica sobre sua atuação

pregressa e afirmar, mais uma vez, sua concepção de mundo e de política: "Nós sabemos que existe uma Providência que governa a História, mas talvez tenhamos ignorado que esta Providência quer que sejamos nós os executores de sua vontade" (apud RIDENTI, 1998, p. 4).

Com essa afirmação, a organização afirmava que, embora sua concepção de mundo ainda fosse baseada no cristianismo e na divina providência, caberia ao homem, no entanto, atuar sobre as estruturas sociais para alterá-las de forma a melhorar a vida terrena, em um ato motivado ao mesmo tempo pela salvação divina e pela solidariedade para com o outro.

Essa identidade política, influenciada por ideais cristãos e por ideais socialistas de mudança da realidade material, é chamada por Marcelo Ridenti de "romantismo revolucionário". Romântico, no caso, porque possui uma visão heroica e altruísta da atuação política, com grande presença da moral individual cristã, e é revolucionário porque visa à transformação das estruturas sociais por apoiar-se em experiências revolucionárias na construção de suas políticas, além de buscar superar a estrutura hierárquica da Igreja Católica (RIDENTI, 1998, p. 4).

A situação de iminente rompimento com a estrutura eclesiástica também é exemplificada em mais um excerto do mesmo documento citado acima por Ridenti:

No nosso papel de leigos, vanguarda da igreja, atuando no primeiro front – nós que abrimos as trincheiras, é imperioso que nos arrisquemos. O risco é um dado do cristão. Devemos arriscar-nos mais que a Hierarquia. Nossa bagagem é a busca incessante da santidade (RIDENTI, 1998, p. 5).

Ainda repleta de contradições em seu seio, pouco a pouco a JUC vai abandonando visões católicas de um "ideal histórico" movido pela salvação cristã, em um movimento que aumenta à medida que a ala à esquerda cresce na organização. Essa movimentação para a esquerda foi motivada sobretudo pela radicalização na luta de classes na América Latina e pelos ideais "guevaristas" surgidos com o logro da Revolução Cubana, embora ainda com ideais colhidos de autores católicos progressistas. No início da década de 1960, a JUC já pregava, em seus textos, a "revolução brasileira". (RIDENTI, 1998, p. 6).

O contexto de "revolução" utilizado, no entanto, diferia muito de como era tradicionalmente utilizado pelas organizações revolucionárias marxistas que pregavam o "socialismo real": a JUC era uma organização socialista, mas ainda católica. Ridenti, ao analisar a influência dos universitários católicos na União Nacional dos Estudantes (UNE), afirma:

Talvez o Personalismo de Mounier, tenha sido dos mais influentes na JUC, na fase do início dos anos 60, ao pretender ser "uma terceira posição entre o 'idealismo desencarnado', desligado da realidade, e o marxismo, que supostamente não levava em conta os valores do indivíduo". A inserção da JUC no movimento estudantil fazia com que as ideias de Mounier

estivessem presentes em importantes documentos da União Nacional dos Estudantes (UNE), como a Declaração da Bahia, conclusão do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em maio de 1961, na qual constava que "em nossos dias trata-se menos de optar entre o socialismo e o capitalismo, do que escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade". O humanismo de Mounier também se encontra na Carta do Paraná, documento da UNE de março de 1962, que "fala de uma universidade como expressão de um humanismo integral a que repugna o homem dividido em compartimentos estanques" (ARANTES & LIMA apud RIDENTI, 1998, p. 7).

A JUC despontava cada vez mais na política estudantil. Em 1958, como aponta Gavião (2007), das 75 universidades do país, 33 tinham atuação da JUC. Em 1960, "as estimativas contam de 5000 a 6000 militantes" em 17 estados da federação. Aos poucos, a organização foi evoluindo também na formação de seus quadros - como ocorreu em Minas Gerais, onde muitos militantes das JEC ingressaram na Juventude Universitária, já com "um certo aprendizado político acumulado no movimento estudantil secundarista" (GAVIÃO, 2007, p. 70-71).

A JUC, pouco a pouco, tornou-se uma força hegemônica no movimento estudantil brasileiro. Isso não quer dizer, no entanto, que houvesse uma "hegemonia católica" necessariamente. Gavião aponta que:

Esta hegemonia católica (na verdade, do setor político da JUC) não pode ser creditada a uma adesão das bases estudantis a um discurso religioso, mas sim, àquilo que nesse discurso de formação de uma identidade para a esquerda católica era absorvido da polarização que vivia o movimento estudantil no contexto pré-64 e também por sua crítica a um marxismo ortodoxo, tudo isso no plano simbólico; ademais, não podemos desconsiderar que os jucistas não conquistaram aquela projeção no movimento estudantil, caso não houvesse o engajamento efetivo em seu jogo, confirmando, desse modo, atualizações ou ajustamentos no *habitus* discursivo e não discursivo que havia sido forjado e transmitido nos espaços do apostolado leigo na segunda metade da década de 1950, dito de outro modo, as práticas jucistas iam abandonando sua roupagem mais religiosa e adquirindo um caráter eminentemente político (GAVIÃO, 2007, p. 71).

Com uma crescente presença na política, os atritos com a estrutura eclesiástica agravavam-se cada vez mais. Em julho de 1960, durante o Congresso Nacional da JUC de comemoração aos seus dez anos, a direção da organização apresenta um documento chamado "Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro". Nele, era apresentada uma série de críticas à atuação da Igreja e claro movimento no sentido de romper com os ideais mais conservadores - representados naquele momento pelo movimento ultraconservador Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Questões como a "superação da fase de 'subdesenvolvimento'", "abolição de nossas amarras do campo de gravitação do 'capitalismo'" e um chamado à luta pela "constituição de economia harmônica, suficiente autônoma" demonstram a paulatina formação de um caráter

anticapitalista e anti-imperialista nas fileiras da JUC. Fábio Gavião foi preciso ao definir esse momento de exposição de ideais progressistas e aumento da participação na política por parte da JUC e de outras juventudes católicas. Para o autor, a JUC passou por uma “onda de confiança em si mesma” (GAVIÃO, 2007, p. 65-67).

Ainda em 1961, durante o Conselho nacional da JUC, outro confronto político ocorre envolvendo setores conservadores da Igreja e os jovens:

A situação pioraria com o Conselho anual, em Natal, com tema "O Evangelho, fonte da revolução brasileira", onde foi produzido o documento "Medidas políticas revolucionárias para o Brasil". O documento gerado nesse encontro (escrito apenas por um dos dirigentes, sem supervisão adequada, com bastante empolgação estudantil) agravou ainda mais os embates com a Igreja: assistindo ao Encontro estavam o jesuíta Pedro Calderón Beltrão, bem como Dom Eugênio de Araújo Salles, dois padres reacionários. Enquanto o primeiro redigiu um enfurecido relatório ao bispado, Dom Araújo Salles retirou a equipe local da JUC do plano nacional. Em plena radicalização do movimento, as críticas do clero seriam implacáveis (SÁ, 2015, p. 68).

Como se não tivesse razões suficientes para ser contrária à politização da JUC, a adesão à Rede da Legalidade garantiu mais o que falar. Com a saída de Jânio Quadros da Presidência da República em 1961, militares e civis opuseram-se à posse constitucional do vice-presidente João Goulart, que estava voltando de uma viagem diplomática à República Popular da China. Em resposta a essa tentativa de golpe, Leonel Brizola, governador (então afastado) do Rio Grande do Sul, convocou a população à resistência e chamou as entidades e organizações a mudarem suas sedes para o Rio Grande do Sul e estabelecerem uma rede de transmissão a rádio com notícias e campanhas pelo cumprimento da Constituição, a “Rede da Legalidade”, e o devido empossamento de Jango:

A JUC de Aldo Arantes, eleita apenas há alguns dias, logo decreta greve nacional de repúdio à tentativa do "golpe", desembarcando em seguida em Porto Alegre, para onde transfere momentaneamente a sua sede. O movimento estudantil seria orientado pelas rádios da Rede; e chegariam a ser formados núcleos para uma possível resistência armada (SÁ, 2015, p. 69).

O movimento ficou conhecido como a “Rede da Legalidade”. Embora tenha obtido uma vitória parcial, tendo Jango assumido após uma manobra política para instaurar o parlamentarismo (situação que só seria alterada em 1963), esse movimento obteve grande visibilidade e fortaleceu as entidades estudantis como a UNE, a União Catarinense dos Estudantes (UCE) e organizações como a própria JUC, que mudaram suas sedes e participaram

ativamente do movimento. Estava decretada uma fase politicamente muito ativa da JUC, um prelúdio para a cisão que daria origem à Ação Popular (SÁ, 2015, p. 70-72).

Aldo Arantes, estudante jucista (ou seja, militante da JUC) que assumira a presidência da UNE logo antes da crise política em 1961, dirigiu uma gestão muito ativa e com vários projetos sociais, como aponta Karolina de Sá:

A gestão de Aldo Arantes à época foi a mais dinâmica da UNE, principalmente no que concerne às conversações e mobilizações com outros setores sociais, como o operariado e o campesinato, participando do I Congresso dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que contou com cerca de cinco mil pessoas em Belo Horizonte. A UNE também apoiou com a resistência anti-salazarista e outros movimentos sociais mundiais. No Brasil, a UNE de Arantes também apoiou a campanha "o petróleo é nosso", onde encontramos jucistas engajados a partir também de suas ações na UNE. Os estudantes jucistas inseridos na organização ainda se envolveram fortemente nas lutas dos estudantes secundaristas, principalmente na defesa do ensino público e gratuito de qualidade (SÁ, 2015, p. 69-70).

Em 1962, a UNE, ainda na Gestão de Arantes, também construiu o segundo Seminário Nacional de Reforma Universitária, evento criado para discutir a estrutura e os rumos do sistema universitário brasileiro. A proposta de reforma capitaneada pela UNE previa mais participação estudantil nas decisões executivas, maior democratização e autonomia para as faculdades, o fim do sistema de cátedras e mais retorno à comunidade (SÁ, 2015, p. 70-71).

Karolina de Sá também aponta, em seu texto, que:

A gestão de Aldo Arantes à época foi a mais dinâmica da UNE, principalmente no que concerne às conversações e mobilizações com outros setores sociais, como o operariado e o campesinato, participando do I Congresso dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que contou com cerca de cinco mil pessoas em Belo Horizonte. A UNE também apoiou com a resistência anti-salazarista e outros movimentos sociais mundiais. No Brasil, a UNE de Arantes também apoiou a campanha "o petróleo é nosso", onde encontramos jucistas engajados a partir também de suas ações na UNE. Os estudantes jucistas inseridos na organização ainda se envolveram fortemente nas lutas dos estudantes secundaristas, principalmente na defesa do ensino público e gratuito de qualidade (SÁ, 2015, p. 69-70).

A sequência de embates e discordâncias entre os dirigentes da JUC e a Ação Católica atingiram seu ápice em ao final de 1961, quando diversos setores importantes do clero reacionário assinaram um documento, denominado “Diretrizes da Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira e do Apostolado dos leigos para a JUC nacional”. Esse texto determinava que, a partir do início de 1962, nenhum membro da JUC poderia “concorrer a cargos eletivos em organismos de política estudantil, nacional ou internacionais, sem deixar os seus postos de direção da JUC” (SÁ, 2015, p. 71-72). Consequentemente, Aldo Arantes e outros militantes são

obrigados a escolher entre o movimento estudantil e a organização de juventude. Arantes escolhe sair da JUC, mas permanece na presidência da UNE (SÁ, 2015, p. 72-73).

Em entrevista a Fábio Gavião (2007), José Carlos Seixas pondera sobre como estava a situação interna da JUC no período de 1962:

Quando Aldo entra, e as coisas começam a ficar mais radicalizadas em termos de posição e reivindicações e tal... A gente fez algo que ficava muito conflitante, não era uma coisa da hierarquia, a gente mesmo achou que estávamos misturando “alhos com bugalhos”. A gente tinha adquirido um tal grau de inserção, que a gente era um partido político, e a visão da JUC não era ser um partido político, era uma coisa para abrigar diferentes posições (SEIXAS apud GAVIÃO, 2007, p. 89).

O ataque cada vez mais forte das organizações católicas conservadoras fez com que, em 1962, grupos oriundos da JUC, JEC e JOC se organizassem em uma nova agremiação política, que foi se organizando aos poucos. Nesse contexto, a Ação Popular teve sua primeira reunião em São Paulo, “não restrita a cristãos” e “aconfessional” (GAVIÃO, 2007, p. 96-97). Sobre o processo de criação dessa nova organização, Ridenti (1998) conta que:

Uma série de três reuniões constituiria a AP. A primeira, no início de 1962, aprovou o "Estatuto Ideológico" da nova agremiação, que defendia o socialismo democrático e a revolução brasileira. Escolheu-se o nome provisório de Grupo de Ação Popular (GAP), logo abandonado, para a sigla não ser confundida com uma organização de extrema direita, o Grupo de Ação Patriótica. O nome e a sigla AP seriam assumidos na segunda reunião de fundação, em junho de 1962, em Belo Horizonte, com representação de 14 estados. Finalmente, em fevereiro de 1963, em Salvador, ocorreu a terceira reunião, a mais significativa na etapa de fundação, constituindo-se no I Congresso da AP, cujo nascimento alguns autores datam a partir daí (ver, por exemplo, Reis e Sá, 1985: p.36). (RIDENTI, 1998, p. 10)

A AP professava um “socialismo humanista”, ideologia que pregava uma revolução socialista democrática feita em uma etapa, e prezava por uma atuação direta nos movimentos de massa, que seriam os espaços de capacitação do povo para a revolução (DIAS, 2011, p. 15-16). Ela também propunha uma “terceira via democrática” frente à polarização da Guerra Fria, opondo-se tanto ao capitalismo quanto às experiências do socialismo real (GAVIÃO, 2007, p. 42). No entanto, isso não quer dizer que a AP não fizesse alianças com outras forças. Como aponta Karolina de Sá:

O projeto de luta apista nesses primeiros tempos necessitou sempre de alianças com os mais diversos setores, particularmente, com o PCB. Essa união, apesar de ser vista como "um mal necessário" nas lutas das mais variadas esferas da sociedade brasileira, sempre foi questão de discussão por parte da militância apista, como pode bem ser observado nos documentos da associação, evidenciados pelo I Encontro Nacional do Setor Universitário da AP, onde é discutida a Frente Única e realizada a

autocrítica quanto ao “Partidão”. O saldo do evento evidencia uma tendência a seguir frequentemente as posições pecebistas, tido como um contato quase exclusivo de apistas com as esquerdas, visto como “ingenuidade” da militância até então (SÁ, 2015, p. 94).

Nesse período, os militantes viviam um processo de “transição” entre a JUC e a AP. O grupo que dirigia a UNE, que tinha Aldo Arantes como uma de suas lideranças, era composto de ex-jucistas, marxistas e militantes que logo se tornariam, em sua maioria, militantes da AP. Graças a essa conjuntura, aliada às posições ainda marcadas pelo catolicismo na nova organização, vários militantes foram ao mesmo tempo da JUC e da AP. Essa dupla participação fez com que, por alguns anos, os militantes transitassem entre as duas organizações, que coexistiam no movimento estudantil (GAVIÃO, 2007, 96-73).

Seu Documento Base, que fora aprovado no primeiro Congresso da AP e regeu a organização até 1968, aboliu referências diretas ao cristianismo, mas ainda mantinha uma visão pautada no humanismo e em um “compromisso para com o homem”, derivados de uma concepção cristã de mundo (RIDENTI, 1998, p. 10-11). A AP colocava-se como uma organização política que englobava mais do que a esquerda católica. Ainda que suas posições políticas permeassem, em grande parte, a filosofia de Maritain, a AP apontava cada vez mais para o horizonte da formação política e da educação popular (GAVIÃO, 2007, p. 97).

Cabe aqui dizer, também, que a Ação Popular deixa claro em seu documento-base que buscava a mobilização popular e uma “revolução democrática” não a partir da ideia de romper com a estrutura vigente de forma violenta, mas sim buscando uma “coalizão das diferentes forças políticas que por uma contingência histórica aceitaram uma participação unificada” no processo revolucionário. Mesmo assim, colocava-se como “à esquerda do PCB reformista” ao criticar a proposta etapista que incluía a “fase democrático-burguesa” na revolução brasileira (GAVIÃO, 2007, p. 106-107).

Sua posição de inserir-se e disputar as mais variadas entidades setoriais a partir de uma visão que se dizia para além da dualidade “capitalismo-comunismo” fez com que, na primeira metade da década de 1960, a AP estivesse na direção de parte considerável das entidades estudantis do Brasil, assim como nos movimentos de massa rurais. Como aponta Dias:

A orientação ideológica da AP fez com que o grupo realizasse, dentro da esquerda, o trabalho mais consistente junto às massas brasileiras no início da década de 1960. No meio rural, esse trabalho consistia em ministrar cursos de capacitação ao trabalho para camponeses e trabalhadores rurais, para que esses além de obterem melhorias nas suas condições de vida, formassem lideranças a partir da própria comunidade e grupos sociais dos quais faziam parte. Para isso, a AP desenvolveu em parceria com o governo federal um programa de alfabetização denominado de Movimento de

Educação de Base (MEB), que trabalhava de forma paralela aos conteúdos programáticos, a conscientização política nos alunos. Esse trabalho tinha como objetivo, provocar mudanças na composição das forças políticas brasileiras, pois traria para o cenário político nacional, pessoas anteriormente excluídas do processo eleitoral por não estarem alfabetizadas, além de fomentar os movimentos sociais no campo. (DIAS, 2011, p. 4)

Após conseguir eleger o militante Vinícius Caldeira Brant³ para presidente no 25º Congresso da UNE para a gestão 1962/63 e garantir uma hegemonia política no movimento estudantil, a Ação Popular começou a investir na inserção de seus militantes no mundo do trabalho, para dar cabo, enquanto vanguarda, de um “processo de conscientização das massas populares”, com a finalidade de chamar a classe trabalhadora à “transformação da sociedade brasileira”. Nesse percurso, adquiriu ainda mais prestígio e dirigiu muitos sindicatos e associações. (GAVIÃO, 2007, p. 98).

Em 1963, com a vitória do “não” no plebiscito que consultou a população sobre a continuidade ou não do sistema parlamentarista, João Goulart adquire novamente os plenos poderes de presidente da república. Após uma tentativa frustrada de passar um projeto chamado de Plano Trienal (que envolvia políticas de austeridade e contenção salarial), Jango voltou sua atenção para as reformas de base - seu “programa maior” de governo. Com reformas estruturais consideradas fundamentais para os movimentos sociais progressistas - dentre elas a reforma universitária -, logo foram sendo organizadas grandes campanhas de pressão para que o congresso acatasse as emendas que possibilitariam as mudanças (GAVIÃO, 2007, p. 131).

A AP, que já se mostrava favorável a reformas de base desde o lançamento de seu Documento-base, declarou apoio ao Governo Federal. Além da AP, outros grupos pertencentes ao espectro da “esquerda católica” organizaram-se de diversas formas para auxiliar na campanha pelas reformas. Foi o caso da criação, em 1963, do jornal semanal “Brasil, Urgente”,

³ Vinícius José Caldeira Brant, nascido em março de 1941 em Minas Gerais, foi aluno da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Durante sua trajetória acadêmica, participou das Ligas Camponesas e foi presidente da Liga da Juventude Trabalhista, setorial de juventude do PTB. Católico, fez parte da JUC e posteriormente participou da fundação da Ação Popular. Foi eleito presidente da UNE durante a chamada “Greve do 1/3”, onde garantiu vitória parcial para o movimento estudantil em busca da democratização das instâncias deliberativas nas universidades. Em 1963 deixou a presidência da UNE, saindo do Brasil em fevereiro de 1964 para fazer curso de pós-graduação na *École Pratique de Hautes Études* em Paris, na França. Retornou ao Brasil em 1967, onde participou das mobilizações contra a ditadura primeiro como membro da AP e, posteriormente, como membro do clandestino Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Preso em 1970, permaneceu no cárcere até 1973. A partir do ano seguinte, começou a trabalhar no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento como pesquisador. Um dos membros fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Foi consagrado professor titular do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG em 1992. Faleceu em São Paulo, em maio de 1999. Para mais informações sobre Brant, ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/vinicius_caldeira_brandt. Acessado em 07 de junho de 2021.

que tinha como *slogan*: “Um jornal do povo a serviço da justiça social”. O BU teve papel fundamental nas políticas de agitação e propaganda dos apistas, servindo como jornal pró-reformas e com um caráter religioso bem marcado em seu discurso. De acordo com Gavião:

Em nossa perspectiva, BU e a esquerda católica foram levados a desempenhar um papel específico no contexto da frente pró-reformas. Encarregavam-se não só da divulgação das propostas, mas de modo privilegiado, buscavam legitimá-las com a chancela religiosa, além de fazer frente à propaganda dos antagonistas que denunciavam o caráter comunista e anti-religioso das pretensões de Goulart, e ainda mais das esquerdas. Se por um lado o *Documento-base* da AP representava um movimento que se queria abrangentemente humanista, por outro BU reforçava a legitimação do movimento pró-reformas com o que temos entendido como um capital político religioso, particularmente católico (GAVIÃO, 2007, p. 135-136).

Mesmo tendo conseguido os plenos poderes de seu cargo, a situação de difícil governabilidade enfrentada pelo presidente era refletida no desgaste da sua imagem. O governo Jango tinha apoio geral das esquerdas para as reformas de base, mas muitas de suas ações políticas eram duramente criticadas pelos movimentos de esquerda (como fora o caso do Plano Trienal), e seu apoio aos poucos diminuía (GAVIÃO, 2007, p. 148).

O ano de 1963 foi marcado por inúmeras greves e intensa movimentação sindical - inclusive com grande aumento da sindicalização no campo-, que buscavam pressionar o governo à esquerda e obter melhores condições. Ao mesmo tempo, institutos patrocinados pelo governo dos Estados Unidos como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) financiavam e ajudavam a difundir propaganda anti-Jango por todo o país. Atacado por uma direita convicta de sua ligação com os comunistas e por uma esquerda desconfiada de seus objetivos políticos, Goulart via-se em uma corda-bamba (SÁ, 2015, p. 80).

No meio dessa situação instável, em 1963, ocorre um caso político que adquire grandes proporções, e que é apresentado por Fábio Gavião como o momento “que marcaria o rompimento definitivo das esquerdas com o governo” (GAVIÃO, 2007, p. 148):

No dia 1º de outubro de 1963, é publicada na *Tribuna da Imprensa* uma entrevista que Carlos Lacerda havia concedido ao jornal estadunidense *Los Angeles Times*, onde o governador da Guanabara denunciava a infiltração comunista nos sindicatos e no governo, o que justificaria seu pedido de intervenção militar dos EUA no Brasil. Imediatamente os ministros militares pediram ao presidente que decretasse o estado de sítio, com o objetivo de prender Lacerda e Adhemar de Barros, que insultavam sistematicamente Goulart. Com a chegada do pedido no Congresso, direita e esquerda rejeitaram com veemência a proposta. Na visão de Ferreira (2003, p. 372), os ministros militares aproveitaram o fato político para restaurar a disciplina nas Forças Armadas, combatida desde 11 de setembro, quando os sargentos se sublevaram em função da medida do Tribunal Superior Federal. Denominando-se como “Comando Revolucionário de Brasília”, o movimento foi sufocado pelas tropas

legalistas em poucas horas. As esquerdas em geral prestaram sua solidariedade aos sargentos” (GAVIÃO, 2007, p. 148).

Mesmo com as constantes crises políticas e um clima institucional instável, o ano de 1963, como já foi apontado, viu fervilhar lutas políticas profundas nas quais os “apistas” estiveram ativamente presentes. A AP seguiu com sua campanha nacional de alfabetização, com a atuação nos Centros Populares de Cultura (CPC)⁴ e outras grandes campanhas, e seguiria participando do movimento estudantil mesmo após o golpe de estado.

A tendência da Ação Popular, de 1964 em diante até a segunda metade da década de 1970, seria a de uma crescente radicalização à esquerda, que culminaria, no fim da década de 1960, na sua adesão ao maoísmo (SÁ, 2015, p. 96-100). Essa situação de radicalização de posição política teve uma motivação: com o golpe, em 1964, a Ação Popular “teve seus quadros principais jogados à clandestinidade ou ao exílio”, situação que fez com que, aos poucos, a organização precisasse “deslocar militantes” para áreas diferentes e inseri-los na produção rural ou industrial. Mesmo assim, até 1968 a AP ainda seguiria no movimento estudantil, mesmo aproximando-se cada vez mais do marxismo “como guia teórico de suas atividades” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 573).

1.2 A União Catarinense dos Estudantes - UCE e a Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina- FEUSC

Embora a Universidade de Santa Catarina tenha sido criada em 1960, causando grande impacto nas estruturas da política catarinense (RODRIGUES, 2010, p. 18), a trajetória do movimento estudantil barriga-verde é bem mais antiga. Em 1948, após um processo de luta nas campanhas a favor da nacionalização do petróleo (RIEDER; SANTOS, 1989), os estudantes organizaram manifestações pela construção da “Casa do Estudante” (RODRIGUES, 2010, p. 24).

⁴ O Centro Popular de Cultura (CPC) era um projeto capitaneado pela UNE-Volante (que consistia em uma campanha da direção da UNE de sair em caravanas pelo Brasil, promovendo política e cultura nos meios estudantis a nível nacional) que buscava difundir cultura popular e educação através de manifestações artísticas. Surgido em 1962 durante a gestão de Aldo Arantes, o CPC organizava eventos musicais, de teatro e poesia em comunidades carentes, além de desenvolver projetos de educação popular e alfabetização. Ramificou-se pelo Brasil inteiro em seções estaduais independentes e dirigidas pelo movimento estudantil, garantindo prestígio e presença da UNE nos mais diversos cantos do país. Também foi, de acordo com Arthur Poerner (2004), responsável pela formação e fortalecimento de uma “nova música popular brasileira” (POERNER, 2004, p. 184). Para mais informações sobre o CPC da UNE e a UNE-Volante, ver: POERNER, Arthur. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-colônia até o governo Lula**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004, 324 p.

Ressalta-se, também, a influência dos estudantes catarinenses de Direito e, mais especificamente, do Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF), na luta pela criação da entidade máxima dos estudantes catarinenses. Entre maio e junho de 1949, o número 29 do jornal estudantil “Folha Acadêmica”, editado pelo Centro Acadêmico e considerado de grande prestígio pelos estudantes catarinenses pelo seu “nível jornalístico” (MORETTI, 1984, P. 48), lançou um edital que clama pela efetiva criação da UCE, cujo texto terminava com a frase “levantamos novamente nosso brado pela urgente fundação da União Catarinense dos Estudantes” (MORETTI, 1984, p. 48-49).

A presença da estudantada de Direito no processo de fundação da UCE não parou por aí: na edição seguinte da Folha Acadêmica, a entidade apresentou parte da discussão que estava sendo feita entre diferentes entidades estudantis de base da capital em direção à construção do Congresso que fundamentaria a construção da entidade estadual:

... após as “démarches” que realizamos entre os Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Farmácia e Odontologia, ficou entendido que sob a orientação do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, depois da reforma de seus estatutos, serão realizados os trabalhos de fundação da UCE (MORETTI, 1984, p. 49).

Nesse contexto, os estudantes catarinenses, presididos por Alcides Abreu, então presidente do CAXIF, organizaram, entre os dias 7 e 9 de novembro de 1949, seu primeiro congresso. Surgiu nessa ocasião a União Catarinense dos Estudantes. Desse Congresso também saiu um documento, passado para a imprensa local, em que a UCE apresentava seus princípios básicos. Eis, a seguir, um excerto do documento, apresentado na íntegra por Rieder e Souza (1989):

OS ESTUDANTES CATARINENSES, reunidos no primeiro Congresso Estadual,
 CONSIDERANDO o papel decisivo que a mocidade estudiosa desempenha na vida nacional;
 CONSIDERANDO que a atualidade exige pronunciamentos decisivos, respeito aos problemas magnos, não havendo lugar à tibieza e à indiferença;
 [...]
 I - PROCLAMAM a democracia cristã, fundada no mais absoluto respeito a Deus, ao Direito e à Justiça como único regime do governo compatível com a dignidade humana e às necessidades sociais do homem;
 II - REPELEM os totalitarismos da esquerda e da direita como danosos aos interesses sociais e inconsistentes com a destinação histórica do povo brasileiro;
 III - APELAM ao homem público do Brasil para que, defendendo o primado da inteligência e da capacidade, independente da Unidade em que nasçam, sempre se inspirem no melhor interesse social, abandonando, de uma vez para sempre, os velhos métodos que tanto sangue custaram à mocidade, fazendo valer nos equacionamentos dos problemas políticos e econômicos o desprendimento que se faz necessário a bem da felicidade de

todos, da paz interna, do progresso e da segurança nacional (RIEDER; SOUZA, 1989, p. 93).

No texto acima, é possível observar a influência da vertente filosófica do “humanismo integral” de Maritain nas organizações de juventude, tanto no apelo à “democracia cristã” quanto nas concepções de fundo que são postas, como os conceitos de “destinação histórica”. Há também, de forma bem explicitada, um chamado à construção de uma “terceira” via ao repelir os “totalitarismos da esquerda e da direita”.

Ainda que esses elementos apareçam, o conteúdo da carta possui muitos elementos cristãos conservadores, o que evidencia a característica de uma fase de transição filosófica nas instituições católicas. Vale lembrar que, nesse mesmo ano, ocorre o primeiro “Congresso da Democracia Cristã”, no Uruguai (GAVIÃO, 2007, p. 36).

Durante a sua primeira gestão provisória, a UCE conquistou a Casa Provisória do Estudante Catarinense (CPEC). Infelizmente, quando a gestão efetiva assumiu, em 1950, sua “inabilidade política” acabou gerando um período de estagnação e desordem na entidade e no movimento estudantil catarinense. Essa “inabilidade” da gestão, apontada por Rieder e Souza (1989, p. 94), também é referenciada por Moretti (1984):

Em maio de 1950 o Conselho de Representantes elegeu o sucessor de Renato Ramos, o acadêmico de Direito Waldir Campos. Sua gestão caracterizou-se pela desorganização e insuficiente habilidade política na direção do movimento. Expressão dessa realidade foi a realização do II Congresso Estadual. Acontece que, na ocasião, segundo o depoimento de Urbano Salles (na oportunidade um secundarista do Colégio Catarinense), “a UCE se restringia tão-somente aos universitários, mas englobava também os secundaristas. Realizado na antiga Faculdade de Administração, localizada atrás do Correio, bom número de estudantes secundaristas compareceram ao Congresso. Mas como os secundaristas eram mais de tendência de esquerda, os universitários cassaram-lhes o direito ao voto”.

[...] O conflito acirrou-se a ponto de a mesa do Congresso pedir a intervenção da polícia. [...] O tumultuado congresso terminou sem nada encaminhar ou deliberar. Inclusive nas Faculdade houve um rompimento de facções: de um lado os de direita, liderados por Paulo Henrique Blasi, Geraldo Salles e Sebastião Severino da Luz; a atuação deste era marcada pelo slogan “Agitação nunca, equilíbrio sempre!” Do outro lado os de esquerda, onde se destacavam Fúlvio Luiz Vieira, Osvaldo Dietrich (o fogueinho) e Eglê Malheiros (MORETTI, 1984, p. 52).

A situação de marasmo e retração da política estudantil catarinense só começou a mudar após maio de 1951, quando foi eleito Fúlvio Luiz Vieira⁵, que seguiu consolidando a entidade,

⁵ Fúlvio Luiz Vieira, após sua trajetória no movimento estudantil, foi chefe do Gabinete de Relações públicas dos governadores Celso Ramos e Ivo Silveira. Considerado um “pioneiro” na área de relações públicas no estado, dirigiu também as agências publicitárias MPM e Public, localizadas em Florianópolis. Também foi presidente da seção catarinense da Associação Brasileira de Agências Publicitárias (ABAP-SC), entidade de classe dos

e posteriormente Paulo Henrique Blasi⁶, militante católico ligado à Aliança Independente Acadêmica (AIA) – da qual era inclusive membro fundador –, que o sucedeu (RIEDER; SOUZA, 1989, p. 94) (MORETTI, 1984, p. 52-53).

Serenito Moretti (1984) analisa que, mesmo com uma atuação mais ativa, as gestões de Blasi e Massolini – mesmo opostas entre si – tinham uma posição ainda de direita. Durante o XV Congresso Nacional de Estudantes, a delegação catarinense apoiou “a ala direitista que lutava para manter-se na direção da UNE” (MORETTI, 1984, p. 53). Ao fim do Congresso, com a ajuda dos representantes da UCE, foi eleito o direitista Luiz Carlos Goeltzer. Segundo Blasi, em trecho transcrito por Moretti (1984), isso aconteceu porque havia um posicionamento em comum de que a UNE “não podia ser utilizada como instrumento de manipulação de interesses político-partidários, inclusive de ordem internacional, como vinha fazendo a União Internacional de Estudantes (UIE)” (MORETTI, 1984, p. 53).

Havia, no entanto, uma contradição paradoxal entre os posicionamentos da diretoria da UCE no XV Congresso da UNE e sua prática política na capital barriga-verde (MORETTI, 1984, p. 54). Na gestão de Blasi, a UCE capitaneou um movimento de greve contra os preços abusivos dos cinemas de Florianópolis, campanha que, vitoriosa (os donos de cinema foram obrigados a baixar seus preços), garantiu grande visibilidade e prestígio junto aos estudantes catarinenses. Sobre a greve que deu início, de acordo com Moretti (1984, p. 55), à “fase de apogeu” da presença da UCE na política estadual, foi feita reportagem na edição de 23 de setembro de 1952 do jornal “A Gazeta” que resume a situação:

Domingo a cidade amanheceu cheia de cartazes e faixas, enquanto era profusamente distribuído um manifesto ao povo, subscrito pela Comissão Organizadora, pelos estudantes de Florianópolis. Neste manifesto, depois de lembrar-se, no preâmbulo, que o estudantes brasileiro, em todas as campanhas que vem empreendendo, movimenta massas, convence os poderes públicos e consegue o que intenta porque suas reivindicações são sempre justas, recorda em que em Porto Alegre os estudantes depuseram um reitor da Universidade; que em Goiânia, reconduziram professores “espoliados por motivos políticos”, que em Curitiba lutaram ao lado do povo e das donas de casa contra o aumento de preços dos gêneros de primeira necessidade e assim por diante. Depois deste introito, declara o

publicitários. Em sua trajetória como chefe de relações públicas do Governo do Estado, teve, entre seus colegas, o florianopolitano Salim Miguel. Faleceu em outubro de 2011, aos 84 anos. FONTE: Morre publicitário Fúlvio Luiz Vieira, em Florianópolis. **NDMais**, 03 de out. de 2011. Disponível em: < <https://ndmais.com.br/noticias/morre-publicitario-fulvio-luiz-vieira-em-florianopolis/>>. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

⁶ Paulo Henrique Blasi nasceu em Campos Novos, no oeste catarinense. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina em 1953, tornando-se, em 1957, professor de Direito Administrativo na mesma instituição. No ano de 1955, tornou-se consultor jurídico do Governo do Estado, exercendo as funções de procurador-geral e secretário de Estado da Justiça, da Administração e da Educação. Foi juiz do TRE/SC e presidente da OAB/SC. Sob sua gestão na OAB, criou a Escola Superior de Advocacia. Faleceu em 29 de outubro de 2013, em Florianópolis. FONTE: CIRIMBELLI, Ademar Arcângelo. Homenagem póstuma ao professor Paulo Henrique Blasi. **Notícias da UFSC**, 19 de nov. de 2013. Disponível em: <Homenagem póstuma ao professor Paulo Henrique Blasi>. Acessado em: 12 de jun. de 2021.

manifesto: É chegada a vez do estudante catarinense (MORETTI, 1984, p. 54).

Com a saída de Blasi, em 1952, por conta de sua formatura, assumiu a cadeira Neudy Massolini⁷. Proveniente de uma família tradicional de políticos da região Oeste do estado, Massolini foi eleito para a presidência da UCE ainda em seu primeiro ano de faculdade (MORETTI, 1984, p. 57). Em sua gestão, graças a um “trabalho eficiente e dinâmico” do movimento estudantil na busca por melhorias na infraestrutura da entidade, foram conquistados, em quatro meses, “assistência médica, odontológica e jurídica, gratuita para os estudantes, além de abatimentos de 50% nos meios de transportes” (RIEDER; SOUZA, 1989, p. 95).

O ano de 1953, aliás, foi momento de intensas manifestações estudantis locais e nacionais. Com sua imagem enfraquecida e seu afastamento dos estudantes brasileiros, a UNE se viu obrigada a convocar o Conselho de Representantes, instância deliberativa extraordinária composta pelos representantes das entidades estudantis estaduais, em busca da recuperação de sua legitimidade para com a mocidade brasileira. Ainda em abril desse ano, as entidades questionaram, por intermédio do Conselho, o posicionamento da UNE sobre o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. O projeto, que tramitava no Congresso Nacional, “permitia a ocupação bélica estrangeira de áreas estratégicas no território brasileiro, prevendo ainda, nas entrelinhas, a utilização de reservas de petróleo e monazita do Brasil pelo outro país signatário” (MORETTI, 1984, p. 56).

Assim, foi deliberado que os estudantes compareceriam diante do Senado Federal na noite de votação da proposta para apelar aos senadores que a rejeitassem, por atentar diretamente contra a soberania nacional. No entanto, os delegados estudantis chegaram à sessão imediatamente após o fim do pleito, com a decepcionante notícia de que os parlamentares haviam aprovado o Acordo (MORETTI, 1984, p. 56).

Como resposta, o Conselho de Representantes da UNE aprovou um manifesto em que repudiava a proposta, apontando-a como “triste documento que envergonha o passado glorioso da diplomacia brasileira, é atentatório à soberania, vexatório às nossas Forças Armadas,

⁷ Neudy Primo Massolini nasceu em Serafina Corrêa/RS, mas logo veio com sua família para Santa Catarina. Seu pai, Fioravante Massolini, foi Prefeito e Vereador do município de Concórdia/SC, além de Deputado Constituinte de 1967 e Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do estado. Neudy, após sua saída da política estudantil em 1955 e após completar o curso de Direito, foi advogado, professor, empresário e agropecuarista. Foi também prefeito de Concórdia pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), cargo que exerceu entre 1973 e 1977. Concorreu três vezes ao cargo de Deputado Estadual à ALESC: a primeira para a 9ª Legislatura (1979-1983) pela ARENA, quando foi eleito; a segunda para a 10ª Legislatura (1983-1987) pelo PDS (partido sucessor da ARENA), também eleito; e a terceira para a 11ª Legislatura (1987-1991) também pelo PDS, quando ficou como quarto suplente do partido. Faleceu em 9 de julho de 1992. Fonte: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/728-Neudy_Massolini. Acessado em 08 de junho de 2021.

economicamente prejudicial (...), porque rasga a Constituição Federal” (MORETTI, 1984, p. 56). Também em protesto, a bancada estudantil catarinense do Conselho declarou que o dia 13 de maio seria uma “data de luto universitário”. (MORETTI, 1984, p. 56).

As lutas políticas de 1953 não se resumiram à luta contra a aprovação do acordo. Ainda no início desse ano, a UCE havia organizado manifestação em protesto contra a violência policial, após um incidente de abuso de autoridade sofrido contra o estudante universitário Gil Ivo Losso. Além de saírem em passeata, os estudantes também lançaram um manifesto no qual denunciavam a atitude e criticavam a ostensividade exagerada da polícia florianopolitana nas ruas. Na manifestação, que ficou conhecida como “A Noite”, os estudantes caminharam, com velas acesas nas mãos, pelas ruas da capital catarinense enquanto entoavam gritos de ordem contra a violência policial. Ao fim da passeata, realizaram ato em que “enterraram simbolicamente o agressor” (MORETTI, 1984, p. 57).

No dia 13 de maio, por fim, ocorreu a manifestação contra a aprovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos em frente à sede da UCE. De acordo com reportagem d’A Gazeta citada no livro de Moretti (1984), os estudantes “espalhavam-se da esquina da Tenente Silveira até a esquina da Felipe Schmidt, ocupando toda a ladeira da Álvaro de Carvalho” (MORETTI, 1984, p.57). Dez dias depois, a UCE organizou outra manifestação por conta da aprovação do Acordo Militar na Câmara dos Deputados (MORETTI, 1984, p. 57-58).

A UCE, pouco a pouco, ampliava sua atuação. No final do ano de 1953, o Conselho de Representantes da UCE reelegeu Neudy Massolini, graças à hegemonia do novíssimo Partido Acadêmico Progressista (PAP), agremiação política estudantil com viés de direita (MORETTI, 1984, p. 58). Sua segunda gestão foi marcada pela continuidade e consolidação da UCE. Sob sua gestão,

A Assembleia Legislativa do Estado declara a UCE como uma entidade de utilidade pública. Posteriormente, a Câmara Municipal forneceu aos estudantes o “Bar Miramar”, localizado no então denominado “Trapiche Miramar”, para a instalação do Restaurante Universitário, e doou um terreno com a finalidade de se construir a Casa do Estudante. Após uma campanha, os estudantes conseguiram inaugurar a Casa Provisória do Estudante Catarinense em 1956, contando com 15 vagas e administrada pelos próprios estudantes (RODRIGUES, 2010, p. 25).

Em outubro de 1953, ainda na segunda gestão de Massolini, a UCE organizou mais uma manifestação contra a violência policial. O mote, desta vez, fora a violenta repressão sofrida por estudantes de Goiânia/GO durante uma manifestação, que resultou no assassinato do jovem Haroldo Gurgel e grave ferimento de mais dois acadêmicos por tiros de metralhadora desferidos pela Polícia Federal. Além desse caso fatídico na capital goiana, eventos de repressão violenta

também haviam acontecido contra os estudantes de Sergipe, na ocasião do seu III Congresso Estadual. Além de manifestação política, a UCE determinou 3 dias de greve em solidariedade aos companheiros violentados no exercício de seus direitos. Em novembro, ocorreu nova manifestação da mocidade catarinense, dessa vez em conjunto com a Associação Contra a Carestia, contra o aumento no preço da carne (MORETTI, 1984, p. 58-59).

Apesar de sua forte atuação nas lutas estudantis, a UCE acaba tendo uma queda em sua popularidade entre os estudantes no ano seguinte, em 1954, quando Massolini foi eleito para a sua terceira gestão como presidente. A atmosfera de continuidade em suas políticas, somada à conjuntura nacional de crise política envolvendo o governo de Getúlio Vargas – que se suicidaria no mesmo ano – e a perda paulatina de prestígio da UNE no seio da mocidade, fez com que as entidades deixassem “de ser presença efetiva na promoção e coordenação do movimento” (MORETTI, 1984, p. 59).

Ao final do ano, a ala mais conservadora do movimento estudantil catarinense, liderada pela AIA e com apoio da União Democrática Nacional (UDN), garantiu a presidência da entidade barriga-verde. Seus novos dirigentes, com forte inclinação udenista, partem então para a participação no pleito para o Governo do Estado, e “põem a entidade a serviço da campanha eleitoral dos sucessores também udenistas de Irineu Bornhausen – Jorge Lacerda e Heriberto Hülse” (MORETTI, 1984, p. 60).

À medida que se aproximava o final da década, o movimento estudantil catarinense ficava cada vez mais polarizado. Embora, até então, os católicos da Aliança Independente Acadêmica estivessem pouco organizados – devido, sobretudo a estarem em concordância política com os três anos de gestão de Neudy Massolini –, em 1956 a situação mudou drasticamente com a eleição de Linésio Laus⁸, militante do Partido de Renovação Acadêmica (PRA) e ligado à esquerda universitária. Partindo da acusação de que Laus estaria “comunizando” a UCE, a militância católica se reorganizou para disputar a presidência no III Congresso da UCE, que ocorreria entre os dias 12 e 15 de maio (MORETTI, 1984, p. 60-63).

Durante a realização do III Congresso da UCE, foram evidenciadas duas chapas majoritárias em concorrência pela direção da entidade: a Aliança Independente Acadêmica (AIA), dirigido pela JUC, e o Partido de Renovação Acadêmica (PRA), composto

⁸ Linésio Laus, após concluir seus estudos na Faculdade de Direito de Santa Catarina, tornou-se advogado. Um dos fundadores da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Balneário Camboriú/SC, presidiu a entidade por duas gestões (entre 1981 e 1984) e exerceu a advocacia por mais de 60 anos. Faleceu em 25 de julho de 2020, deixando quatro filhos, dentre eles Vitor Luiz Laus, presidente do TRF-4. FONTE: OAB-SC. Luto oficial: OAB/SC lamenta morte do fundador e ex-presidente da Subseção de Balneário Camboriú, Linésio Laus. **OAB-SC**, 25 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://www.oab-sc.org.br/noticias/luto-oficial-oabsc-lamenta-morte-do-fundador-e-ex-presidente-subsecao-balneario-camboriu-linesio-lau/17993>>. Acessado em: 12 de jun. de 2021.

majoritariamente por estudantes da Faculdade de Direito e aglutinador dos comunistas. No fim, os católicos saíram vitoriosos, elegendo Francisco Vieira pela AIA.

Em 1956, apresenta-se outra luta a ser travada pelo movimento estudantil: a criação da Faculdade de Engenharia, projeto provindo de um consórcio empresarial e com o objetivo de instalá-la em Joinville/SC. Os universitários, no entanto, “reivindicavam que ela fosse localizada em Florianópolis, criando assim melhores condições para a instalação de uma Universidade”. A Assembleia Legislativa, no entanto, concedeu 6 milhões de cruzeiros para que ela fosse instalada em Joinville. (MORETTI, 1984, p. 69).

A UCE não se pronunciou a respeito, contudo a Faculdade de Direito, na figura de sua liderança Túlio César Gondim, reagiu e os universitários do curso de Direito, então, iniciam um “amplo movimento para pressionar o Governado Jorge Lacerda a vetar o projeto aprovado na Assembleia”. Alegavam que o projeto deveria ser mais bem estudado, e que os estudantes deveriam ser incluídos na discussão – a opinião estudantil, para o movimento, representava “os anseios de emancipação da nossa terra” (MORETTI, 1984, p. 69).

Como a Assembleia não respondeu à solicitação, os estudantes de Direito, então, aumentaram a pressão, conseguindo, no processo, a “adesão da União Florianopolitana de Estudantes”– foi, então, criada uma “Comissão de Estudantes Universitários e Secundários”, que percorreu Florianópolis, passando pelas escolas e faculdade para chamar os estudantes a compor manifestações de rua em defesa da criação de uma Universidade de Santa Catarina (MORETTI, 1984, p. 69-70).

Dois meses depois, os estudantes e o poder público chegaram a um acordo:

Ficaria, então, o executivo do Estado de enviar à Assembleia Legislativa um Projeto-Lei criando a Faculdade de Engenharia em Florianópolis, e nesse incluiria um dispositivo que regulasse a criação das futuras faculdades para Santa Catarina, dependente sempre do parecer do Conselho Universitário. E, em segundo lugar, que os estudantes aguardassem a aprovação, por parte do Governador, do Estatuto da Universidade e a nomeação do Conselho Universitário, que depois poderia, conforme competência atribuída em Lei criar as faculdades que julgasse necessárias (MORETTI, 1984, p. 70).

Embora a UCE não tivesse participado da campanha pela criação da Faculdade de Engenharia, isso não quer dizer que não estivesse presente em outras campanhas. A luta principal da entidade, durante o ano de 1956, foi pela construção do Restaurante Universitário – obra que formou o espaço para aglutinar, novamente, boa parte do movimento estudantil catarinense em volta da entidade. Como aponta Moretti (1984):

O lançamento da pedra fundamental do Restaurante Universitário se deu no transcurso dos festejos do 7º aniversário da UCE, dia 15 de novembro

de 1956. A partir daí os Centros e Diretórios Acadêmicos se juntam aos esforços incansáveis que a diretoria da UCE já vinha fazendo para angariar fundos para a construção. Comissões de estudantes percorrem Prefeituras Municipais, empresas e centros comerciais do Estado pedindo ajuda; jogo de futebol com um time internacional, promoções culturais e reuniões dançantes são feitas com a mesma finalidade; campanha do cimento; mas a batalha principal se dá nos corredores dos órgãos públicos, em especial dos ministérios, na busca de verbas (MORETTI, 1984, p. 70).

A campanha durou até o ano seguinte. Em abril de 1957, uma pequena delegação de diretores da UCE capitaneados pelo seu então presidente Francisco X. Medeiros Vieira (do campo católico), chega ao Rio de Janeiro. Na então capital federal, os estudantes permaneceram um mês inteiro “percorrendo ministérios e repartições públicas para receber verbas já autorizadas pelo Congresso Nacional, mas ainda não liberadas pela burocracia” (MORETTI, 1984, p. 70).

O tempo de estada de um mês na capital do estado não passou despercebido pela oposição, liderada pelo Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF), do Direito. Indo para além das críticas, inicia-se uma campanha contra a gestão Medeiros Vieira, “colidindo com uma onda de difamação de seu nome veiculada nos órgãos de imprensa durante sua ausência na capital do Estado” (MORETTI, 1984, p. 71). A situação ficou tão dramática que a UNE, por meio de seu III Conselho Nacional, emitiu uma nota de repúdio à ação, que solicitava à UCE e ao movimento estudantil catarinense a resolução de seus conflitos políticos através das instâncias corretas, e que “não os trouxessem ao público” (MORETTI, 1984, p. 71). Como aponta Moretti (1984), no entanto, as motivações para essa campanha tinham mais um elemento:

O fato se originou com as críticas de Medeiros Vieira ao Governador Jorge Lacerda, acusando-o de “omissão à casa dos estudantes” (lê-se: não estava ajudando na construção do restaurante). E como tais críticas foram publicadas por um semanário comunista do Rio a questão teve repercussão política. Diante do fato desencadeado, estudantes do Centro Acadêmico XI de Fevereiro não vacilaram em solidarizar-se com o governador, ao mesmo tempo em que publicaram num diário da capital o artigo intitulado “Solidariedade dos Estudantes de Direito ao Governador: Repúdio dos Acadêmicos às declarações de um picareta” (MORETTI, 1984, p. 71).

Foi nesse clima de tensão que ocorreu, em maio de 1957, o IV Congresso Estadual de Estudantes. O evento ocorreu no mesmo dia que a “inauguração do primeiro pavimento do Restaurante Universitário – que servirá de sede à UCE” (MORETTI, 1984, p. 71). Embora Medeiros Vieira, candidato à reeleição pela AIA, tivesse obtido algum prestígio político pela ocasião, outra situação acabou abalando por completo as eleições do Congresso. Preocupada com o clima de tensão no caso de o pleito ocorrer ao fim do Congresso, diretoria da UCE, composta majoritariamente por militantes da AIA, antecipou a eleição para antes do evento.

Com a hegemonia proporcionada pela manobra, Vieira foi reeleito com tranquilidade para o cargo. A situação, então, ficou insustentável, e o tumulto foi tanto no decorrer do congresso que, quase no final do evento, a mesa diretora da entidade chamou a polícia para “garantir a ordem” (MORETTI, 1984, p. 71).

A segunda gestão de Vieira foi marcada pela continuidade das obras do restaurante universitário e por “ter, e manter durante um ano um programa de rádio a serviço do movimento estudantil”, feito até então inédito (MORETTI, 1984, p. 71). Em dezembro de 1957, no entanto, ele se exonerou do cargo. Mesmo com outro estudante assumindo a presidência para cumprir o período de gestão até 1958, a UCE foi, cada vez mais, entrando em um novo período de morosidade e fraca atuação, reflexo de uma atuação ruim da própria AIA. A oposição, portanto, organiza-se para ganhar a eleição seguinte e, em 1958, o Partido da Renovação Acadêmica sai vencedor do pleito. O PRA dirigiu a entidade nos dois anos seguintes (MORETTI, 1984, p. 71).

Mais tarde, a partir da década de 1960, surgiria o movimento “Terceira Força”. Dirigido pela Ação Popular, o movimento “absorveu” a AIA e seus militantes, convertendo-se em uma formidável força no movimento estudantil universitário (RIEDER; SOUZA, 1989, p. 97). Francisco Mastella aponta, em entrevista concedida a Rieder e Souza:

...nesse momento haviam dois partidos [estudantis] fortes em Santa Catarina, que era a Aliança Acadêmica e a Renovação. A Renovação fez o presidente que em 60/61 inaugurou o Restaurante Universitário, e a partir daí, com base principalmente no movimento que saiu da Casa da JUC... foi fundado um movimento chamado Terceira Força, que praticamente absorveu a Aliança Universitária (Acadêmica) e mais alguns... tinha uma posição de centro, uma posição não muito radical, enquanto o Partido da Renovação tinha posições mais avançadas, em termos de esquerda e termos ideológicos... (RIEDER; SOUZA, 1989, p. 97)

A década de 1960, marcada por uma conjuntura nacional e internacional conflituosa e envolta na atmosfera da Guerra Fria, também foi o período de criação e consolidação da Universidade Federal de Santa Catarina. No ano de 1960, por meio da aprovação da Lei 3.849, é levado a cabo o projeto da cidade universitária, que abarcaria as faculdades já existentes em Florianópolis, como as de Ciências Econômicas, Farmácia, Bioquímica, Filosofia, Medicina e Serviço Social, Direito e Engenharia, que eram distribuídas pela cidade. Como apresenta Elizabeth Silva:

Os primeiros anos da UFSC foram no centro de Florianópolis, com oito faculdades e pouco mais de 800 alunos. Mais tarde ela transferiu-se para a Fazenda Modelo Assis Brasil, uma área de 1 milhão de metros quadrados na Trindade, doada pelo governador Heriberto Hulse. (SILVA; GADOTTI, 2000)

A criação da UFSC (ainda USC, mesmo já federalizada, com a inclusão do adjetivo “Federal” no nome em 1965) representou novos desafios para o movimento estudantil universitário catarinense. Com a integração das faculdades à Universidade, os centros acadêmicos (CA) das faculdades teriam uma nova entidade a quem recorrer: a Federação dos Estudantes da USC (FEUSC) tinha o papel de Diretório Central dos Estudantes. Ela representaria, a partir de 1960 e até 1964, os CAs:

VIII de Setembro, da Faculdade de Filosofia; **Pio XII**, da Faculdade de Serviço Social; **José Batista Rosa**, da Faculdade de Odontologia; **XI de Fevereiro**, da Faculdade de Direito; **José Boiteux**, da Faculdade de Ciências Econômicas; e **Henrique Brüggmann**, da Faculdade de Farmácia (RODRIGUES, 2010, p. 29, grifo meu).

A UCE, como era esperado, também teve um aumento de suas lutas e das demandas dos estudantes, estando à frente de campanhas que envolveram desde a regulamentação da “Casa do Estudante” da USC até a luta local pela reforma universitária, tendo participado da “greve do um terço” pelo aumento da representação estudantil nas instâncias deliberativas da universidade (RIEDER; SOUZA, 1989, p. 99).

Em 1960, a gestão da UCE foi liderada por Domingos Augusto Gaio. Nesse período, iniciou-se a construção do Restaurante Universitário, concluído em 1961, e também administrado pelos estudantes. Vemos em deliberações do Conselho Universitário do ano de 1963, por exemplo, questões acerca de adiantamentos provenientes do fundo patrimonial para a obtenção de alimentos para o restaurante, solicitados pela UCE. Não obstante, a UCE trabalhou atrelada com demandas populares, entre elas a instalação de um curso noturno de alfabetização e a campanha contra o aumento de 30% das tarifas dos transportes coletivos urbanos (RODRIGUES, 2010, p. 29).

Em agosto de 1961, em decorrência da crise sucessória da Presidência da República com a saída de Jango, a UCE adere à greve geral convocada pela UNE, entidade que deslocara sua sede para a capital gaúcha. A entidade catarinense, então se insere na rede da legalidade capitaneada pelo governador gaúcho Leonel Brizola, instalando, na sua sede, “o Serviço de Alto-falantes da Rede da Legalidade, informando à população através dos boletins constantes sobre o desenrolar dos acontecimentos” (MORETTI, 1984, p. 79).

O V Distrito Naval, instância local da Marinha do Brasil, exigiu que a UCE retirasse os alto-falantes, sob ameaça de “que se se não o fizesse seria retirados à força por soldados da Marinha”. Em resposta, a direção da UCE “organiza uma comitiva com os presidentes dos Centros e Diretórios Acadêmicos e se dirigem ao Almirante do V Distrito Naval exigindo-lhe que cumprisse a Constituição”. O apelo dos estudantes não funcionou, e a ameaça não foi retirada. (MORETTI, 1984, p. 80).

Pouco depois, surge a notícia de que a Marinha teria dado ordens de dinamitar a ponte Hercílio Luz, sob o pretexto de que Brizola estaria preparando-se para subir o mapa com o III Exército rumo a São Paulo. Em resposta, os estudantes organizaram-se novamente, desta vez apelando para o arcebispo auxiliar de Florianópolis, D. Felício César da Cunha Vasconcelos. Durante a madrugada, os alunos, juntamente com o clérigo, colocaram-se ao centro da ponte, determinando que só sairiam quando o V Distrito Naval declarasse que não tinha a destruição da ponte como um de seus objetivos (MORETTI, 1984, p. 80).

A UCE também organizou uma grande manifestação pública pela legalidade e posse de João Goulart à presidência:

Diante da convocação da UCE para uma manifestação pública pela preservação da Constituição e posse de João Goulart, a Secretaria da Segurança expede aviso que interditaria e dissolveria a manifestação com forças do Exército e da Marinha, caso esta se realizasse. Porém, os estudantes não se intimidaram com as ameaças da Secretaria de Segurança, e lá estavam eles defronte à sede da UCE, realizando comício, acompanhados de expressivo público. Forças do Exército e da Marinha cercam os manifestantes pela rua Tenente Silveira e Felipe Schmidt, respectivamente. Mas como entre os manifestantes havia muitos amigos dos oficiais militares, se estabelece um impasse: o comício é realizado e terminado com uma passeata, passando entre os soldados, até a Praça XV, sem que nenhuma repressão houvesse (MORETTI, 1984, p. 80).

A Ação Popular era hegemônica na UNE e na UCE. Nesse momento, o presidente da entidade catarinense era Francisco Mastella, membro da AP e da Terceira Força. Sob a sua gestão, foi organizado, em setembro de 1961, o “I Congresso Estadual Extraordinário da entidade para reformar a sua constituição e dar continuidade à luta pela reforma universitária”. Dentre as discussões, “entra em debate a localização da Universidade de Santa Catarina” (MORETTI, 1984, p. 83).

Havia dois posicionamentos distintos: os estudantes, em sua maioria, queriam que a Universidade fosse para a Trindade, onde havia espaço para a criação de um campus universitário. O reitor João David Ferreira Lima, por sua vez, defendia que a universidade fosse instalada no centro da cidade. O Congresso Extraordinário, mesmo sem deliberar nada, acendeu a faísca para um movimento que cresceria e ganharia oposição:

De um lado, a liderança da Terceira Força juntamente com o Professor e Diretor da Faculdade de Filosofia, Desembargador Henrique da Silva Fontes (a Faculdade de Filosofia encontrava-se localizada no bairro Trindade), empenhados em levar a Universidade para a Trindade. Do outro lado, o Partido de Renovação Acadêmica, sendo aliciado pela Reitoria com empregos de salários sedutores, lutava em manter a Universidade no Centro de Florianópolis (MORETTI, 1984, p. 83).

Nesse período, papel fundamental também foi desenvolvido pela FEUSC, que criou o “Jornal da FEUSC” e que lutou pela instalação da universidade na Trindade. Por fim, por maioria de votos, o Egrégio Conselho Universitário decretou vitória dos estudantes, e a universidade começou sua transferência para o território que outrora fora a Fazenda Assis Brasil, no bairro da Trindade (MORETTI, 1984, p. 83).

Além das campanhas pela democracia e pelas reformas, o movimento estudantil catarinense também colocou em prática as políticas de assistência que estavam sendo desenvolvidas nacionalmente. O trabalho de alfabetização de adultos, promovido pelos Centros Populares de Cultura (CPC) da UNE desde 1962 como uma iniciativa da Ação Popular, foi executado também em Santa Catarina, cuja UCE também era dirigida por apistas, por meio da Terceira Força. Com um trabalho eficiente e adquirindo destaque na área de alfabetização, Santa Catarina recebe, em 1963, o educador Paulo Freire, que viera ministrar um curso de alfabetização (MORETTI, 1984, p. 84).

Deste curso, que havia sido organizado pela UCE e financiado pela Secretaria de Educação do Governo do Estado, participaram, além de estudantes universitários, professores primários. O método entusiasmou de tal forma o Governo estadual, que este decidiu implantar em Santa Catarina alguns polos de alfabetização, utilizando os estudantes universitários como monitores, adquirindo, inclusive, equipamentos e material para o desenvolvimento do trabalho. (REINER; SOUZA, 1989, p. 100).

Ainda no final de 1963, depois de retornar de um Encontro Nacional de Alfabetização em Recife-PE, o movimento estudantil organiza a iniciativa “Mutirão”, que teve apoio de militantes de outros estados para fazer um mutirão de alfabetização popular a partir do Método Paulo Freire em comunidades carentes (REINER; SOUZA, 1989), tendo até adquirido um veículo *Kombi* para garantir mobilidade na empreitada - veículo este que, alguns meses depois, seria apreendido pelos órgãos de repressão como evidência de atividades subversivas, a partir da eclosão do golpe civil-militar de 1964 (RODRIGUES, 2010, p. 29).

À medida que o ano passava, o movimento estudantil, capitaneado pela “terceira Força”, intensificava seu discurso pró-reformas, e a necessidade de uma reforma universitária tornava-se o mote das entidades em todo o país. Para Moretti (1984), os estudantes tinham em mente que a luta pelas reformas era uma forma de “levar à revolução”.

As liberdades propiciadas pelo governo João Goulart, o crescimento das lutas sociais e o aparente desconcerto dos setores das classes dominantes deram-lhes a impressão de que a revolução estava ao alcance das mãos, isto é, que logo se conseguiria alcançar sobretudo a independência nacional, a reforma agrária, a minimização da pobreza.

Daí que, lutar pelas reformas era levar à revolução. [...] As iniciativas que a UCE tomava no sentido de promover a organização popular eram consideradas revolucionárias. Tanto que a UCE, ao enviar uma comissão de universitários ao município de Papanduva, no interior de Santa Catarina, para assessorar os agricultores que aí estavam em conflito com o Exército devido à posse da terra, não hesitou em estampar no seu jornal a reportagem intitulada: “UCE inicia revolução no campo” (MORETTI, 1984, p. 85).

Paralelamente à luta dos estudantes, os setores conspiracionistas da burguesia brasileira e internacional e o governo dos Estados Unidos também caminhavam com um objetivo em comum, e já tramavam o golpe que deporiam, na madrugada de 31 de março para primeiro de abril, o presidente João Goulart. Da mesma forma que agiam nacionalmente, grupos conservadores de direita como a Campanha da Mulher pela Democracia, IPES e IBAD atacavam a UCE, denunciando nos meios de comunicação o risco de suas políticas “comunizantes”. Até o estopim do golpe, no início do ano seguinte, o movimento estudantil viveria o auge de sua politização (MORETTI, 1984, p. 86).

2 CAPÍTULO II

2.1 Os primeiros dias do golpe na UFSC

O golpe de 1964 não surgiu ao acaso. Ele foi resultado de uma longa “série de tendências e contradições” que tomavam cada vez mais “corpo” e forma na sociedade brasileira, nas duas últimas décadas. A partir de 1946, com o fim da ditadura do Estado Novo, a República entrou no chamado “período democrático”, com eleições diretas e até uma – curta e momentânea – legalização do PCB. O aumento da participação de “setores da sociedade até então marginalizados” colocou as classes dominantes em cheque (ALVES, 2005, p. 24-25).

Com o movimento golpista, os militares construíram uma ordem violenta e autoritária, implementando uma estrutura burocrática e instituições para reprimir seus opositores. Nesse processo de identificação da oposição e justificativa da repressão fortaleceu-se a Lei de Segurança Nacional.

Esse movimento foi encabeçado por civis e militares: os civis, sobretudo grandes empresários brasileiros e estrangeiros, parte da imprensa, políticos e as organizações de propaganda anticomunista e anti-Jango (como o IPES e o IBAD), dentre outras organizações da sociedade civil, prepararam o terreno ideológico do golpe. Já os militares operacionalizaram o movimento golpista, tanto com a arregimentação dos militares para o movimento armado que chegaria ao Rio de Janeiro em 1º de abril quanto na organização político-ideológica interna do novo governo a ser instalado, por meio da Escola Superior de Guerra (ESG) (ALVES, 2005, p. 26). Essas diferentes faces do golpe de 1964 serão discutidas neste subcapítulo, a começar pela teorização militar, com uma pergunta a ser respondida: afinal, o que os militares brasileiros pensavam sobre o Brasil e o mundo?

A partir dos ensinamentos militares de instituições estadunidenses, a Escola Superior de Guerra foi responsável por elaborar, com base nos conceitos geopolíticos oriundos das teorias militares norte-americanas, a versão brasileira de uma doutrina denominada “Doutrina da Segurança Nacional”. Embora o termo e seu conceito não fossem totalmente novos e derivassem de diversos estudos militares anteriores, na América Latina das décadas de 1960 e 1970 ela adquiriu forma e tornou-se uma doutrina minimamente organizada (COMBLIN, 1978, p. 21-22).

A Doutrina seria sintetizada pela ESG no *Manual Básico da Escola Superior de Guerra* pelo seu principal teórico no Brasil, General Golbery do Couto e Silva, e estaria presente nos quartéis, nas Escolas de Oficiais e nas escolas militares. De acordo com Maria Helena Moreira

Alves (2005), em 1968, o Currículo da ECEME (Escola de Comando do Estado Maior do Exército), “estabelecimento de mais alto nível para adestramento do comando militar”, dedicava 222 horas de aula “exclusivamente à discussão da Doutrina de Segurança Interna, e outras 129 à análise de formas não-clássicas de guerra” – números altos, que contrastavam com o pífio número de 21 horas separadas para discutir a defesa externa do país (ALVES, 2005, p. 41).

Mas o que é a Doutrina de Segurança Nacional? Antes de tudo, ela é um produto da geopolítica, uma área do conhecimento derivada da geografia que “estuda a relação entre a geografia e os Estados, sua história, seu destino, suas rivalidades, suas lutas”. Seu objetivo envolve, como área de estudo, elaborar orientações políticas baseadas no seu entorno, visando aos “objetivos nacionais” – questão que também será levantada mais à frente (COMBLIN, 1978, p. 24).

O padre Joseph Comblin (1978), teólogo e estudioso dos Estados militares na América Latina, apresentou, em seu livro “A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina” (1978, 246 p.), definições didáticas para os complexos conceitos que regem o estudo da geopolítica - começar pelos conceitos de “Estado” e de “nação”. O conceito de “Estado”, provindo sobretudo dos teóricos militares germânicos, envolvia inicialmente uma noção de estado como um “ser vivo”, com a capacidade de se contrair e se expandir em relação às fronteiras. Esse conceito foi usado, posteriormente, na elaboração das teorias militares nazistas (COMBLIN, 1978, p. 24-27).

Dentro desse conceito militar de um “Estado vivo”, a “nação” tem uma função central: ela é “uma única vontade, um único projeto”, ela é a vontade que move o Estado em sua contração ou expansão, em seus objetivos. Comblin (1978) foi além e apontou que, na Doutrina, “a Nação é vista como um todo homogêneo dotado de uma única vontade”. A definição seria tão abrangente e “simplista” quanto parecia: se o estado é algo quase “orgânico” e com uma única vontade (a “Nação”), elementos da sociedade contrários aos interesses nacionais seriam como corpos nocivos ao Estado e deveriam ser removidos da equação (COMBLIN, 1978, p. 24-31).

Ao encontrar-se em um ambiente de Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional absorveu mais um importante elemento: a bipolaridade. A bipolaridade de um mundo separado entre a influência norte-americana e a soviética permitiu a elaboração de teses de que o mundo se encaminhava para uma “guerra total”, ou seja, uma guerra que “utiliza-se de todas as formas conhecidas de agressão moral, espiritual e física” para vencer o inimigo (COMBLIN, 1978, p. 30-31).

A Doutrina de Segurança Nacional, de acordo com Comblin (1978), apresenta a ideia de “guerra total” dividindo-a em três conceitos: a “guerra generalizada”, a “Guerra Fria” e a “guerra revolucionária”. A **“guerra generalizada”** seria o “conflito armado entre grandes potências, na qual os recursos totais dos beligerantes são postos em ação, e na qual a sobrevivência de uma delas representa um perigo”, conceito que trata do envolvimento do povo (parte compositora do Estado e subordinada à Nação) no esforço de guerra contra um inimigo que deveria ser destruído a qualquer custo. O conceito de **“Guerra Fria”** adicionaria o elemento da ordem mundial polarizada e dividida entre o “mundo livre” capitalista e o “comunismo internacional”, representado pela União Soviética, este último classificado pelos norte-americanos como “conquistador e expansionista, assim como o nazismo” – surgia, assim, um inimigo a ser extirpado. Por fim, a **“guerra revolucionária”** era a prática de guerra do “comunismo internacional”, focada em técnicas de guerra não-convencional – como a guerrilha e a propaganda (COMBLIN, 1978, p. 32-49).

A “guerra revolucionária”, portanto, era uma guerra a ser travada internamente, inclusive pelo “controle de população”, pois os braços do comunismo internacional, para os militares, estavam em todos os lugares, escondidos ou não. Ao ser apresentado pelos militares estadunidenses aos latino-americanos, o conceito foi adotado e “tornou-se o prato predileto dos militares latino-americanos” (COMBLIN, 1978, p. 43).

De forma resumida, Comblin (1978) descreveu a lógica da doutrina de Segurança Nacional como “uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos” que, por ver “guerra” e “estratégia” como uma coisa só, “escraviza os espíritos e os corpos”. Mais à frente, concluiu: os criadores e difusores da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) “invertem perniciosamente a fórmula de Clausewitz”. Se, para o teórico prussiano Carl von Clausewitz, a guerra era “a continuação da política por outros meios” (FARIAS, 2020, p. 40), para os militares adeptos da DSN, a política era “a continuação da guerra por outros meios” (COMBLIN, 1978, 17).

A Doutrina de Segurança Nacional, chamada oficialmente de “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”, foi desenvolvida no Brasil em uma colaboração da Escola Superior de Guerra (ESG) com os institutos IPES e IBAD para funcionar em diferentes instâncias do governo e da sociedade brasileira, dos ministérios às escolas e igrejas. Um dos grandes organizadores dessa doutrina foi o professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra: general Golbery do Couto e Silva (ALVES, 2005, p. 50-53).

Embora tenha se desenvolvido a ponto de se tornar o aparato teórico das ditaduras latino-americanas, a DSN precisou ser aplicada pouco a pouco, à medida que os órgãos de repressão

se desenvolviam. Nos primeiros dias após o golpe, a “coalizão civil-militar” que tomara o governo “pediu o apoio da população” para, ao mesmo tempo, de acordo com seus princípios, garantir, o “restabelecimento da legalidade” (que teria sido usurpada pelo governo anterior) e a “eliminação do inimigo interno” – dois objetivos que se contradiziam (ALVES, 2005, p. 63-64).

Para ir mais fundo, é necessário que se faça uma discussão sobre o papel do Brasil na conjuntura de bipolaridade e pressões presentes na Guerra Fria – voltando, mais uma vez, algumas décadas na narrativa.

A identificação do “inimigo da Nação”, para as elites brasileiras, não era algo novo: a repressão aos adversários do Estado e, em especial, aos comunistas – brasileiros e estrangeiros – já tinha uma longa trajetória na história da república⁹. Ao observar as relações diplomáticas entre o Brasil e os países socialistas (em especial a União Soviética), sobretudo no século XX, Rodrigo Patto Sá Motta (2007) apontou que elas nunca foram muito boas. Desde a Revolução Russa, em 1917, as classes dominantes brasileiras já viam com maus olhos o “radicalismo bolchevique”, disposto a “revolucionar o mundo e destruir as classes dominantes tradicionais” – posição esta que se fortaleceu no mesmo ano, quando diversas cidades industriais do Brasil entraram em greve. Os comunistas russos davam “perigoso mau exemplo para o proletariado brasileiro, e urgia evitar o risco de contágio” (MOTTA, 2007, p. 230-231).

Embora setores da imprensa brasileira já fizessem propaganda contra as “violências praticadas pelos seguidores do bolchevismo” – mesmo que, muitas vezes ignorassem a violência do Exército Branco, favorável ao Czar – foi na década de 1920 que as posições anticomunistas começaram a se espalhar ainda mais, graças à chegada de inúmeras publicações. Ainda que viessem inicialmente da Europa, os textos logo foram sendo traduzidos e publicados em português (MOTTA, 2007, p. 231).

Criminalizados desde sempre, com curtos episódios de legalidade na atuação, os comunistas também foram alvo do governo Vargas. De acordo com Motta (2007), mesmo que

⁹ Existem muitos outros exemplos históricos de anticomunismo expressado por parte do Estado brasileiro: no governo de Washington Luís, por exemplo, a "Lei Celerada" (1927) foi um mecanismo criado para, sob o pretexto de impedir a propagação das revoltas do tenentismo, censurar a imprensa e impedir a expressão de posições políticas; No governo provisório de Getúlio Vargas, apoiado pelos militares, em 1933, foi criada por decreto a Delegacia Especial de segurança Política (DESP), responsável pela "repressão política" e por "receber denúncias, investigar, deter e encarcerar qualquer pessoa cuja atividade fosse considerada suspeita", mesmo sem provas do crime. Em 1935, a Lei de segurança Nacional, que nessa época “definia os crimes contra a ordem política e social”. Em 1936 foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional, subordinado a justiça militar, para realizar julgamentos rápidos, nos quais os acusados mal podiam se defender, violando os rituais dos processos jurídicos tradicionais. Foram sentenciadas por esse Tribunal 1400 pessoas até dezembro de 1937. Neste mesmo ano, "Vargas pressionou e o Congresso aprovou o estado de sítio. Em dezembro, a pressão aumentou, o governo criou a Comissão de Repressão ao Comunismo" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 375)

tenha havido algum interesse do governo brasileiro de estabelecer laços diplomáticos e finalmente reconhecer a União Soviética na década de 1930, esta situação mudaria nos anos seguintes com o levante armado de 1935, conhecido como “intentona comunista”. A partir desse episódio, amplos setores da imprensa brasileira e Governo Vargas passaram a ver os soviéticos não apenas como “fonte para inspiração do imaginário comunista”, mas como “potência agressora”, capaz de infiltrar-se na sociedade brasileira por todos os lados (MOTTA, 2007, p. 232-235).

Em 1937, às vésperas do golpe que daria início ao Estado Novo, o Exército “descobriu” um “suposto plano comunista” para tomar o poder no Brasil: o Plano Cohen. O texto, com inclinações antissemitas¹⁰ (inclusive no nome *Cohen*, cuja grafia derivou do nome *Bela Kuhn*, líder comunista judeu húngaro), foi redigido pelo comandante Olympio Mourão Filho. Mourão Filho, que seria peça-chave no golpe de 1964, “acumulava”, nesse período, “as funções de oficial do Estado-Maior do Exército e chefe do serviço de informações” da Ação Integralista Brasileira (AIB), uma organização fascista brasileira que defendia o Integralismo, ideologia derivada do nazifascismo europeu com características originais, mas ainda alicerçada no anticomunismo e no antissemitismo (MOTTA, 1998, p. 100).

A propaganda anticomunista aumentou à medida que o Brasil começou, na década de 1930, a se posicionar a respeito das potências militares e da expansão da Alemanha na Europa:

Entre 1935 e 1939 o governo brasileiro estreitou laços com a Alemanha nazista, tanto políticos como econômicos. Acordos comerciais já vinham sendo firmados antes de 1935, mas o advento da Intentona consolidou tal tendência. Policiais brasileiros foram enviados para treinamento na Alemanha com objetivo de aprender como a Gestapo lidava com a ameaça comunista, e diplomatas foram convidados a tomar parte em congressos anticomunistas. A solidariedade anticomunista também foi a razão principal para a simpatia brasileira à causa franquista na Guerra Civil Espanhola. Cauteloso, Vargas deu apoio apenas discreto aos nacionalistas, mas, no íntimo, seu governo torcia pela derrota dos republicanos (MOTTA, 2007, p. 235-236).

A partir de 1942, o Brasil mudaria essa posição e integraria a lista de países Aliados, inclusive mandando soldados para lutar no *front* ocidental na Segunda Guerra (a Força

¹⁰ A relações entre o anticomunismo e antissemitismo são antigas – inclusive anteriores à ascensão do nazismo entre 1920 e 1930 (onde atingiu se ponto mais crítico). De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (1998), já no texto “Os protocolos dos sábios do Sião”, texto surgido na Rússia czarista após a Revolução de 1905 e falsamente atribuído a líderes judeus, a propaganda antissemita já apontava o grupo étnico-religioso como “subversivo”. No texto, um sábio judeu discursa para outros pares sobre uma conspiração secular pela destruição da “civilização baseada nos valores cristãos”, por fomentar o “ódio de classes” e o “coletivismo”, dentre outras acusações como o “despojamento da aristocracia de suas terras e tradições”. Mais tarde, o próprio Hitler apontaria o “bolchevismo russo” como um “embuste dos judeus” para “apoderar-se do domínio do mundo”, constituindo uma “ditadura mundial”. (MOTTA, 1998, p. 96-98).

Expedicionária Brasileira – FEB). Finalmente, com o fim da guerra e a vitória dos Aliados, o Brasil reconheceu, depois de 28 anos, a União Soviética como Estado soberano e estabeleceu relações diplomáticas. Além disso, já em seu último ano de existência antes de ser retirado do poder pelos militares, Vargas legalizou o Partido Comunista. Um ano depois, com o fim de Estado Novo e a eleição do candidato Eurico Gaspar Dutra, o PCB entrou novamente na ilegalidade. Motta (2007) aponta algumas características do anticomunismo propagado pelo Estado brasileiro:

O anticomunismo não precisava ser importado dos Estados Unidos, ele já existia previamente e possuía aderentes inflamados. O ardor de tais grupos provocou início precoce da Guerra Fria no Brasil, pois, enquanto o rompimento entre EUA e URSS deu-se em 1947, a perseguição à esquerda brasileira começou ainda em 1946, culminando na ilegalidade do PCB em maio de 1947 e na cassação dos mandatos dos eleitos pela legenda em janeiro de 1948. Membros da extrema-direita chegavam a criticar o governo dos Estados Unidos nesse momento, vendo nele falta de vigor no combate ao comunismo. A administração democrata naturalmente não gostava dos comunistas, mas não havia consenso sobre a melhor forma de lidar com o problema. Alguns membros do governo dos EUA, por exemplo, desconfiavam das políticas repressivas da extrema-direita, que frequentemente combatia qualquer mudança social a pretexto de conter a revolução. A campanha contra o comunismo certamente tinha apoio norte-americano, mas isso não significa que todas medidas tiveram inspiração em Washington. Nesse sentido, a proscrição do Partido Comunista e o rompimento diplomático com a URSS não podem ser explicados como resultado de pressão direta dos EUA, afinal, nem os Estados Unidos chegaram a tanto (MOTTA, 2007, p. 237-238).

Somente no governo Juscelino Kubitschek, do Partido Social-Democrático (PSD), na segunda metade da década de 1950, o Brasil retomaria diálogos diplomáticos com os soviéticos, sobretudo através de missões comerciais – mas não chegou a reatar laços diplomáticos formais, atitude que envolvia entrar em “conflito com a direita” anticomunista. Foi, então, postergada a aproximação estratégica (MOTTA, 2007, p. 238-239).

A situação mudou um pouco com Jânio Quadros. Jânio percebia o potencial político que uma política externa não-alinhada aos Estados Unidos teria, principalmente pela possibilidade de acordos econômicos. Foi lançada, durante seu curto governo, a Política Externa Independente, diretriz diplomática e comercial do governo brasileiro que foi continuada, posteriormente por João Goulart. Jango, já em 1961, ainda com poderes limitados pelo parlamentarismo, reatou atividades diplomáticas com a União Soviética. (MOTTA, 2007, p. 238-239).

Entre 1961 e 1962 foram tomadas algumas iniciativas: o famoso cosmonauta Iuri Gagarin foi enviado em turnê publicitária, organizaram-se mostras de cultura e filmes soviéticos e foi reparada uma Exposição Soviética no Rio de Janeiro, para mostrar as realizações técnicas e econômicas da potência do leste. Com o estabelecimento de relações

diplomáticas normais com o Brasil, os soviéticos ganharam melhores condições para disputar com os Estados Unidos a simpatia dos brasileiros. E eles estavam em desvantagem, pois desde a "política de boa vizinhança" da época da Segunda Guerra os EUA financiavam programas voltados ao estreitamento de laços com o Brasil, nas áreas educacional, técnica e cultural. Com a recém conquistada liberdade de movimentos, a URSS implantou programas para facilitar o aprendizado da língua russa, principalmente através dos Institutos Culturais Brasil-URSS (ICBUS) (MOTTA, 2007, p. 239).

Jango foi incisivo em sua política de alianças de forma não-alinhada, com países dos dois blocos políticos opostos. Para Motta (2007), um dos motivos para a deflagração do golpe contra Goulart foi “precisamente sua política externa”. Goulart, além de reatar laços diplomáticos com a União Soviética, acenava também para Cuba e para a China – este último país, inclusive, era onde estava Jango, em visita diplomática e comercial quando Jânio abdicou da presidência (MOTTA, 2007, p. 240).

Os episódios mais famosos do golpe de 64 foram descritos por Carlos Fico (2014) não como “combates cruentos”, mas por “lances burlescos”, com muitos telefonemas, movimentações de políticos, empresários e militares em “atividades conspiratórias” (FICO, 2004, p. 16) para minar ainda mais as bases do governo Goulart:

Ao que tudo indica, o golpe estava marcado para alguns dias depois da movimentação de tropas precocemente iniciada no dia 31, em Juiz de Fora (MG) pelo general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, oficial que sempre parecera afoito demais aos olhos dos verdadeiros líderes da conspiração. Mourão, porém, impacientava-se com a demora. Em articulação com o governador mineiro Magalhães Pinto, decidiu tomar a iniciativa, mesmo sabendo que sua opção de atacar o Rio de Janeiro era contestada pelo General Carlos Luiz Guedes, que preferia deflagrar uma Sublevação em Minas Gerais. [...] Suas tropas avançaram lentamente e acabaram por receber a adesão das forças legalistas. [...] Ante a ofensiva de Mourão, Goulart caiu sem resistência, não acionando seu “dispositivo militar” que supostamente resistiria a iniciativas golpistas da direita (FICO, 2004, p. 16-18).

Segundo Carlos Fico (2004), Jango teria tido a possibilidade de reagir tanto contra conspiradores civis – como o governador Carlos Lacerda, da UDN, “que se defendia precariamente” armado com um revólver no Palácio Guanabara, quanto contra os militares revoltosos em seu trajeto à capital federal, dispersando-a com o uso de bombardeios aéreos controlados – quanto contra os militares que vinham de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro. No entanto, teria tomado a decisão de “evitar uma guerra civil”, rumando para o Rio Grande do Sul e, logo depois, para o Uruguai (FICO, 2004, p. 18).

A questão, no entanto, é mais complexa. Como o próprio Fico apontou, em seu livro “O grande irmão” (2008), outro elemento fundamental na equação política do golpe foi a ação norte-americana. Os estadunidenses tiveram, sobretudo a partir do fim da Segunda Guerra

Mundial, grande interesse em se aproximar do Brasil e influenciar a sua política. Já em 1946, a potência mundial havia conquistado um grande aliado, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), mas que foi colocado de lado pela priorização da reconstrução da Europa pós-guerra. Nos anos seguintes, sobretudo a partir do governo Juscelino Kubitschek, o governo Brasileiro começou a fazer pressões para que os Estados Unidos desenvolvessem programas de auxílio ao desenvolvimento dos países latino-americanos. Acontece que, até o momento, a ajuda norte-americana tinha a função de financiar posições anticomunistas e regimes com essa perspectiva, pouco fazendo que se referia à melhora das condições de vida daquelas populações. Após uma conflituosa visita do Vice-Presidente dos Estados Unidos da América à América Latina, em 1958, onde o político sofreu duras vaias e até apedrejamento por parte de populares dos países que visitou, o presidente Eisenhower anunciou que iniciaria um financiamento para o desenvolvimento dos países latinos (FICO, 2008, p. 25).

Mas o motivador central por trás da criação de um projeto de desenvolvimento regional da parte dos Estados Unidos foi a Revolução Cubana – não em 1959, quando Batista foi derrotado pela guerrilha, mas em 1961, quando a ilha caribenha se declarou um país socialista. A União Soviética, com Nikita Khrushchev à frente, anunciou que “qualquer agressão a Cuba poderia ser respondida militarmente pela União Soviética”. Mesmo assim, o governo estadunidense agiu pela deposição de Fidel Castro, líder da Revolução Cubana (FICO, 2008, p. 26-27).

Em 1961, Eisenhower entregou a presidência dos Estados Unidos ao democrata John Fitzgerald Kennedy, e este, finalmente, foi às vias de fato com Cuba, no ataque à Baía dos Porcos. A campanha fracassou, e os Estados Unidos não coordenaram mais ataques armados diretos à ilha, localizada 200 km ao sul de sua costa. Em um clima de tensão com as consequências do logro de uma revolução socialista nas américas, o governo Kennedy estava decidido a impedir que esse tipo de evento se repetisse. A partir de 1960, então, surgiram muitos programas de formação de militares latino-americanos em escolas estadunidenses com o enfoque de defesa interna e contraguerrilha (FICO, 2008, p. 28).

Em março de 1961, ainda durante o governo Jânio Quadros, foi lançado o programa Aliança para o Progresso. Esse programa, lançado pelo próprio Kennedy na Casa Branca e em cerimônia televisionada, prometia uma cooperação na qual os norte-americanos estariam dispostos a fornecer o necessário para, por exemplo, “melhorar os padrões de vida”, erradicar a fome e aumentar o acesso à educação básica – desde que todo o processo fosse organizado pelos próprios norte-americanos. A Aliança Pelo Progresso foi administrada por uma ainda recente, mas fundamental organização para a gestão dos interesses norte-americanos em países

estrangeiros: a “Agência para o Desenvolvimento Internacional (U.S. Agency for International Development – USAID)”. A USAID foi criada em 1961 para cuidar da “assistência econômica” à América Latina, no mesmo período em que outras agências similares surgiram para áreas diferentes (FICO, 2008, p. 30).

A Aliança para o Progresso tinha, também, como objetivo promover ações doutrinárias anticomunistas e contrárias a movimentos populares, a exemplo do financiamento da propaganda contra as Ligas Camponesas, movimento social de luta pelo direito à terra no Nordeste brasileiro. De acordo com Fico (2008),

Kennedy tinha uma visão catastrófica da América Latina, a “área mais perigosa do mundo”, como ele dizia, certamente em função da fracassada tentativa de invasão de Cuba e da tormentosa crise dos mísseis. Portanto, suas iniciativas para a região eram um instrumento de controle da América Latina no contexto da Guerra Fria que, agora, também a afetava e não apenas a Europa e Ásia, até então. Mas sua elaborada retórica democrática, de cooperação desinteressada e seu tremendo carisma – além da presença de sua bela esposa, Jacqueline Kennedy, que fazia discursos em espanhol – garantiram-lhe uma imagem muito positiva entre os latino-americanos (FICO, 2008, p. 31-32).

Kennedy, no entanto, foi assassinado em 1963. O episódio causou grande comoção não só nos Estados Unidos, como também na América Latina, e o ex-presidente “se tornou um mito e dezenas de escolas e avenidas latino-americanas foram batizadas em seu nome”. Em seu lugar assumiu o vice-Presidente, Lyndon B. Johnson. O novo presidente “manteve a Aliança para o Progresso e sua moldura doutrinária anti-insurrecional”, e manteve praticamente a mesma equipe de Kennedy (FICO, 2008, p. 32-34).

Dentre várias figuras marcantes que cercaram Johnson durante sua gestão, uma das mais marcantes foi Thomas C. Mann:

A Aliança para o Progresso parecia tolhida por uma teia de ineficácia administrativa e Johnson não podia dar a impressão de que abandonaria a iniciativa de Kennedy, anunciada com tantas esperanças para a América Latina, região com a qual ele tinha alguma empatia por conta de sua juventude no Texas. Talvez por tudo isso, decidiu nomear um homem-branca para agir e fosse seu único porta-voz para assuntos latino-americanos. Escolheu um especialista, o antigo embaixador do México, Thomas C. Mann, que também fora um dos autores do tendencioso “Livro Azul”¹¹, nos anos 1940, juntamente com Spruille Braden, embaixador

¹¹ O “Livro Azul”, originalmente chamado de “Blue book on Argentina”, foi um documento publicado em 1945 e enviado, a mando do Departamento de Estado dos Estados Unidos, a “todas as embaixadas do Continente”. O documento acusava o governo argentino de “cooperação com os países do Eixo”, com o objetivo, segundo Neto (2017) de isolar o país sul-americano diplomaticamente em um contexto em que o nacionalista Juan Domingos Perón, presidenciável considerado “preocupante” para os interesses norte-americanos, era o mais cotado para vencer as eleições daquele ano. O documento, que tinha como ponto central a recusa da Argentina em juntar-se à guerra, concluía com a recomendação de que a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) não aceitasse a entrada do país (NETO, 2017, p. 232-234).

americano em Buenos Aires, trabalho que diz ter feito “com muito gosto”. Em janeiro de 1964, Johnson o cumulou com as funções de coordenador da Aliança para o Progresso, secretário assistente para Assuntos Interamericanos e assistente especial para a América Latina (FICO, 2008, p. 35).

Embora tenha ficado pouco tempo à frente da Aliança para o Progresso, Mann foi responsável por mudanças na sua administração, como, por exemplo, a atuação da entidade como “indutora do desenvolvimento”, agindo como intermediária para o investimento de empresas privadas estadunidenses na América Latina, ao invés de investir os recursos financeiros diretamente. Mais do que isso, no entanto, foi a implementação da chamada “Doutrina Mann”, que determinava que “os Estados Unidos deixariam de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas, mesmo que fossem autoritários ou ditatoriais” (FICO, 2008, p. 35).

Segundo Carlos Fico (2008), desde o início, o governo norte-americano participou do financiamento de diversas “campanhas de desestabilização” do governo Goulart. O autor, no entanto, marca uma posição clara. Para ele, a campanha de desestabilização do presidente e a trama do subsequente golpe de estado foram coisas diferentes.

A primeira, financiada pela burguesia brasileira e internacional por meio, sobretudo, das Organizações Não-Governamentais “Instituto de Pesquisa Econômica e Social” (IPES) e “Instituto Brasileiro de Ação Democrática” (IBAD), entidades dedicadas à desestabilização política e propaganda anticomunista, com ações que, inclusive envolviam ir a municípios do interior do país para passar conteúdo audiovisual e realizar comícios sobre o “perigo vermelho” e o governo Jango.

Esse tema foi extensamente discutido no trabalho do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss (1981), em especial no seu livro traduzido no Brasil como “1964: A conquista do estado – ação política, poder e Golpe de Classe” (DREIFUSS, René Armand. Petrópolis: Vozes, 1981, 814 p.). A campanha de desestabilização de Jango – parte de uma larga campanha contra João Goulart, Fidel Castro e Cheddi Jagan, o premiê da Guiana Inglesa – foi feroz, de forma que não tinha “precedentes na história das relações interamericanas” (FICO, 2008, p. 73).

O golpe, no entanto, foi resultado de conspirações de múltiplos lados. A opinião dos comandantes militares acerca do presidente já se deteriorava pouco a pouco, mas nada comparou-se à mudança de lado repentina vista nos últimos dias antes da derradeira madrugada de 31 de março para 1º de abril, quando, diante das movimentações armadas dos revoltosos,

Goulart já não contava com apoio algum das Forças Armadas, mesmo que ainda tivesse bons índices de aprovação popular. Para Fico (2008):

Goulart contava com excelente índice de popularidade. Introduziu na agenda política temas que a própria ditadura não teria como remover e foi obrigada a enfrentar de algum modo – como a reforma agrária, a habitação popular, o analfabetismo e a reforma universitária, por exemplo. Ele foi deposto porque deu a impressão de fomentar conquistas populares demasiado amplas que, aos olhos de certos setores de elite, poderiam levar à radicalização da democracia. No contexto de Guerra Fria e sob o influxo do anticomunismo, isso pareceu intolerável. Mas ele também foi deposto por não ter sido capaz de estabelecer uma política militar satisfatória – área para a qual deveria estar muito mais atento em função de sua importância e capacidade de intervenção na política (FICO, 2008, p. 75).

O governo dos Estados Unidos, em especial o embaixador Lincoln Gordon, surpreendera-se com a saída de Jânio. O plano inicial “era manter a estrutura constitucional de 1946 intacta para o restante do mandato de Jânio e permitir eleições presidenciais em outubro de 1965”. Gordon esperava “uma segunda vitória de Juscelino Kubitschek” (FICO, 2008, p. 77). João Goulart era visto, a partir de investigações e de informações dadas à própria embaixada dos EUA, como um presidente incompetente e sem “condições de planejar ou de gerir as dificuldades financeiras do Brasil” (FICO, 2008, p. 74-76).

Desde 1962, quando das eleições municipais, os Estados Unidos intensificaram as atividades de espionagem e influência na política brasileira. Nesse ano, representantes do “departamento de Defesa e outras agências governamentais” norte americanos como “a CIA, a USAID e o USIS” estiveram no Brasil, poucos meses antes de uma visita do próprio presidente Kennedy ao Brasil. Seu objetivo era de conversar “com autoridades e lideranças empresariais brasileiras”, e sugerir o “cancelamento da visita” do presidente norte-americano, o “financiamento de campanhas de candidatos” de seu interesse às eleições de 1962 e o “direcionamento de recursos financeiros para governos estaduais”, proposta feita pela CIA e adotada por Lincoln Gordon. O objetivo dessa proposta era “evitar que os recursos da Aliança para o Progresso, reservados para obras de impacto ou quaisquer iniciativas que favorecessem os Estados Unidos”, fossem destinados ao governo federal e a governos estaduais considerados antiamericanos e “esquerdistas”, como o gaúcho Leonel Brizola e o pernambucano Miguel Arraes (FICO, 2008, p. 75-79).

A partir daquele momento, os Estados Unidos iriam aumentar ainda mais suas ações de interferência na política brasileira. Em 1963, o governo estadunidense já tinha até um “planejamento de um possível golpe”, ou seja, como proceder caso Goulart fosse expulso da presidência por brasileiros. Esse planejamento já existia “desde o início da campanha de desestabilização, em 1962”. Esse plano de ação, que evoluiu para uma proposta de apoio militar

ao golpe, ficou conhecido – inclusive em ofícios e ordens de expedição estadunidenses – como “Operação Brother Sam”. (FICO, 2008, p. 80-81).

A Operação tinha alguns objetivos claros: ela apresentava “planos de emergência para fornecer armas ligeiras e munições” aos brasileiros que se levantassem contra Goulart. Todas essas informações foram confirmadas pelo Embaixador estadunidense Lincoln Gordon¹², que teve forte atuação na implementação do plano junto com seu Adido Militar da embaixada, Vernon Walters. O período em que Johnson esteve frente à embaixada norte-americana “passaria a ser caracterizado”, de acordo com Fico (2008), “como uma fase de excessiva identificação com a ditadura brasileira” (FICO, 2008, p. 80-82).

Efetivado o golpe, faltava ainda a sua institucionalização e legitimação. A solução apresentada para explicar suas motivações à sociedade brasileira foi assinada e entregue pouco mais de uma semana depois da tomada do poder: o Ato Institucional nº 1. Redigido às escondidas (ALVES, 2005, p. 64), o documento foi publicado no dia 9 de abril de 1964, com título que já explicitava suas inspirações:

À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória (BRASIL, 1964).

Em seguida, mais abaixo, a junta militar golpista explícita, novamente, que não pretende ter seu movimento “frustrado” pelas forças que compunham o governo deposto:

Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País (BRASIL, 1964).

¹² De acordo com Carlos Fico (2008), o presidente Lyndon Johnson posteriormente “o nomearia para o cargo de secretário assistentes para Assuntos Interamericanos”, logo que deixasse o trabalho na embaixada brasileira. Tal ato era sinal de aprovação de seu trabalho como diplomata a serviço de Washington (FICO, 2008, p. 81).

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir.

Logo após, os militares buscam diferenciar-se de um movimento golpista, explicando que não iriam suspender a Constituição e nem fechar o Congresso definitivamente:

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional (BRASIL, 1964).

A necessidade posta, no entanto, era “institucionalizar um novo aparato que apoiasse” o movimento, apresentado como “revolução”. A afirmação de que a “revolução” “se legitima por si mesma” apresenta uma imposição de autoridade que não é abafada pela afirmação posterior de que aquele seria apenas um movimento restaurador da democracia. A recepção de sua publicação foi, em geral, negativa tanto para a imprensa quanto para a sociedade civil – inclusive para alguns grupos que deram apoio ao golpe (ALVES, 2005, p. 65-66).

De qualquer forma, o estrago já estava feito. O Ato Institucional nº 1 (apelidado de AI-1) foi a primeira legislação persecutória outorgada pelos “revolucionários”. Em seus 11 artigos, que definem desde datas para novas eleições via colégio eleitoral até a cassação de mandatos de parlamentares por 6 meses e direitos políticos de cidadãos por 10 anos (ALVES, 2005, p. 67), dois artigos são de especial importância para este trabalho: o Artigo 7º “suspendia por 6 meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade”, garantindo ao governo o poder de demitir, aposentar, reformar ou expulsar civis ou militares em funções públicas, enquanto o seu 1º parágrafo garantia que as investigações para tal seriam “sumárias”; o Artigo 8º, por sua vez, regulamentava que, para apurar “responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária” (ou seja, atos “subversivos” diversos contra os “interesses da nação”) seriam investigados a partir de inquéritos, civis ou militares, a partir do estabelecimento de Comissões de Inquérito, e os casos poderiam ser investigados “individualmente ou como “ações coletivas” (ALVES, 2005, p. 66-67). Essas medidas formaram, portanto, o núcleo fundamental da legislação repressiva do novo governo.

Desde antes de o golpe ser deflagrado entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, as universidades já eram visadas pela direita e pelos órgãos de repressão como privilegiados espaços para a proliferação de ideais de esquerda. Mesmo que houvesse um exagero na percepção das tendências mais reacionárias da política acerca das instituições de ensino, é fato que, desde a década de 1950, os universitários brasileiros tinham aumentado sua atuação política e voltado, em parte, suas atenções para reivindicações de esquerda (MOTTA, 2014, p. 23-24).

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2014):

Desde o fim dos anos 1950 as universidades haviam se tornado lugares propícios à propagação dos valores de esquerda, sob o influxo de eventos mundiais – a Revolução Cubana, as guerras de libertação na Ásia e na África – e de transformações no quadro nacional – crescimento urbano e industrialização, expansão e organização dos movimentos sociais, como sindicatos, entidades de camponeses e de favelados. As instituições universitárias sofreram mudanças nesse período, passando de acanhadas formadoras de bacharéis a instituições que cresciam e demandavam reformas. Houve um notável aumento do número de estudantes nos vinte anos seguintes à Segunda Guerra Mundial: eram 30 mil matriculados em 1945 e 142 mil em 1964 (MOTTA, 2014, p. 24)

Dentre os professores universitários, a maioria tinha posições à direita do governo Jango. Mesmo com uma certa parcela apoiadora dos movimentos sociais e até alguns professores declaradamente marxistas – sobretudo na faixa de idade dos 20 aos 30 anos –, a maior parte posicionar-se-ia a favor do golpe de estado como um elemento restaurador da democracia supostamente ameaçada pelo governo de Goulart (MOTTA, 2014, p. 25).

Quando o golpe ocorreu, as forças golpistas já tinham uma noção de quem eram seus “inimigos”, e as instituições de ensino superior constavam dentre seus principais alvos. Conta Motta que:

No momento do golpe, os militares já tinham seus alvos previamente definidos. Eles mantiveram os militantes sob vigilância mesmo durante o período Goulart, quando a orientação em alguns estados e em âmbito federal era deixar a esquerda em paz. Em 1964, as operações de repressão tiveram como protagonistas principais as forças policiais (civis e militares), mas também algumas unidades das forças armadas, que fizeram seu “batismo de fogo” em atividades a que se dedicariam com afinco nos anos seguintes (MOTTA, 2014, p. 30).

As forças de repressão policiais civis e militares não estiveram sozinhas nesse primeiro assalto às instituições e à sociedade brasileira após a madrugada de 31 de março para 1º de abril de 64. Junto a elas estiveram grupos e organizações de caráter civil (e paramilitares) de extrema-direita, como foi o caso do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Uma coisa era fato: o auxílio de membros e grupos da sociedade civil foi fundamental para o logro do movimento

insurgente e da conseqüente implantação da ditadura. No momento da chegada ao poder, as instituições de repressão eram pouco desenvolvidas para a tarefa árdua que tinham pela frente. O sistema dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) juntamente com as instituições de repressão eram, ainda, os principais e às vezes os únicos braços da repressão presentes em todos os estados da Federação com atuação oficial.

Logo após o golpe, iniciou-se uma varredura por todo o país de investigações, aberturas de sindicâncias, prisões e destituições, da parte do novo governo, contra todos aqueles que fossem considerados inimigos políticos do novo estado de coisas. Iniciava-se, ainda em abril, a “Operação Limpeza”:

A expressão “Operação Limpeza” foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário político público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora da limpeza implicava também a punição para os corruptos, mas, inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos (MOTTA, 2014, p. 25).

Com uma retórica que invocava o “combate à corrupção”, a operação chegou a constar nos documentos dos diplomatas estadunidenses sob o nome “Operation Clean-up”, de significado homônimo. O governo dos Estados Unidos, aliás, possuía “informações privilegiadas” sobre as operações de repressão, obtidas sobretudo por meio de programas de intercâmbio constantes entre as forças de segurança brasileiras e norte-americanas. Reclamavam, inclusive, que “as documentações eram esparsas e pouco confiáveis”. Feitas pelas forças locais e sem uma coordenação central na repressão, não havia como coletar, efetivamente, informações exatas nem mesmo com o Ministério da Justiça (MOTTA, 2014, p. 25-26).

Mesmo assim, existem dados aproximados sobre a onda de repressão. De acordo com dados dos órgãos diplomáticos dos Estados Unidos, o número de detidos “no momento do golpe” varia entre 20 mil e 30 mil. Boa parte dos presos, no primeiro momento, foi liberada após interrogatório, ainda que cerca de 3 mil permanecessem detidas até o mês seguinte (MOTTA, 2014, p. 26).

Cabe apontar que, embora sem resistência organizada contra o movimento golpista, ocorreram ações individuais de confronto direto entre estudantes e forças de repressão nos dias do golpe. Como aponta Motta (2014):

Alguns líderes [estudantis] se propuseram a lutar em defesa de seus ideais e saíram de casa, por vezes armados, dispostos a enfrentar os “gorilas”. E ocorreram tentativas de resistência em algumas escolas. Por exemplo, uma frustrada manifestação estudantil na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e a ocupação de prédios da então

Universidade do Rio Grande do Sul (URGS, hoje Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) e da Universidade do Brasil (UB, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Vale lembrar também que alguns dos mortos nos dias do golpe eram estudantes, como dois jovens secundaristas baleados em Recife após protesto originário da Escola de Engenharia (MOTTA, 2014, p. 26).

Em Florianópolis, embora as situações tenham sido particulares e diferentes de grandes centros, também ocorreram grandes ações de repressão no dia do golpe. Já no dia 1º de abril, iniciou-se uma onda de prisões de lideranças políticas estudantis. Ainda que, como aponta Motta (2014), boa parte das detenções dos primeiros dias tenham sido por um período curto de tempo, o ponto fundamental a ser apontado é, de fato, a quantidade de prisões em pouquíssimo tempo providas de uma novíssima legislação ainda em construção no centro do poder.

No primeiro dia do golpe, os estudantes Eduardo Luiz Mussi, presidente do CAXIF, e Luiz Müller, foram presos. Rogério Queiroz, presidente da UCE, e Manoel Soar, representante dos estudantes secundaristas, também foram presos. Todos foram acusados de subversão por conta de sua participação nas manifestações contra as tarifas de ônibus e outras atividades de contestação da ordem. Todos os quatro, também, enfrentaram Inquéritos Policial-Militares (IPM) (SARTOTI, 2017, p. 62-63).

Dias após o golpe, Florianópolis sediou uma “marcha da Família com Deus pela Liberdade”, passeata com pautas conservadoras e anticomunistas que era, desde antes do golpe, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), entidade feminina que participou da desestabilização de João Goulart e, após sua deposição, passou a celebrar os golpistas. Segundo Rodrigo Sartoti (2017), quem capitaneou a organização do evento na capital foi Edith Gama Ramos, “esposa do então Governador do Estado, Celso Ramos, do PSD”. Celso Ramos apoiou o golpe e, logo no mesmo ano, “passou a dividir o Palácio Rosado com o Almirante Murillo Vasco do Valle Silva, do 5º Distrito Naval - DN, homem de confiança dos militares e futuro ministro-chefe do Estado-Maior no governo Médici” (SARTOTI, 2017, p. 66-67).

Para auxiliar na ilustração de como foi a recepção do golpe pelas elites catarinenses na capital, faz-se importante trazer excerto da dissertação do professor Rodrigo Sartoti (2017) sobre os agitadores da Marcha:

Dentre os oradores da Marcha, estavam dois notáveis professores da Faculdade de Direito da UFSC, que também ocupavam cargos de autoridade. Eram o reitor João Davi Ferreira Lima e o desembargador presidente do Tribunal de Justiça Ivo Guilhon Pereira de Mello. Os professores de direito dividiram palco e microfone com autoridades políticas e eclesiásticas de Florianópolis, que bradavam “Liberdade, Liberdade, Liberdade!” (SARTOTI, 2017, p. 67).

João David Ferreira Lima, como foi demonstrado nas diversas situações descritas no presente texto, comemorou o golpe publicamente. Sua exaltação com o novo estado de coisas seria refletida, alguns meses depois, quando foi incumbido da tarefa de implementar, na UFSC, as Comissões de Inquérito criadas pela “Operação-Limpeza” (SARTOTI, 2017, p. 68-70). É possível concluir, inclusive, que Ferreira Lima fez o possível para “adequar” a Universidade que comandava ao novo regime que se organizava – mas, para falar disso, é importante que seja discutido quem foi, afinal, João David Ferreira Lima.

Ao se discutir a UFSC na década de 1960, não há como não falar sobre seu primeiro reitor: João David Ferreira Lima. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro, Ferreira Lima fora Diretor da Faculdade de Direito por sete anos e, na UFSC, exerceu o cargo de Reitor por dez anos e chegou a ser presidente do Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras (CRUB), órgão que adquiria cada vez mais importância à medida que a implementação das Universidades avançava, especialmente durante o governo Juscelino Kubitschek (LIMA, 2000). Em 1980, escreveu o livro “UFSC: sonho e realidade”, que conta, a partir de seu ponto de vista, a história da criação e consolidação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para começar a discussão, é preciso que se fale das primeiras disputas que ocorreram sobre como poderia ser e como, afinal, foi a implantação da USC. Por isso, cabe aqui que se volte um pouco na cronologia ao início da década de 1960, mais especificamente para o período de fundação da Universidade de Santa Catarina e sua efetiva instalação na cidade.

Para começar, a criação da Universidade “já foi”, desde seu início, marcada “por uma disputa entre dois professores da Faculdade de Direito”: Henrique da Silva Fontes e João David Ferreira Lima. Segundo Sartoti, “ambos os professores estavam diretamente envolvidos nas tratativas de viabilização da Universidade em meados dos anos de 1950, Henrique Fontes com o projeto de uma universidade estadual e Ferreira Lima com o projeto de uma universidade federal”. (SARTOTI, 2017, p. 42-43).

Em setembro de 1961, em Florianópolis, foram empossados, em sessão solene, “49 professores catedráticos”, que dariam aula na Universidade, assim como a eleição de professores e diretores das Faculdades. De acordo com Ferreira Lima (2000), mesmo após a definição dos membros do Conselho Universitário, ainda havia uma tarefa fundamental a ser cumprida “para que fosse instalada, começasse a funcionar e encetasse a sua caminhada profícua, esplêndida e eterna” (LIMA, 2000, p. 94): um local de instalação. Durante 1961 até o início de 1962, a Reitoria funcionou no “Salão Nobre”, sala da Faculdade de Direito (LIMA, 2000, p. 95).

Em fins de janeiro de 1962, quando já começávamos a desanimar de encontrar uma casa como desejávamos, fomos procurados pelo Dr. Friedrich Frankz, que nos propôs a venda do imóvel sito na Rua Bocaiúva 60, conhecida como chácara do “Molenda”, de propriedade de Meta Zipter, filha do falecido Carlos Oepcke. Pedia a importância de Cr\$42.000,00. Dissemos-lhe que a Universidade não podia pagar tal quantia. Dias depois, voltou aquele advogado informando que a família havia resolvido reduzir o preço para Cr\$32.000,00 (LIMA, 2000, p. 111).

Após descrição da permuta pela casa que abrigaria a Reitoria – que terminou com a proprietária aceitando o valor de Cr\$25.000,00, Ferreira Lima descreve que, mesmo com “todos esses cuidados e o preço insignificante pago”, sua administração teria sido denunciada ao Ministério da Educação, situação que, considerada como injusta por Ferreira Lima, foi contornada após conversa com o Ministro Oliveira Britto, que era amigo do reitor e arquivou a denúncia “sem ao menos pedir-nos informações” (LIMA, 2018, p. 113). Lima atribuiu a denúncia, em seu livro de memórias, “aos esquerdistas”, que “tudo fizeram para nos afastar da reitoria” (LIMA, 2000, p. 113).

Posta por muito tempo como a visão mais “técnica” das coisas, a narrativa de Ferreira Lima, carregada de emoções em sua fala e com uma narrativa que dá uma imagem “heroica” da administração inicial da UFSC em busca da “excelência” (LIMA, 2000, p. 11-14) foi questionada pelos documentos encontrados nos últimos anos, resultado de muitas pesquisas e, em especial, pelo trabalho que culminou no Relatório Final da Comissão de Memória e Verdade da UFSC (2018).

A leitura de Marli Auras, que foi membra da Comissão de Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC), aponta que o reitor, João David Ferreira Lima, “dando as costas ao fato de já haver uma ampla área de terras disponível no subdistrito da Trindade, a antiga fazenda experimental Assis Brasil”, queria que a Universidade fosse estabelecida na Rua Bocaiuva, no Centro de Florianópolis, em um lugar que definia, em sua defesa, como uma “aprazível chácara”. Em 1962, na sua segunda sessão, o Conselho Universitário aprovou a compra imediata do imóvel. Uma parte considerável do orçamento para a criação da Universidade foi, então, gasta na compra do terreno na Bocaiuva (AURAS, 2018, p. 30).

A proposta de criação de um “palácio da Reitoria” no centro de Florianópolis envolveria também a manutenção da organização espacial das faculdades da forma como já acontecia – ou seja, espalhadas pela cidade, sobretudo no Centro. Mas a ideia ia contra os interesses tanto dos estudantes quanto do idealizador da Universidade e então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, professor Henrique da Silva Fontes. A ideia defendida por este último grupo era a de um Campus Universitário.

Destaque-se que, no vasto terreno da Trindade, desde 1957 os serviços de infraestrutura já estavam em franca implantação (obras de terraplanagem, de arruamento, de canalização das águas etc.), sob a responsabilidade da Diretoria de Obras Públicas do Estado de Santa Catarina, dirigida por Otto Entres, que pôde contar com o trabalho do engenheiro Olavo Fontana Arantes para tocar a obra. Desde 1957, reitera-se, já se iniciara a execução do previsto no arrojado projeto de construção da Cidade Universitária, elaborado pelos professores da USP, Hédio de Queiroz Duarte e Ernesto Roberto de Carvalho Mangue, sob a coordenação geral do “Encarregado dos estudos da criação da Universidade de Santa Catarina”, prof. Henrique da Silva Fontes, que vinha desempenhando essa função, criada pelo governo estadual, desde 1955, de maneira gratuita, pois fortemente motivado pelo seu já histórico compromisso com a criação de uma Universidade em Santa Catarina. Tal Plano projetava o desenvolvimento da Universidade de Santa Catarina em Faculdade (Ensino) articuladas com Institutos (Pesquisa), com amplos setores para a administração (reitoria, prefeitura, correio, restaurante, etc.), a recreação (esportes e teatro ao ar livre e cobertos, biblioteca, clubes de discentes e de docentes, etc.) e a habitação (para estudantes e para professores). (AURAS, 2018, p. 31)

Mesmo assim, Ferreira Lima, já empossado como o Magnífico Reitor da Universidade – cargo que estreou e no qual atuaria pela próxima década –, transferiu seu gabinete para a “chácara” da Bocaiuva e lá iniciou seus trabalhos administrativos. Nesse período, Ferreira Lima encomendou o brasão da Universidade, que foi desenhado pelo artista catarinense Hassis. Ainda em março de 1962, ocorreu a cerimônia de instalação da Universidade, evento sediado no Teatro Álvaro de Carvalho e com a presença de autoridades catarinenses, como o Governador Celso Ramos (AURAS, 2018, p. 31-32). Em seu discurso, classificado por Marli Auras como “longo, retórico”, “genérico” e “autocentrado”, o reitor da Universidade terminou dizendo:

Sob as vestes talares, vindas, na pureza imácua da Tradição, dos priscos tempos medievos, ornadas com o brasão e as insígnias da Universidade de Santa Catarina, pulsa, quase humilde, sem ambições, nem personalismos, franco e sincero, um coração brasileiro, que, com o auxílio do Todo Poderoso e a compreensão humana dos Senhores Professores e do inquieto mundo Universitário, acredita em que não fracassaremos, a despeito das proporções extraordinárias da obra empreendida (LIMA apud AURAS, 2018, p. 32)

O Reitor não citou, em momento algum, a importância do professor Henrique Fontes¹³ no processo de consolidação da USC, em seu discurso. A importância maior de Fontes, para além de sua idealização e seu ativismo em prol da criação da instituição universitária, foi a de ter dado “início simbólico para a construção da Escola de Engenharia”, já no terreno da Trindade – bairro onde também já havia a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, dirigida por Fontes – e, assim, lançando aquilo que seria a “pedra fundamental” na construção de um complexo universitário na Trindade (AURAS, 2018, p. 33).

Constituíam-se, cada vez mais, duas posições opostas no que dizia respeito ao planejamento da Universidade: para Ferreira Lima, a permanência da UFSC “daria dinamicidade ao progresso de Florianópolis” e “representaria uma significativa economia aos cofres públicos, vez que as Faculdades contavam com seus prédios próprios no centro”. Segundo Sartoti, parcela significativa dos cidadãos da capital “achava absurda a ideia de concentrar todos os cursos e a administração da UFSC” na Trindade, com o argumento de que “além do difícil acesso pelas precárias ruas de chão batido, não muito longe da Fazenda ficava a Penitenciária da Pedra Grande, dando um ar de ameaça àquele local pouco habitado” (SARTOTI, 2017, p.43).

Ferreira Lima exercia influência sobre a comunidade universitária e sobre suas instâncias diretivas, tal como o Conselho Universitário e o Conselho de Curadores. Sua “intransigência” nas decisões, no entanto, criou animosidades com o movimento estudantil.

A compra da Chácara Molenda foi a senha, o estopim que, diante do comportamento autoritário do reitor, acabou por deflagrar amplas e aguerridas manifestações discentes, não apenas de universitários, mas também de secundaristas. Ao longo de 1962, tal conflito ganhou as ruas e praças de Florianópolis e a imprensa escrita e falada abriu generosos espaços para noticiá-lo. Desafiado a manifestar-se publicamente, Ferreira Lima respondia escudando-se no fato de que tal decisão tinha sido colegiada, amplamente majoritária no CUn [Conselho Universitário] e por unanimidade no Conselho de Curadores. Mas o estudantado sabia da forte ascendência do reitor sobre os membros dos colegiados superiores da Universidade. Ele exercia com mãos de ferro suas prerrogativas como dirigente maior da instituição. Era corrente a informação de que os diretores das faculdades tinham receio de contrariar o reitor, pois sabiam que teriam que arcar com as consequências disso (com retaliações, como, por exemplo, atraso ou mesmo corte de recursos) (AURAS, 2018, p. 32).

Suas desavenças com membros do corpo docente eram demonstradas, sobretudo quando se referia a Henrique Stodieck, então diretor da Faculdade de Direito e, em menor grau, com seu colega Henrique Fontes.

Segundo David Ferreira Lima, filho do reitor, em recente entrevista dada a Mateus Bandeira Vargas: “Eles não se gostavam. Desde a Faculdade de Direito. Sempre foi voto contrário em tudo o que papai fez lá. Meu velho não suportava o Stodieck. Ele não o suportava também”. Com bem menor relevo, mas existente, também havia problema com relação à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, única a funcionar na Trindade, certamente por ser expressão do histórico protagonismo do prof. Henrique Fontes no processo de criação da Universidade em Santa Catarina (AURAS, 2018, p. 33).

Embora Marli Auras apresente, no texto, a possibilidade desse problema ser derivado do “histórico protagonismo” de Fontes na Faculdade de Direito, algumas informações devem ser adicionadas. Primeiramente, Ferreira Lima, Henrique Fontes e Henrique Stodieck eram de partidos políticos diferentes: Ferreira Lima era filiado ao Partido Social Democrático (PSD),

partido de situação no Governo Estadual e Municipal de Florianópolis; Fontes era da União Democrática Nacional (UDN) (SARTOTI, 2017, p. 40) e Henrique Stodiek era ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro, partido de João Goulart (SARTOTI, 2017, p. 52).

Mas o que representavam, afinal esses partidos? De acordo com Gomes e D'Araújo (1987), mesmo com posições políticas diferentes, tanto PTB quanto PSD compartilhavam uma herança política do Getulismo – marcada pelo “queremismo” e pela volta de Getúlio Vargas à presidência:

Enquanto o PSD reunia interventores estaduais que controlavam importantes aparatos administrativos e clientelísticos, o PTB tinha uma proposta mais diretamente dirigida às classes trabalhadoras. O primeiro, de cunho eminentemente conservador, teria por missão precípua garantir uma transição política controlada, que evitasse mudanças abruptas nos rumos políticos do país; o segundo, estava encarregado de veicular a proposta trabalhista de Vargas em termos partidários. Ambos traziam a marca da herança getulista e isto os contrapunha à UDN. (GOMES; DÁRAÚJO, 1987, p. 4)

Nesse sentido, A UDN seria a oposição à herança de Vargas. Seu principal nome nacional era o jornalista e político conservador Carlos Lacerda. Embora fosse apresentado desde o início, em 1945, como uma "oposição mais cabal à corrente que trazia em si o vício de origem do ditatorialismo" colocando-se assim como defensor da “ordem democrática, liberal e pluralista”, o partido variava entre posições mais liberais e mais conservadoras dependendo da conjuntura (GOMES; DÁRAÚJO, 1987, p. 4).

De qualquer forma, Sartoti (2017) apresenta informação importante sobre as disputas entre o PSD e a UDN, representados na figura de Lima (PSD) e Fontes (UDN), quando a Faculdade de Direito ainda era uma entidade estadual, e a UDN tinha um projeto de criação de uma universidade estadual, ao contrário da proposta “pessedista” (do PSD), que buscava a federalização:

A Faculdade foi, enfim, federalizada em 1956 pela Lei Federal n. 3.038, numa espécie de ensaio das forças políticas ligadas ao PSD (Partido Social Democrático) para criação da Universidade de Santa Catarina, que seria vinculada ao Governo Federal. Deste modo, acabava a possibilidade da Faculdade de Direito integrar o projeto de criação da Universidade de Santa Catarina (a “USC” - entidade estadual de ensino), encabeçado pela UDN (União Democrática Nacional) e pelo professor de Direito e Desembargador Henrique da Silva Fontes, que chegou a projetar o *campus* e seus primeiros prédios, além de conseguir junto ao Governo Estadual a aquisição do terreno que, posteriormente, transformar-se-ia no *campus* da Trindade da UFSC (SARTOTI, 2017. p. 40).

Fontes perdera a disputa em 1956 para, na década de 1960, vencer uma disputa pela criação da cidade universitária. Mesmo tendo conseguido avançar com seus planos de implementação da USC no Centro, Ferreira Lima não teve a boa recepção da opinião pública.

A partir do momento que as notícias se espalharam, o Ministério da Educação recebeu uma carta do vereador Otto Entres, da União Democrática Nacional (UDN) de Florianópolis, denunciando que o ato que havia sido aprovado no Conselho Universitário era “deturpador” do projeto de implementação da Universidade. No telegrama, o parlamentar apresentava nove motivos para que a Universidade fosse localizada na trindade, e não no centro:

Primeiro - Que existe um Plano Piloto elaborado por técnicos da Universidade de São Paulo e devidamente aprovado. **Segundo** - Que as terras da Cidade Universitária foram doadas pelo Estado à União estando a doação mencionada no Estatuto da Universidade. **Terceiro** - Que a área doada é superior a 750.000 metros quadrados estando desembarçadas de quaisquer ocupantes e livre para imediatas construções. **Quarto** - Que há mais de cinco anos está em execução o Plano da Cidade Universitária tendo sido canalizadas as águas, abertas duas avenidas, concluídos os projetos totais da Faculdade de Filosofia e da Escola de Engenharia e Arquitetura. **Quinto** - Que foi construído parte do bloco do conjunto da Faculdade de Filosofia que lá funciona há um ano com toda regularidade. **Sexto** - Que estão reservadas para a Reitoria e Administração vinte mil metros quadrados na parte central da Cidade Universitária. **Sétimo** - Que Plano da Cidade Universitária considera todas as necessidades administrativas, de Ensino, de Pesquisa, de habitação para 4.500 alunos, habitação de professores, esportes, praças e variadas recreações. **Oitavo** - Que o imóvel por adquirir além de deturpar o Plano Piloto da Cidade Universitária contraria frontalmente Plano Diretor da Capital Catarinense e é uma simples residência localizada em zona residencial, distante mais de cinco quilômetros da Cidade Universitária. **Nono** - Que o fato apontado é pretendido imóvel oscilar em torno de Cr\$25.000.000,00, quantia gasta desnecessariamente quando a Universidade já é dona de área de terra desimpedida destinada para este mesmo fim na Cidade Universitária onde poderá começar com esta importância construção de um prédio condigno. Pelo exposto requeiro a V.Exa. se digne determinar a verificação dos fatos apontados para o que também invoco, como cidadão, o direito de representação assegurado pela Constituição Federal (ENTRES apud AURAS, 2018, p. 34. Grifo meu).

O telegrama acima foi o mesmo que fora arquivado pelo Ministro Britto por conta da relação amistosa entre os dois. Ferreira Lima (2000) apontou, em seu livro, que só soube do documento quando foi inquirido pelo MEC na gestão de Darcy Ribeiro, “no tempo do governo João Goulart”:

[...] por nos opormos aos esquerdistas, tudo fizeram para nos afastar da Reitoria, quando então, além de outras medidas contra nós, surgiu o citado telegrama, que nos foi encaminhado para informações. Demos os devidos esclarecimentos, inclusive com fotografias do imóvel e cópia da avaliação e, no final, demonstramos nossa estranheza sobre como, num ministério onde até processos os mais importantes se extraviavam, saltava do arquivo, como por milagre, um telegrama caluniador e com falsidades que há vários anos fora arquivado. Afinal tudo voltou ao arquivo (LIMA, 2000, p. 113).

Nas ruas de Florianópolis, a luta tomava cada vez mais forma: os estudantes arrefeciam a campanha pela instalação da Universidade na Trindade em uma luta que envolveu tanto a União Catarinense de Estudantes Secundaristas (UCES) quanto a União Catarinense de

Estudantes (UCE). O grito era cada vez mais forte e unificado no movimento: “queremos Cidade Universitária na Trindade” (AURAS, 2018, p. 35).

A campanha, que envolveu manifestações, panfletos, comícios, e diferentes atos capitaneados pelo movimento estudantil, durou meses. Em novembro de 1962, finalmente, o Conselho Universitário vota com o movimento estudantil e com Henrique Fontes: “contra a expressa vontade do Reitor”, os conselheiros deliberam pela instalação da Cidade Universitária na Trindade (AURAS, 2018, p. 39). No Livro de Ferreira Lima, não há menção sobre essa derrota da reitoria e nem sobre as manifestações políticas que culminaram na Instalação do Campus na Trindade nas 53 páginas que deveriam falar dos anos entre 1961 e 1967 da Universidade (LIMA, 2000, p. 89-142).

Ao fim de 1963, a UCE e o CAXIF encaminharam ao Ministério da Educação “um pedido de intervenção” federal na Universidade. O pedido se baseava em uma série de motivos e acusações contra o reitor, a saber: a) Ferreira Lima não teria cumprido “deliberações do Conselho Universitário” referentes à “construção do Conjunto Universitário na Trindade”, e além disso pagava bolsas estudantis com valor mais de 37% abaixo do determinado pelo Conselho (Cr\$ 5.000,00 ao invés de Cr\$ 8.000,00); b) os “estatutos da USC” seriam “anteriores e contrários à Lei de Diretrizes de Base”; c) haveria, desde a fundação da Universidade, “nomeações irregulares” (sem concurso), “empreguismo desenfreado e a serviço de grupos políticos”; d) Ferreira Lima não prestava contas ao Conselho Universitário; e) os estudantes denunciavam a “acumulação de cargos” de Ferreira Lima, que era, além de reitor, “também da Diretoria de Transportes Aéreos Catarinenses (T.A.C.)”, que exercia “pressão econômica contra os estudantes, fechando as portas da imprensa”; f) o reitor não cumprira as “deliberações do Fórum de Reitores, no qual ficou decidido a participação nos órgãos colegiados de 1/3 de representantes do corpo discente”; g) o reitor vetara o “direito de voto aos dois atuais representantes estudantis no Conselho Universitário”; h) os estudantes denunciavam o “Conselho de Curadores”, um conselho controlado por Ferreira Lima “através do qual o Poder Econômico dirige a Universidade” e que não possuía qualquer representação estudantil; i) a Reitoria não apoiava a Federação dos Estudantes da USC (FEUSC), “o qual não foi dotado de sede nem de nada para o funcionamento ao menos de urgência” – para os estudantes, o motivo para a negligência era “que a Reitoria não se sente bem com a presença dos estudantes livres e descompromissados e que querem uma Universidade desalienada”; j) a reitoria, de acordo com os estudantes, oferecia “tratamento desigual” às faculdades, o que teria levado “dois Diretores

a renunciarem (Direito e Filosofia¹⁴) por não poderem administrar” suas faculdades com autonomia por conta da “burocracia e controle de verbas” levadas a cabo por Ferreira Lima; k) por fim, os estudantes denunciavam que o reitor concentrava “poderes” ilegais que impediriam “aos diretores aplicarem o orçamento das faculdades”, fragilizando ainda mais a democracia da instituição (AURAS, 2018, p. 44-45).

Segundo Sartoti (2017), a denúncia foi enviada “ao Ministério da Educação e Cultura – MEC e o então ministro Paulo de Tarso Santos determinou a investigação das denúncias apresentadas pelos estudantes. Uma comitiva do MEC veio à Universidade em outubro de 1963 para apurar os fatos, ocasião na qual foi designada uma comissão que elaborou relatório com explicações sobre as acusações”. Após esse processo, um “dossiê” foi montado e “remetido a Brasília no início de 1964” (SARTOTI, 2017, p. 54).

A escaramuça dos estudantes com Ferreira Lima levou tempo e teve resposta no ano seguinte. No início de janeiro, foi encaminhado a Florianópolis, pelo MEC, um “Consultor Jurídico” para avaliar as investigações feitas pelos estudantes. Faltavam, contudo, provas que, anexadas ao documento, provassem as acusações. No dia 24 do mesmo mês, o Conselho Universitário (CUn) pronunciou-se, finalmente, sobre o caso. Os conselheiros repudiaram as acusações dos estudantes e as consideraram “denúncia falsa, injuriosa, difamatória e caluniosa”, e prestaram solidariedade a Ferreira Lima “pela sua atuação correta, serena, e honesta à frente da Universidade”. Após uma análise do Conselho Federal de Educação, pela falta de provas, a denúncia foi arquivada (AURAS, 2018, p. 44-45).

É importante apontar que, nesse momento, já em 1964, as três lideranças estudantis mais proeminentes na Universidade eram Rogério Queiroz, membro da Ação Popular que substituíra Francisco Mastella como presidente da União Catarinense dos Estudantes (UCE), Eduardo Luiz Mussi, presidente do CAXIF e o próprio Mastella, que seria, até poucos dias até o golpe, presidente da Federação de Estudantes da USC (FEUSC). Havia semelhanças entre os três: eram oriundos da organização da esquerda cristã Ação Popular, eram estudantes do curso de Direito, passaram pela presidência de importantes entidades e, também, todos perderam seus mandatos de dirigentes estudantis com a chegada e institucionalização do golpe na Universidade (SARTOTI, 2017, p. 82-85).

¹⁴ Em novembro de 1963, o jornal estudantil “Reforma”, da UCE, publicou matéria denominada “Reitoria é responsável da demissão do professor Henrique Stodieck”, onde acusavam Ferreira Lima de controlar o orçamento das faculdades e praticar retaliação a seus desafetos, levando, assim, “o Prof. Henrique Stodieck ao afastamento da direção da Faculdade de Direito em 1963. Segundo os estudantes, até a aquisição de papel higiênico pela faculdade deveria ser aprovada pelo reitor. Algo similar teria ocorrido com Henrique da Silva Fontes, até então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra, mas seu afastamento também fora motivado pelo seu mau estado de saúde (AURAS, 2018, p. 43-44).

As primeiras entidades estudantis a serem abertamente atacadas pela direção da Universidade foram a FEUSC e a UCE. Em 24 de março houve, na capital, um protesto dirigido pela Federação de Estudantes contra “o aumento das passagens de ônibus urbanos”. Na manifestação, o movimento estudantil exigia uma resposta do prefeito de Florianópolis, Osvaldo Machado, do Partido Social Democrático (PSD). Como não houve resposta do prefeito, a polícia tratou logo de dispersar os manifestantes de forma violenta. No dia seguinte, portanto, foi realizada outra manifestação, “desta vez para promover o enterro simbólico do prefeito do prefeito municipal e do Secretário de Segurança Pública, Jade Magalhães” (SARTOTI, 2017, p. 49).

Além das duas entidades gerais, o CAXIF, da Faculdade de Direito, que tinha como presidente Eduardo Luiz Mussi, também lançara um panfleto, destinado a ser distribuído aos transeuntes, em que “repudiava” o aumento na tarifa, convocando “a sacrificada população a partir para uma luta aberta”. Ao fim do texto, os acadêmicos deixaram um aviso: “se preciso for, transformaremos nossas palavras em atos” (SARTOTI, p. 49-50).

O ato era, ao mesmo tempo, contra o aumento das passagens e contra a repressão policial. Os manifestantes saíram em passeata da praça Pereira Oliveira (onde ocorrera o ato) e andaram até a sede da UCE, na rua Felipe Schmidt. Nesta altura, segundo depoimento dado por Francisco Mastella à Comissão de Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC), os líderes estudantis:

Sentiram que populares mais exaltados procuravam depredar certos prédios públicos quando, com violência inaudita, surgiu a polícia que, sem olhar quem quer que seja, desceu a borracha, indistintamente, apanhando populares e estudantes [...] A sanha foi implacável com os estudantes, principalmente (MASTELLA apud AURAS, 2018, p. 46).

O Conselho Universitário, então, se manifestou pela convocação de uma sessão de onde deveria sair uma posição da Reitoria sobre os atos políticos dos estudantes. A sessão foi iniciada às três horas da tarde do dia 31 de março de 1964. De acordo com documentos colhidos pela Comissão de Memória e Verdade da UFSC (CMV-UFSC), a sessão contou com “explanção sobre o que havia ocorrido” nas manifestações, reforçando a “violência da polícia” para com os jovens, e o responsável pela explanção foi Francisco Mastella, presidente da FEUSC. Mesmo assim, o conselho votou, com unanimidade, contra os estudantes, apoiando a ação do Governo do estado de “abertura de um inquérito” para apurar casos de vandalismo e subversão, além de aplausos pelas ações dos policiais e pedido para que o Conselho tivesse um “representante” no inquérito para servir de “observador” do andamento das coisas (AURAS, 2018, p. 46).

Nesse momento, o golpe já estava acontecendo. No dia 1º de abril, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), “na praia do Flamengo, Rio de Janeiro” foi vítima de incêndio criminoso. Em Santa Catarina, de acordo com relato do então presidente da UCE colhido pela CMV-UFSC, a sede da entidade catarinense “foi invadida no dia seguinte ao golpe militar. Alguém trouxe cinco sacos de rolhas para os cavalos caírem”. A Cavalaria foi colocada contra os estudantes, e ocorreram prisões – dentre elas, a do próprio Rogério Queiroz (AURAS, 2018, p. 46).

O relato de Ana Maria Beck, ex-estudante da Faculdade de Filosofia, à CMV-UFSC apresentou, também, uma visão sobre os acontecimentos no dia do golpe em Florianópolis. De acordo com Beck:

Na tarde do dia 31 de março estávamos todos na UCE [...] e como havia várias faculdades que tinham curso à noite, como Direito, Economia, as lideranças saíram, mais ou menos às cinco, cinco e meia, para as várias assembleias nos vários cursos; e o que aconteceu que às seis horas da tarde [...] vinha o Secretário da Segurança [Pública], os delegados do DOPS e atrás a polícia militar [...] chegaram invadindo! Eles invadiram o restaurante, que já estavam servindo as refeições, fizeram todos os estudantes saírem, refazerem a fila e se servirem de novo [...]. A polícia militar ocupou os andares do restaurante e os delegados ficaram conosco lá embaixo [...] [ficamos] tentando inclusive avisar para o pessoal que estava nas assembleias que a UCE estava sendo invadida, que eles não voltassem para a UCE, que era o Rogério [Queiroz], o [Mastella], enfim, todo esse pessoal. Acabou o jantar, a polícia militar se retirou e ficamos nós e os delegados, mas naquela noite o deputado Paulo Wright, usando sua imunidade parlamentar e dizendo “eu vim pegar as moças, as seis”, nos colocou num taxi com um aviso “cuidem-se! [...] não estão brincando, isso é muito sério, vocês correm riscos!”. Não sabia ele é que ele é que corria o risco maior!¹⁵ (BECK apud AURAS, 2018, p. 635)

Das outras entidades, os estudantes foram, aos poucos, rumando para a Faculdade de Direito, onde, em seu porão, funcionava o CAXIF. De acordo com Rodrigo Sartoti (2017), havia mais de um motivo para que os estudantes se dirigissem ao prédio: a primeira é que a Faculdade era o "lugar onde estudava uma parte dos filhos da elite catarinense, bem como onde juristas importantes do Estado lecionavam", além de haver uma sensação de segurança pela presença de Stodieck e seu futuro sucessor na Direção da Faculdade, Waldemiro Cascaes, que apoiavam posições progressistas dos alunos em certa medida.

¹⁵ Paulo Stuart Wright, filho de missionários presbiterianos norte-americanos, nasceu em Joaçaba-SC. Exerceu o cargo de deputado estadual 5ª legislatura) pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1964 após o golpe, teve o mandato cassado por "quebra de decoro parlamentar": o argumento era de que teria participado das sessões sem "gravata e paletó". Wright era militante da Ação Popular, e asilou-se logo em 1965 para o México. Oito anos depois, voltou para o Brasil clandestinamente. Em novembro de 1973, foi sequestrado em São Paulo enquanto esperava um trem. Levado ao DOI-CODI, foi torturado por 48 horas e morreu. Seu corpo nunca foi encontrado. Wright foi fundamental para a construção e organização das cooperativas de pesca em Florianópolis e sua defesa dos direitos dos trabalhadores catarinenses (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 578-579).

A segunda motivação diz respeito à quantidade de documentos incriminadores que precisavam ser urgentemente escondidos e destruídos. Segundo relato do ex-aluno do Direito César Pasold a Rodrigo Sartoti (2017), “pouco antes do amanhecer”, estudantes do curso ligados ao CAXIF “estacionaram um fusca branco na frente da Faculdade, encheram o veículo com documentos do CAXIF e rumaram ao Morro das Pedras, no sul da Ilha, onde esconderiam os documentos” (SARTOTI, 2017, p. 60).

A preocupação com documentos e textos incriminadores não era à toa, uma vez que já havia notícias de apreensões. Assim, muitos militantes desfizeram-se de seus livros “subversivos”, no entanto as próprias forças de repressão realizaram diversas ações que envolveram a varredura e depredação de livros, tanto em acervos particulares quanto em bibliotecas públicas e editoras. De acordo com Motta (2014), ações como essas eram reprovadas inclusive pelo próprio governo militar:

É interessante mencionar que episódios de apreensão de livros geraram tensões nos círculos de poder, pois contrariavam o caráter “democrático” do movimento de 1964, lançado supostamente para salvar o país do totalitarismo de esquerda. O próprio presidente Humberto de Alencar Castello Branco teria reclamado ao Ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, dos oficiais que se prestavam ao papel de expurgar livros. A inquietação de Castello Branco é reveladora das ambiguidades inerentes ao regime militar brasileiro, que desde o início oscilou entre assumir-se claramente como ditadura e respeitar alguns preceitos das instituições liberais (MOTTA, 2014, p. 27-28).

Os setores “liberais” do golpe podiam até tencionar os militares para evitar “práticas discricionárias”, porém isso não quer dizer que não tenham participado da construção do movimento golpista e, inclusive, “aprovavam medidas discricionárias quando era de seu interesse”. Segundo Motta (2014):

A maior preocupação era não desagradar o grande aliado e a principal fonte de apoio ao novo regime, os Estados Unidos, cuja administração democrata concordava com certa dose de autoritarismo, mas de preferência temperada com algum respeito às garantias liberais. Além disso, o Poder Judiciário também contribuiu para impor limites à repressão nos anos iniciais do regime militar, por exemplo, ao dar ganho de causa a editoras e livrarias que acionavam a justiça contra a apreensão de livros e ao determinara libertação de presos detidos de maneira arbitrária. De qualquer modo, os esforços moderadores eram contrabalançados pela sanha repressiva de algumas lideranças militares, senhores das armas e capazes de impor sua vontade em certos momentos (MOTTA, 2014, p. 29).

A “sanha repressiva” gerou um episódio marcante em Florianópolis: uma fogueira de livros. A livraria Anita Garibaldi, “que ficava na esquina da Rua Conselheiro Mafra com a Praça XV de Novembro”, no Centro, foi invadida por um grupo de anticomunistas – que comemorava a “deposição” de Goulart – “liderado pelo professor da UFSC e ex-deputado

Nereu do Vale Pereira”. Chegando à livraria, “o grupo tratou de arrombar as portas”, pegar os livros das estantes e, então, jogá-los “numa grande fogueira defronte à livraria”. O dono da livraria, Salim Miguel, registrou suas memórias no livro “Primeiro de Abril” (1994).

Ocorre que a livraria “era, em 1964, propriedade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e funcionava como um ponto de encontro intelectual da esquerda” em Florianópolis. O grupo invasor encontrou “documentos do PCB guardados na livraria”, como um “abaixo-assinado pela legalização do PCB”. Esse documento continha vários nomes de professores e estudantes da Universidade que seriam posteriormente entregues às forças de repressão para “instruir os futuros IPMs” (SARTOTI, 2017, p. 64).

Com a deflagração do golpe, o Diretor Henrique Stodieck “determinou a suspensão das aulas” da Faculdade de Direito “por tempo indeterminado”, e assim permaneceu durante uma semana. Foi a única das Faculdades, de acordo com Sartoti, “a fechar as portas em protesto ao golpe de estado” e a única a “resistir ao expurgo da ‘revolução’, expurgo este que consistiu em delatar estudantes e professores de esquerda” (SARTOTI, 2017, p. 60-61).

Nesse momento, a UCE havia tido um revés muito grande, e agora estava sem presidente. De acordo com o relato do último presidente da entidade no pré-golpe, Rogério Queiroz, à CMV-UFSC, “quem assumiu foi Carlos Boabaid, (...) Volney Millis¹⁶”, que teriam realizado uma gestão burocrática e controlada por Ferreira Lima. “Foram nomeados pelo 5º Distrito Naval e pela Reitoria para tomar conta ali. Tinha o restaurante, tinha tudo” (QUEIROZ apud AURAS, 2018, p. 66-67).

Nesse clima agitado dos primeiros dias após o golpe e com ataques abertos aos “subversivos” ocorrendo em diversos níveis pela capital, João David Ferreira Lima tinha salvo-conduto para dar um passo à frente na consolidação de seu poder na Universidade: a cassação da diretoria da FEUSC, entidade que, diferentemente da UCE, fazia parte da Universidade (AURAS, 2018, p. 48-49).

A primeira sessão do Conselho Universitário após o golpe aconteceu em 23 de abril. Nela, a discussão foi em torno dos “elementos subversivos” que estariam atuando na Universidade, em especial no movimento estudantil. Em um longo discurso, o reitor:

Alertou considerar ser seu “dever” esclarecer aos conselheiros que “existe um órgão na Universidade cujos membros estão incompatibilizados com a situação atual (...), é o Diretório Central dos Estudantes - FEUSC”. O reitor informou que já havia defendido que a diretoria tomasse a iniciativa de renunciar, face à ocorrência da prisão de alguns de seus membros; “ninguém desconhece que o Presidente da FEUSC está preso, como

¹⁶ Volney Millis seria, em 1967, nomeado para ser Chefe de Gabinete de Ferreira Lima. De acordo com Marli Auras (2018), Millis era homem “da mais estrita confiança” do reitor (AURAS, 2018, p. 48).

também ninguém desconhece as atividades desse Diretório, anteriormente”. Ferreira Lima considerou que a prisão do presidente “incompatibiliza o restante da Diretoria da FEUSC, porque se essa Diretoria discordasse do Presidente, ela teria tomado providências no sentido de coibir certos excessos do Presidente, de maneira que é um Diretório coeso” (LIMA apud AURAS, 2018, p. 50).

Pouco depois, o reitor tratou de pontuar as atividades “subversivas” das quais tinha conhecimento e que teriam envolvido a FEUSC:

o Diretório esteve presente em todas essas manifestações anteriores ao movimento revolucionário, greves, havendo mesmo manifestação em jornal da FEUSC – ‘A Reforma’ - e, na própria posse da Diretoria, em que esteve presente, verificou-se que estavam presentes representantes da CGT, na mesa, de representantes de diversos Sindicatos de Operários; [...] os membros da FEUSC tiveram atividades proeminentes incitando os operários, convidando-os a tomar refeições no Restaurante Universitário (LIMA apud AURAS, 2018, p. 50).

Por fim, Ferreira Lima sugeriu, dizendo-se “constrangido” pela própria proposta, que a diretoria da UCE deveria ser inteiramente cassada e que, no seu lugar, deveria ser colocado um estudante escolhido pelo Conselho, que deveria convocar eleições uma semana depois. Os estudantes da FEUSC presentes na sessão protestaram contra a sugestão apresentada por Ferreira Lima, e o presidente em exercício fez uma defesa fraca em que apenas afirmou que eram falsas todas as acusações de subversão contra Mastella. Mesmo com uma defesa classificada como “enviesada” por Marli Auras (2018), os estudantes obtiveram uma vitória parcial: a proposta do Reitor foi derrotada, e apenas Mastella teve o mandato cassado (AURAS, 2018, p. 50).

Ao contrário de outras universidades brasileiras, que se colocaram contra a perseguição de seus estudantes e cujas administrações manifestaram algum grau de solidariedade aos perseguidos ou até mesmo resistência à repressão, como foi o caso da UFMG, apresentado no livro de Rodrigo Patto Sá Motta (2018), a UFSC foi, sobretudo na figura centralizadora de Ferreira Lima, a favor do golpe e da repressão. Mesmo com certo grau de resistência, a adesão ao regime foi crescente, e a repressão aos dissidentes, mais organizada. De acordo com Auras (2018):

[...] Ferreira Lima, aqui na UFSC, mostrou-se circunscrito a seu papel de gerenciador e fortalecedor das demandas da ditadura, o que fez com pertinácia e envaidecimento. Estudantes, como Francisco Mastella, serão abandonados à sanha das forças da repressão. A temporada da caça às bruxas será aberta, contando não só com a cumplicidade, mas também com a contribuição direta e decisiva da própria reitoria. O prof. Armen Mamigonian assim se refere ao surgimento da “direita raivosa” dentro da Universidade: “Houve uma espécie de guinada lenta, gradual. O pessoal foi vendo que quem mandava não eram mais os velhos professores, como Stodieck. Percebeu que quem mandava era a reitoria, o próprio Ferreira Lima [...]. Todos foram para a direita com a maior tranquilidade do mundo.

Um pessoal que balança conforme a direção dos ventos” (AURAS, 2018, p. 49).

A primeira fase de institucionalização do novo regime, no entanto, estava apenas começando. Após o primeiro mês, começariam a surgir os primeiros inquéritos de depuração e perseguição contra todos aqueles considerados “subversivos”: os Inquéritos Policiais Militares e as Comissões de Inquérito institucionais de caráter administrativo.

2.2 A Operação Limpeza” e as Comissões de Inquérito

Após o golpe, havia a necessidade cada vez mais forte de o novo regime se institucionalizar e, para isso, era necessário que houvesse o “expurgo” daqueles considerados “subversivos” das diversas instituições brasileiras. A primeira estratégia dos militares foi o estabelecimento de Inquéritos Policiais Militares (IPMs). O conceito do IPM não era novo, e já era um “procedimento investigativo” padrão “integrante da Justiça Militar” e previsto em códigos e leis militares. A novidade era o uso generalizado desse mecanismo para investigar crimes políticos, coisa que se tornou corriqueira nos primeiros anos do golpe. De acordo com Motta (2014), só em 1964 foram instalados mais de 760 Inquéritos Policiais Militares, capilarizados entre inúmeros órgãos de repressão pelo país e usados para os mais diversos casos (MOTTA, 2014, p. 49).

No entanto, dado o surto de investigações sumárias pelo país todo, era necessário para o novo regime criar um novo órgão a fim de coordenar nacionalmente o processo de “limpeza” dos “subversivos”: surgia a Comissão Geral de Investigações (CGI). Definida por Motta (2018) como um “super-IPM” disposto a “colocar ordem no caos” instaurado pelo país acabou servindo “para reunir os inquéritos provenientes de todas as regiões, tentando ordenar um processo que levou a centenas de demissões pelo país afora” (MOTTA, 2014, p. 49).

Segundo Motta (2014), os postos responsáveis pela instauração dos IPMs foram, durante 1964, um “reduto da linha-dura”, ou seja, dos militares que buscavam endurecer ainda mais o regime e que, inclusive, viam em Castello Branco um “moderado” e tinham certa desconfiança das ações políticas do presidente. Os IPMs davam a esses oficiais mais violentos a possibilidade de investigar e intimidar pessoas a depor – embora a atribuição de condenar não fosse dada aos Inquéritos, e muitos resultaram na liberação dos investigados ainda em 1964, mesmo aqueles que tiveram prisão preventiva declarada. Mesmo assim, elas foram angustiantes e amedrontadoras para todos que foram atingidos, visto que poderiam resultar, ao menos, em demissões, suspensões e expulsões das instituições. (MOTTA, 2014, p. 49-50).

Para aprofundar ainda mais o mecanismo de repressão, no dia 19 de abril, o ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda assinou a portaria nº 259, que determinava a “instauração de inquéritos administrativos” nas universidades brasileiras. O aviso sobre a instauração foi enviado por telegrama para os reitores. De acordo com Motta (2014), embora as terminologias usadas pelo novo ministro viessem na forma de “sugestões”, usando termos “como ‘sugerir’ e ‘agradecer’”, “no contexto da época, seria arriscado não aceitar a ‘sugestão’ do ministro”. Foram instaladas, então, as Comissões de Inquéritos universitárias, pautadas “pelos termos do Ato Institucional, apurando os ‘crimes’ ali mencionados e os respectivos responsáveis” (MOTTA, 2014, p. 51).

A Universidade de Santa Catarina, como já apontado no presente capítulo, teve uma posição de adesão ao golpe, cristalizada sobretudo na figura e no campo de influência política de João David Ferreira Lima. A forma de implementação dos inquéritos, no entanto, teve aspectos singulares que serão destacados mais à frente. A título de comparação, pode-se apresentar o caso da implementação dos inquéritos na Universidade de São Paulo (USP), à época, com uma reitoria também de orientação favorável ao novo regime:

Na USP, os procedimentos e atos relacionados ao expurgo alcançaram muita repercussão, inclusive internacional, graças às conexões acadêmicas e à reputação de alguns perseguidos. O reitor Gama e Silva, já se sabe, foi entusiasta do golpe, e com o passar do tempo tornou-se cada vez mais radical, procurando estreitar laços com a chamada linha dura. Um detalhe pitoresco: em conversa com diplomatas norte-americanos, ele se definiu como linha diamante, isto é, era mais “duro” que a própria linha dura. Gaminha, como alguns o chamavam, tinha planos de alcançar o poder utilizando seus contatos na direita radical, e por isso não poderia deixar de agradá-la mostrando empenho na “limpeza” da USP. Para tanto, nomeou para a comissão apenas membros das escolas tradicionais da universidade, focos do conservadorismo, três professores catedráticos, respectivamente, das faculdades de Direito e Medicina da Escola Politécnica. [...] Aparentemente, a comissão não ouviu os professores e servidores investigados, tendo se baseado apenas nos registros policiais e em denúncias enviadas por membros da comunidade universitária (MOTTA, 2014, p. 52).

Ferreira Lima agiu de forma diferente, embora de muitas maneiras parecidas com Gama e Silva. Em primeiro lugar, Ferreira Lima podia ter aderido ao golpe o suficiente para comemorá-lo publicamente, mas não foi ele que assinou e acompanhou a Comissão de Inquérito responsável por investigar irregularidades relativas ao Ato Institucional, e sim seu vice, Luiz Oswaldo D’Acâmpora, que atuava como reitor em exercício (SARTOTI, 2017, p. 69). Isso não quer dizer que Ferreira Lima tenha se poupado de participar dos trabalhos da comissão – ele apareceu nos documentos em um papel não de reitor, mas de delator de técnicos, estudantes e

professores – inclusive tendo proferido opiniões ácidas acerca de seus desafetos políticos (como o diretor da Faculdade de Direito, professor Henrique Stodieck), como será visto mais à frente.

Com a aplicação da “Operação Limpeza” e a implementação de inquéritos nas universidades, foram realizadas comissões, também, na Universidade de Santa Catarina. Para que se tenha uma noção de como funcionavam, na prática, as Comissões de Inquérito implementadas no período inicial do golpe, será analisado, a seguir, um caso ocorrido no primeiro semestre de 1964 na UFSC.

Essa comissão foi criada em maio de 64 e tinha como objetivo “tomar providências” acerca de elementos considerados “subversivos” de acordo com o Ato Institucional nº 1. Seu alvo era, portanto, investigar estudantes, técnicos e professores. Será apresentada, aqui, a cronologia de seus trabalhos¹⁷.

A Comissão de Inquérito designada para, na Universidade de Santa Catarina, “tomar as providências determinadas pelo Ato Institucional”, foi constituída em 02/05/1964 pela Portaria 79/64, instalando-se em salas da própria Reitoria no dia 04/05/1964. Integraram-na os professores: **Vitor Lima**, da Faculdade de Ciências Econômicas (presidente); **Ernesto Bruno Cossi**, da Escola de Engenharia Industrial; **Antônio Moniz de Aragão**, da Faculdade de Medicina e Faculdade de Serviço Social.¹⁸

Sua Primeira reunião ordinária se deu no dia 05/05/1964, quando foram aprovados os ofícios a serem encaminhados à Reitoria, solicitando as informações consideradas “indispensáveis aos objetivos daquele ato”.

No mesmo dia, na reunião vespertina, suscitou-se a questão das atribuições da comissão acerca da amplitude das investigações. Inicialmente, a Comissão de Inquérito perguntou a Ferreira Lima se restringiria suas investigações ao artigo 7º§ 1º¹⁹ do Ato Institucional ou se incluiria, também, como previsto no artigo 8º, o corpo discente. No dia seguinte, por meio do ofício 786/64, determinou que as investigações se estendessem, também, ao corpo discente.

No dia 6 de maio, o Regimento Interno da Comissão foi aprovado e publicado no Diário Oficial do Estado. Um dia depois, foram enviados ofícios contendo, anexa, a relação de nomes compositores do corpo pessoal-administrativo, docente e discente às forças de repressão que

¹⁷ As fontes primárias utilizadas nesse TCC foram adquiridas e tratadas conjuntamente pela equipe de professores e alunos que participaram da Comissão de Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina (CMV-UFSC). Essas fontes são parte do acervo da CMV e foram reunidas durante a realização do projeto, coordenado pelos professores Ana Lize Brancher, Jean-Marie Farines (que assumiu a presidência da Comissão após a saída de Brancher), Marli Auras e Laura Tuyama.

¹⁸ Comissão de Inquérito. Relatório Geral. Florianópolis: Reitoria, 18 jun. de 1964. Disponível na Divisão de Arquivo Central da UFSC, na pasta “Sindicâncias 01” de 1964.

atuavam na capital - Vº Distrito Naval, ao 14º Batalhão de Caçadores e à Secretaria de Segurança Pública do Estado.

No dia 09/05, Vitor Lima enviou um ofício ao diretor da Imprensa Oficial do Estado solicitando a publicação do Regimento Interno da Comissão de Inquérito, com toda a urgência possível. Dois dias depois, foram enviadas cópias do Regimento Interno a todos os diretores de Faculdades e ao Reitor.

No dia 12/05, a Comissão enviou ofício ao Reitor Ferreira Lima acerca de um telegrama em que o Ministério da Educação recomendava o acréscimo de um quarto membro na referida Comissão. No texto, marcado como “confidencial”, os membros se mostraram contrários à ideia proposta, “até porque esta Comissão não poderá sofrer eiva de suspeição, inclusive como menos capaz de cabal desempenho do mandato que lhe foi conferido e que nunca foi postulado”²⁰. No texto do documento, é possível observar a intenção do Ministério da Educação e Cultura de que o quarto integrante fosse um membro das Forças Armadas:

Assim pensando, não nos move nenhuma razão de classe, desde que idêntico seria nosso pronunciamento se civil fosse o novo membro proposto como assessor ou a qualquer título.

[...]

Por outro lado, o acolhimento que a Comissão vem recebendo dos Comandos da Guarnição Federal, deixa clara a completa segurança de colaboração dessas mesmas autoridades.

[...]

Claro é, entretanto, que Vossa Magnificência fica perfeitamente à vontade para solucionar a recomendação ministerial.

No dia 14 de maio, a Comissão de Inquérito solicitou à Reitoria exemplares de todas as publicações estudantis que haviam sido produzidas até o momento. No mesmo dia, foram enviados ofícios a todas as Faculdades e à reitoria reiterando a urgência com que deveriam ser enviados todos os documentos referentes a estudantes, funcionários e professores dos respectivos cursos, bem como todas as publicações estudantis, no menor tempo possível.

Um dia depois, o relator da Comissão, Antônio Moniz de Aragão enviou ofício²¹ ao comandante do 14º Batalhão de Caçadores, Coronel Argens do Monte Lima, solicitando os documentos referentes ao professor José do Patrocínio Gallotti, que estava detido no referido comando. O relator pedia, especificamente, por documentos referentes a violações dos artigos 7º e 8º do Ato Institucional. O mesmo documento foi enviado ao Secretário de Segurança Pública²².

²⁰ Ofício nº 38/64, p. 01, ll. 12-15;

²¹ Ofício nº 56/64;

²² Ofício nº 57/64.

No mesmo dia, Ferreira Lima entregou ao prof. Vitor Lima, presidente da Comissão, o Ofício nº 863²³, no qual o reitor fazia uma pequena relação de casos envolvendo atos “subversivos”. O texto foi dividido em quatro itens, a saber: “Diretores de Faculdades”, “Professores”, “Alunos” e “Funcionários”.

Após uma listagem contendo cada um dos diretores e diretoras das Faculdades, o documento apresenta um subcapítulo especial dedicado ao Diretor da Faculdade de Direito, prof. Henrique Stodieck:

Com exceção do Diretor da Faculdade de Direito, que constituirá um capítulo especial da nossa exposição, contra os demais nada sabe esta reitoria, por qualquer participação, direta ou indireta, ou mesmo por omissão, que possa ser considerado em desabonada de atividade quer funcional, quer pessoal dos mesmos.²⁴

O Reitor afirmava que, durante a colação de grau da turma de bacharelados de 1963, Stodieck promoveu, como orador, discurso de caráter “subversivo” – inclusive desrespeitando a censura prévia que deveria ter sido aplicada a tal discurso. Esse caso pode ser visto na segunda página do documento:

Não é, absolutamente, verdadeira a afirmação. O discurso de acadêmico orador da turma foi de caráter subversivo, tanto que a Professora Cecília Colombina Moniz de Aragão, que tinha assento no Doutoral, retirou-se do recinto e, segundo fomos informados, por não concordar com os termos do discurso.

É de estranhar que o diretor da Faculdade de Direito, a quem compete, na forma regimental, a censura prévia de tal discurso, não tivesse tomado as providências que o caso exigia e, se não o fez, a presunção lógica é que concordou com o que ali se afirmou.²⁵

Por não censurar seus estudantes, o professor Stodieck, de acordo com a opinião expressa do reitor, compactuava com eles ou, no mínimo, não exercia de forma firme suas atribuições como diretor de Faculdade. Em sequência, no documento, é possível perceber que o discurso proferido pelo professor era referente ao Movimento Estudantil e sua atividade através da UCE, FEUSC e UNE. Por consequência, o documento buscava atacar os movimentos de estudantes organizados, citando casos como um “Congresso²⁶ da UNE” em Florianópolis, com presença de Leonel Brizola e Pe. Alípio de Freitas, e que teria sido realizado na própria

²³ Ofício nº 863, p. 1, presente na pasta “Sindicâncias 01” de 1964, na Divisão de Arquivo Central da UFSC.

²⁴ Idem.

²⁵ Ibidem, p. 2.

²⁶ O documento se referia ao Conselho Ordinário da UNE ocorrido em janeiro de 1964, em Florianópolis. Um de seus relatórios, denominado “ANÁLISE CRÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL”, foi assinado por 11 membros de instâncias estudantis diversas (DCEs, Federações e UEEs) – incluindo Rogério Queiroz, presidente da UCE no período, único assinante catarinense. O documento foi anexado no relatório da Comissão de Inquérito, e se encontra na mesma pasta que os outros documentos citados da referida sindicância.

Faculdade de Direito. Sugere-se, ao fim, que a Comissão procurasse mais informações sobre o evento:

É público e notório que os órgãos estudantis FEUSC, UCE e o Diretório da Faculdade de Direito, cujos presidentes foram ou ainda estão presos pelas autoridades militares mantinham íntima ligação com a UNE, acompanhando e aprovando a política subversiva daquele órgão estudantil. E tanto foi assim que, em Florianópolis, foi realizado um congresso da UNE e, aqui estiveram, proferindo conferências os Srs. Leonel Brizola e Pe. Alípio [de Freitas], sendo que o citado congresso, conforme afirmou o próprio Diretor, foi realizado na Faculdade de Direito. Parece-nos de toda conveniência que nossa Comissão solicite ou consiga o temário de tal congresso.²⁷

Por fim, o Reitor citou a prisão do estudante de Direito “Luiz Carlos Mussi”²⁸, detido durante uma aula na faculdade de Direito, para questionar falta de ciência de Stodieck sobre o que acontecia em sua própria Faculdade, afirmando que era “de estranhar que o Diretor” não soubesse que o estudante fora “preso por ordem das autoridades em plena aula, na Faculdade de Direito”.²⁹

Ferreira Lima, no entanto, não estava sozinho em suas denúncias: as forças de segurança já investigavam Stodieck há algum tempo. Segundo Sartoti (2017):

A ficha conceito de Stodieck o classificava como “esquerdista” e estimulador de ações subversivas dos estudantes mesmo antes da “revolução”, possuindo grande influência sobre os estudantes e professores progressistas, tendo sido o responsável direto por incitar o CAXIF e a UCE a pedirem intervenção do MEC na UFSC em 1963. Segundo os organismos de segurança, Stodieck havia transformado a Faculdade num verdadeiro “palco de conferências de agentes da subversão” (SARTOTI, 2017, p. 71).

Sobre os professores, o reitor foi breve: apontou que o professor José do Patrocínio Gallotti, da Faculdade de Ciências Econômicas, estava preso desde pouco depois do golpe, e que os professores Aldo Ávila da Luz e seu assistente Dalmo Bastos Silva haviam sido chamados pela autoridade militar.³⁰

Em seguida, chegou a vez dos alunos. Nesse ponto, o reitor começou listando as entidades estudantis mais politicamente ativas do período: FEUSC, UCE e CAXIF. Em seguida, relembrou o caso acontecido na sessão do Conselho Universitário de 23 de abril, quando propusera a “cassação do mandato da Diretoria da FEUSC”, situação em que perdera para uma proposta de punição abrandada, somente para o presidente da entidade. Apontou, também, que

²⁷ Ofício nº 863, p. 3, presente na pasta “Sindicâncias 01” de 1964, na Divisão de Arquivo Central da UFSC.

²⁸ O trecho pode estar tratando, na verdade, de Eduardo Luiz Mussi, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito no início de 1964 que fora, como apontado mais acima, preso dias antes da deflagração do golpe.

²⁹ Ofício nº 863, p. 4.

³⁰ Idem.

fora instalada “uma comissão para apurar responsabilidades dos demais membros da diretoria”, para a qual foram nomeados os professores Abelardo Rupp (presidente), Ernesto Bruno Cossi e Miguel Orofino.³¹

Por fim, Ferreira Lima explica outro episódio. O Centro Acadêmico da Escola de Engenharia Industrial, “no dia 1/4/64, comunicou haver entrado em greve, que foi suspensa no dia 2/4/64 por decisão da Assembleia Geral” de estudantes. A reitoria informou a solução que fora dada para a situação: “desde logo, renunciaram o presidente e o vice-presidente do Diretório, sendo outros eleitos”.³²

No que diz respeito aos funcionários da reitoria, o Reitor afirmava não ter ciência de quaisquer atos “subversivos” ou de corrupção praticados pelos mesmos. Esse tópico, porém, foi posteriormente apresentado como “Processo nº 8/64” em um documento separado, e encontra-se fichado com esse mesmo nome. Em resumo, o funcionário considerado mais “preocupante” foi Carlos Alberto Silveira Lenzi³³, cujo caso foi posteriormente apurado em Inquérito Policial Militar (IPM) por seus textos publicados no jornal “A Gazeta”, supostamente defendendo o governo de João Goulart. Também é citado o Prof. Ernani Bayer, chamado de “filocastrista” no relatório, por ter realizado viagem a Cuba previamente.³⁴

Em 16/05, Aragão enviou ofício ao vice-reitor, Luiz Osvaldo d’Acâmpora, solicitando os nomes de alunos e de professor que foram detidos na Universidade nas primeiras semanas após o golpe, e que são citados em ofício 794/64 (07/05/64): “Após a eclosão do movimento revolucionário que iniciou a fase de depuração do regime, somente dos casos públicos e notórios tive conhecimento, como sejam as prisões de alguns estudantes e a de um professor da Faculdade de Ciências Econômicas³⁵, os quais, segundo se afirma, exerciam atividades subversivas”³⁶. No mesmo dia, a presença de Henrique José Beirão, estudante da Faculdade de Farmácia, é requisitada na sala da Comissão de Inquérito para prestação de esclarecimentos.

No dia 18/05, foram encaminhados ofícios de todas as Faculdades com as cópias de todas as publicações estudantis feitas pelos seus respectivos Centros Acadêmicos. As

³¹ Idem.

³² Ibidem.

³³ “Conclui-se, por fim, que a posição do indiciado é de molde a ser apurada em IPM [Inquérito Policial Militar] pelas implicações que este pode vir a ter com a Lei de Segurança Nacional.” Informação disponível em: Divisão de Arquivo Central; Pasta “Sindicâncias – 01”; 1964, Doc. 003; p. 07-11.

³⁴ O Prof. Ernani Bayer seria Reitor da UFSC entre 1980 e 1984, além de um dos fundadores da Editora UFSC. Para mais informações ver: <https://noticias.ufsc.br/2020/12/serie-editora-da-ufsc-40-anos-entrevista-ex-reitor-ernani-bayer/>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

³⁵ Processo nº 08/64, referente ao prof. José do Patrocínio Gallotti.

³⁶ Ofício nº 59/64, ll. 03-08. Nomes não são citados.

Faculdades de Direito e Engenharia Industrial afirmam não possuírem quaisquer publicações do tipo.

Em 19 de maio, a Comissão intimou o professor José do Patrocínio Gallotti, preso, a prestar depoimento em sua defesa relativa às acusações feitas, com prazo de até 5 dias. Com os elementos instrutivos já em seu poder e de forma a organizar os trabalhos, a Comissão resolveu, nessa época:

- a) Que as investigações se fizessem em cada Unidade Universitária, de modo que cada órgão investigado tivesse seu correspondente processo;
- b) Solicitar ao Reitor a designação de três suplentes para, em eventuais impedimentos e demissões, substituírem os membros impedidos, facultando-se ainda, à comissão, sempre que lhe parecesse conveniente, delegar atribuições aos mencionados suplentes.

À medida que foram se desenrolando as investigações, a Comissão organizou os processos em trâmite, junto com o nome de seus respectivos relatores:

Nº Proc.	Investigação	Relator	Data Exp. Portaria
1/64	Prof. Patrocínio Gallotti	Prof. Antônio M. Aragão	15/05/64
2/64	Fac. de Farmácia ³⁷	Prof. Ernesto B. Cossi	18/05/64
3/64	Fac. de Direito	Prof. Ernesto B. Cossi	19/05/64
4/64	Fac. de Farmácia	Prof. Antônio M. Aragão	19/05/64
5/64	Fac. de C. Econômicas	Prof. Antônio M. Aragão	19/05/64
6/64	Fac. de Medicina	Prof. Ernesto B. Cossi	19/05/64
7/64	Fac. de Serviço Social	Prof. Ernesto B. Cossi	19/05/64
8/64	Reitoria	Prof. Antônio M. Aragão	19/05/64
9/64	Fac. de Filosofia	Prof. Antônio M. Aragão	19/05/64
10/64	Fac. de Odontologia	Prof. Roberto Lacerda	23/05/64
11/64	Esc. de Engenharia ³⁸	Prof. Antônio M. Aragão	26/05/64

Cabe aqui atenção especial ao primeiro dos processos, o único destinado à investigação individual de um professor. José do Patrocínio Gallotti, que havia sido preso preventivamente logo no início das investigações da comissão. Ele era “desembargador aposentado e professor livre-docente de teoria geral do direito na Faculdade de Direito”, e também lecionava, em 1964,

³⁷**Portaria Nº 4/64 da Comissão de Inquérito** - Portaria baixada por Vitor Lima, presidente da Comissão Especial de Inquérito, para a instauração do processo de investigação contra o prof. Raulino Horn Ferro, da Faculdade de Farmácia, por determinação do Ato Institucional e de seu decreto regulamentador;

³⁸**Portaria Nº 14/64 da Comissão de Inquérito** - Portaria baixada por Vitor Lima, presidente da Comissão Especial de Inquérito, para a instauração do processo de investigação contra o prof. Walmy Bittencourt, da Escola de Engenharia, por determinação do Ato Institucional e de seu decreto regulamentador. A portaria afirma: “é pessoa extremista e trabalha pela queda do regime democrático”;

na Faculdade de Ciências Econômicas. Tinha, de acordo com Rodrigo Sartoti, (2017), adquirido a reputação pelas forças de segurança do estado de “o comunista mais antigo e mais atuante” de Santa Catarina (SARTOTI, 2017, p. 71-72).

Seu processo, relatado pelo professor Moniz de Aragão, listou uma série de atividades “subversivas” de Gallotti, como, por exemplo, “homem de formação marxista”, “frequentador das reuniões políticas da UCE, UNE Volante, conferência do Pe. Alípio, Conselho da UNE”, entre outro. De acordo com a investigação, que contou com depoimentos de pessoas que o conheciam, e uma varredura que se estendia até o final da década de 1950 para encontrar traços de “subversão”, o professor Gallotti também era “um dos assinantes da lista pela legalização do partido comunista brasileiro [sic]” que havia sido encontrada quando a Livraria Anita Garibaldi fora invadida. Ao fim do processo de Gallotti, Aragão terminou recomendado que Ferreira Lima não o deixasse “continuar no exercício da cátedra” e que todos os dados recolhidos fossem enviados ao 14º Batalhão de Caçadores, “que, com seu alto critério”, determinaria “as providências cabíveis”.³⁹

No dia 20 de maio, foram enviados ofícios⁴⁰ aos professores:

- Nicolau S. de Oliveira;
- Oscar Pereira;
- João Baptista Luft;
- Nereu do Vale Pereira;
- Ranulpho José de Souza;
- Biase Agnesino Faraco;

Bem como os funcionários:

- Hilton dos Prazeres;
- Léa E. D. Netto;

Os ofícios solicitavam o comparecimento destes perante a Comissão para prestação de esclarecimentos acerca de suas atividades. No mesmo dia, documento foi enviado ao Reitor solicitando os nomes dos presidentes da FEUSC, UCE e Diretório da Faculdade de Direito, que haviam sido citados em ofício prévio por terem sido e/ou ainda estarem sob custódia das autoridades militares por suas ligações com a UNE. A convocação de pessoas como Nereu do Vale Pereira – como já apontado, um defensor do golpe – a depor na Comissão de Inquérito levanta questionamentos sobre as motivações (ainda sem respostas) desses depoimentos: teriam

³⁹ Comissão de Inquérito. Relatório e conclusões do processo 1/64. Pasta “Sindicâncias 01” de 1964, Documento 001.

⁴⁰ Ofícios nº 76/64, 78/64 e 79/64;

sido chamados para depor contra os próprios colegas ou para prestar esclarecimentos sobre seus antecedentes políticos?

Como, ainda no dia 20/06, houvesse terminado o prazo determinado pela portaria ministerial nº 259 para a conclusão dos trabalhos investigatórios, a Comissão suscitou, no dia 21/05, questão de ordem relativa à eficácia jurídica de seus próprios atos. Decidiu, por fim, prosseguir as investigações ainda que em caráter condicional, até receber de autoridades competentes resposta acerca da possibilidade de prorrogação do prazo anteriormente fixado. De acordo com o Relatório Geral da Comissão de Inquérito, “no dia vinte e dois, foi recebida Portaria assinada pelo Magnífico Reitor, prorrogando, *ad referendum* de autorização do Ministério da Educação e Cultura, o prazo”. No entanto, ao realizar a verificação da portaria no “Boletim Informativo nº 4 – janeiro a agosto de 1964”, foi possível verificar que tal portaria, que deveria constar na página 190 do Boletim (dias 21 e 22), inexistente.

No dia 21 de maio, a Comissão enviou documento ao Dr. Paulo Cardoso, diretor da Penitenciária do Estado, solicitando a apresentação de Carlos Aduato Vieira, que estava preso, perante a Comissão para prestação de declarações, no dia 25.⁴¹

No dia 22/05, são chamados a comparecer perante a comissão 3 professores, um funcionário e um estudante para prestação de esclarecimentos⁴²:

- Aníbal Nunes Pires (professor);
- José Tambosi (professor);
- Maria Carolina G. Khoerig (professora);
- Aluizio Blasi (funcionário);
- Ari Ramos Castro (estudante).

Em 26/05, o professor José do Patrocínio Gallotti compareceu, a pedido da Comissão de Inquérito, à reitoria da Universidade para acompanhar o processo movido contra sua pessoa⁴³. Ele se encontrava detido no Comando da Polícia Militar do Estado, sob custódia do Coronel Elvídio Peters. No mesmo dia, foram chamados a depor e prestar esclarecimentos acerca de suas atividades⁴⁴ quatro professores e um funcionário:

- Emil Flygare (professor);
- Pedro Mendes de Souza (professor);
- Lauro Caldeira de Andrade (professor);

⁴¹ Ofício nº 83/64;

⁴² Ofícios nº 85/64 e 86/64;

⁴³ Ofício nº 87/64;

⁴⁴ Ofícios nº 88/64, 89/64 e 90/64;

- Arthur Pereira e Oliveira (professor);
- Nelson Moritz LaPorta (funcionário).

No dia 27 de maio, foram chamadas mais 9 pessoas⁴⁵:

- Aurora Goulart (secretária, não assinou a ficha de intimação);
- Aníbal Nunes Pires (professor);
- Emanuel Campos (funcionário);
- João Nilo Linhares (estudante);
- Murilo Gonzaga Martins da Silva (funcionário);
- Carlos Alberto Silveira Lenzi (funcionário);
- Clementina Tonellato (professora, não assinou a ficha de intimação);
- Leônia Capaverde (professora);
- Hélio Arnaldo da Nova (funcionário).

No dia seguinte, 28 de maio, a Comissão encaminhou o depoimento do prefeito de Florianópolis, Osvaldo de Passos Machado, ao Vº Distrito Naval⁴⁶. Nesse mesmo dia, Vitor Lima mandou ao reitor ofício avisando que recebeu ofício referente às atividades do funcionário Paulo Manzoli Filho, que teria assinado a lista em favor da legalização do Partido Comunista do Brasil quando o Ato Institucional nº 1 já estava em vigência. No entanto, ressaltou que não seria possível realizar pesquisa mais profunda acerca do caso pelo curto prazo restante para a comissão e que esta não teria sido criada para analisar fatos posteriores ao Ato. Portanto, o caso foi arquivado⁴⁷.

No dia 01 de junho, a Comissão encaminhou ao comandante do Vº Distrito Naval cópias dos depoimentos dos seguintes professores⁴⁸:

- Maria Carolina Gallotti Koerig;
- Glecí Palma Ribeiro;
- Lauro Caldeira de Andrada;
- Pedro Mendes de Souza;
- Armen Mamigonian.

No mesmo dia, Vitor Lima solicitou ao gerente da “Radional”⁴⁹ certidão de todos os telefonemas de Florianópolis para Porto Alegre ou vice-versa, “especificamente, de ligações

⁴⁵ Ofícios nº 91/64, 92/64, 93/6494/64 e 95/64;

⁴⁶ Ofício nº 96/64;

⁴⁷ Ofício nº 97/64;

⁴⁸ Ofício nº 101/64;

⁴⁹ A Radional, nome encurtado da Companhia Rádio Internacional do Brasil, era a empresa responsável pelos serviços de "radiotelefone interurbana e com o exterior" afiliada à corporação norte-americana International

com a Faculdade de Ciências Econômicas, por ocasião da chamada ‘Crise de Agosto’, quando da renúncia do ex-presidente Jânio Quadros”⁵⁰.

No dia 02/06, a Comissão, por meio de Antônio Santaella (presidente *ad hoc*), solicita ao comandante do 14º Batalhão de Caçadores informações acerca do professor Aldo Ávila da Luz e outros professores e alunos da Faculdade de Direito, para apuração de atividades subversivas⁵¹. Também foram solicitadas informações acerca do aluno Roberto Ferreira Filho, que teria realizado ligações subversivas durante o período da “Crise de Agosto”⁵². No mesmo dia, foi solicitado ao comandante do Vº Distrito Naval informações acerca da estudante Anita Maria Silveira⁵³, que já havia sido detida anteriormente por aquele Comando⁵⁴.

Também foram solicitadas à Comissão de Investigações⁵⁵, órgão comandado por Mário Tavares da Cunha Melo, informações acerca do estudante Orestes Vidal Guerreiro, aluno da Faculdade de Direito, investigado por ações subversivas⁵⁶.

Em 04/06, a professora Rosa Maria Mendes de Campos foi intimada a prestar a defesa de acusações acerca de atividades “subversivas” na Universidade. É dado o prazo de até 5 dias para a resposta ao processo que lhe é movido.

No dia 08/06, o seguinte documento foi enviado a quatro estudantes:

Prezado senhor,
Em cumprimento ao Artigo 5º, do decreto regulamentador das investigações determinadas pelo Ato Institucional, intimo V. Sa. para, por si ou procurador bastante, oferecer, nos termos do Regimento interno desta Comissão de Inquérito e publicado no “Diário Oficial do Estado”, de 12 de maio p. passado, a defesa que tiver.
Esclareço a V. Sa., na oportunidade, que o prazo para a sua defesa, de cinco dias, a contar desta data, terminará, impreterivelmente, no próximo sábado, dia 13 do andante.
Para maiores esclarecimentos ou vistas no processo que lhe é movido, pode V. As. Comparecer à Secretaria desta Comissão de Inquérito, que funciona no edifício da Reitoria da Universidade de Santa Catarina, que funciona no

Telephone Telegraph Company (ITT). A ITT era a empresa privada que liderou o mercado de telefonia no Rio Grande do Sul e no Paraná no período anterior à consolidação da Empresa Brasileira de Telefonia (Embratel). Para mais informações sobre a consolidação da radiotelefonía e da Embratel no Brasil, ver: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Embratel (verbete)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/embratel>>. Acessado em 14 de julho de 2021.

⁵⁰Ofício nº 102/64, ll. 03-06.

⁵¹Ofício nº 105/64.

⁵²Ofício nº 106/64.

⁵³Anita Silveira, de acordo com seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina, foi presa em 16 de abril, durante atividades relacionadas à UCE, e libertada dia 9 de junho de 1964. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/rejeicao-e-traicao-foram-mais-dificeis-de-suportar-que-prisaao-afirma-ani>. Acesso em 20 de julho de 2015

⁵⁴Ofício nº 104/64;

⁵⁵A “Comissão de Investigações” era organizada por membros da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Seu presidente, em 1964, era o então deputado estadual Mário Tavares da Cunha Melo;

⁵⁶Ofício nº 107/64;

seguinte horário: das 9 às 12 e das 14 às 18 horas, todos os dias exceto aos domingos.⁵⁷

Os estudantes indiciados foram: Francisco Mastella, Rogério Queiroz, Eduardo Luiz Mussi e Ivo Eckert.

Em 18 de junho, a Comissão de Inquérito finalizou seus trabalhos. Foram realizadas, ao total, cem sessões: “uma de instalação, 39 sessões ordinárias matutinas, 37 vespertinas, 21 noturnas, uma sessão extraordinária e uma de encerramento”.⁵⁸

Foram indiciados, nas investigações, 6 professores⁵⁹ e 2 funcionários. Quanto aos 4 estudantes, “determinou-se a remessa de cópia dos processos à Comissão de Investigações da ALESC (Quinta Legislatura)”. No total, foram ouvidas 98 testemunhas, das quais 6 “defenderam indiciados”. Foram baixadas 20 portarias, sendo 9 de interesse administrativos e 11 de aberturas de processos.⁶⁰

Os relatórios e ofícios da Comissão de Inquérito encontrados no Arquivo Central da UFSC não respondem a todas as perguntas levantadas: qual, afinal, foi o fim de tantos processos? Para tal, necessita-se retornar à bibliografia. Rodrigo Patto Sá Motta (2014) aponta que a maior parte dos processos conduzidos nessa etapa inicial da “Operação Limpeza” resultaram, a médio e longo prazo, em não muito além do que o fichamento dos indiciados para futuras ondas de investigação (MOTTA, 2014, p. 26). A continuidade da pesquisa, que deverá envolver o cruzamento de fontes escritas e orais e não pôde ser levada adiante neste momento, deverá apresentar mais respostas sobre o resultado final dos processos.

Tal apontamento serve de linha condutora para que se observe, aqui, o que aconteceu, afinal, com aquele considerado o mais “perigoso” dos comunistas catarinenses, o professor Gallotti. De acordo com Sartoti, (2017):

O professor Gallotti não foi exonerado do seu cargo na UFSC. No entanto, foi submetido a um IPM, juntamente com seu filho, o estudante de direito Paulo Fragoço Gallotti, preso logo após o golpe. O IPM do professor Gallotti acabou virando denúncia oferecida pela Procuradoria à 5ª Auditoria Militar em Curitiba. No processo constam os nomes dos delatores de Gallotti. O professor Nereu do Vale Pereira estava entre aqueles que depuseram e assinaram documentos acusando Gallotti, juntamente com Darcy Brasileiro dos Santos, que assinou documento afirmando que o professor Gallotti fazia “pregação comunista”, fugindo totalmente do conteúdo das aulas e descontentando os alunos. Nereu havia

⁵⁷ Ofícios nº 119/64, 120/64, 121/64 e 122/64;

⁵⁸ COMISSÃO DE INQUÉRITO. Relatório Geral. Florianópolis: Reitoria, 18 jun. de 1964.

⁵⁹ Não existem, nos documentos analisados, informações acerca dos processos de vários dos indiciados – sendo difícil, portanto, determinar quais professores/funcionários foram de fato condenados em função de dados apurados a partir da Comissão de Inquérito.

⁶⁰ Comissão de Inquérito. Relatório Geral. Florianópolis: Reitoria, 18 jun. de 1964. Disponível na Divisão de Arquivo Central da UFSC, na pasta “Sindicâncias 01” de 1964.

liderado o grupo que incendiou livros da Livraria Anita Garibaldi após o golpe.

Depois de ficar preso praticamente por três meses, Gallotti foi solto e passou a responder o processo militar em liberdade. O Habeas Corpus que garantiu a liberdade foi impetrado, curiosamente, pelo professor da Faculdade de Direito e advogado Fernando José Caldeira Bastos perante o STF, que entendeu não configurar qualquer tipo de infração penal a acusação de ser um marxista confesso (SARTOTI, 2017, p. 78-79).

Todos os indiciados e acusados, mesmo aqueles que foram rapidamente liberados, seguiriam sofrendo perseguições políticas em diferentes intensidades, perseguições estas que se tornariam brutais com a implementação, em dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5 e a suspensão dos direitos políticos e da garantia de *habeas corpus* para crimes políticos, além da institucionalização da tortura e de um sistema investigativo bem mais robusto que a CGI: o Serviço Nacional de Informações (SNI), que implementaria braços nas universidades com as chamadas Assessorias de Segurança e Informação (ASI) (AURAS, 2018, p. 74-78).

3 CAPÍTULO III

3.1 Adesão ou resistência

Até aqui foram discutidos diversos aspectos da cultura política estudantil universitária na capital catarinense e sua relação com o Estado. No primeiro capítulo, foram apresentados o surgimento das primeiras entidades estudantis gerais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Catarinense dos Estudantes (UCE), a atuação do Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF – entidade dos estudantes da Faculdade de Direito) e a formação das forças políticas que disputaram a hegemonia política do movimento estudantil no estado. O segundo capítulo enfoca o golpe – suas múltiplas motivações, agentes diretos e indiretos, a sua deflagração e a reação dos estudantes no Brasil e em Santa Catarina – e, é claro, a relação da administração da Universidade de Santa Catarina com as primeiras políticas de perseguição a técnicos, estudantes e professores. No entanto, para além da resistência dos membros da comunidade universitária, existiram, também, aqueles que aderiram ao golpe.

Mesmo tendo seu processo de chegada ao poder capitaneado por militares, a ditadura precisou, em inúmeros momentos, da participação de membros da sociedade civil para levar a cabo seus planos – a começar pela legitimação jurídica do novo regime. De acordo com Sartoti (2017), essa legitimação pode ser dividida em “dois aspectos”:

O primeiro deles com a legitimação através do discurso jurídico da exceção, traduzido na legislação de exceção originada a partir do Ato Institucional nº 1, bem como na própria justificação do estado ilegal. Neste campo, fizeram-se presentes professores de direito – principalmente do direito constitucional –, doutrinadores das mais variadas áreas jurídicas, juízes e promotores de justiça, principalmente. O segundo através do apoio político ao golpe e ao estado de exceção, fosse nos meios públicos de comunicação, nas salas de aula das faculdades, nas mais diversas exortações ou, ainda, tomando parte no aparato estatal-burocrático da ditadura e viabilizando os intentos do Estado nos mais variados espaços. Aqui, figuram também professores de direito, além de estudantes e bacharéis (SARTOTI, 2017, p. 32).

O “segundo aspecto” apontado por Sartoti (2017) pode ser ampliado. Embora o autor refira-se, em seu texto, aos estudantes e profissionais do Direito ligados à UFSC – este foi, afinal, o objeto de estudo em sua dissertação de Mestrado em Direito, defendida em 2017 na UFSC. A adesão ao novo regime e a assimilação às suas determinações persecutórias, muitas vezes dos próprios colegas, abalaram as instituições de ensino superior de forma generalizada. A diferença fundamental dos outros cursos para o de Direito, para além de suas características basilares de estudo das estruturas do Estado, era provavelmente seu tamanho e projeção no cenário político catarinense, incluindo o movimento estudantil. Havia também outra questão,

apontada por Sartoti: das faculdades de Direito viriam muitos daqueles que participariam da “legitimação da ditadura” por meio da “legislação de exceção” e do apoio deliberado ao golpe e à ditadura que se seguiu (SARTOTI, 2017, p. 30).

Claudionor Pirola (2011), em seu artigo “O golpe militar de 1964 e sua preparação e repercussão em Criciúma”, traz exemplos claros da percepção das elites catarinenses tanto sobre o governo Goulart quanto do golpe civil-militar a partir do Jornal Tribuna Catarinense. Ocorre que o dono do jornal era “José Pimentel, que, além de advogado, foi o seu fundador e também vereador da União Democrática Nacional (UDN) na década de 1950”. ⁶¹(PIROLA, 2011, p. 34).

Em julho de 1963, o jornal lançou um artigo de apenas duas páginas em uma de suas edições. Intitulado “O povo é contra a reforma”, o texto associava as reformas de base à revolução cubana, dizendo:

Ora, perguntamos ao Sr. Goulart: com que direito, ou, baseado em que lei (divina ou humana) a terra deve pertencer a quem trabalha? Com essa lógica, chegaríamos à conclusão de que as fábricas pertencem aos operários, as casas aos pedreiros, e carpinteiros que as construíram ou a seus inquilinos, à maneira do que acontece em Cuba no regime Castrista, no primeiro momento da revolução. Dizemos primeiro momento porque logo a seguir tudo passou para as mãos do Estado, como não poderia deixar de acontecer num país de regime comunista. Onde iríamos com esse raciocínio? (PIROLA, 2011, p. 35-36)

Pimentel, além de político da UDN, atuava politicamente “na defesa dos interesses industriais/mineradores” patronais no município. De acordo com Pirola, Pimentel “utilizava o jornal como ferramenta de divulgação de propaganda de suas ideias partidárias”. O autor vai mais fundo, e sugere que, na sua condição de membro antigo do partido no município, “possivelmente ele deveria ter um forte contato com a UDN Estadual e, possivelmente, Nacional”. Por fim, Pirola afirma que “esta ligação partidária poderia conter um vínculo com o que Dreifuss chamou de ‘Elite Orgânica’, que teria preparado o terreno para o Golpe Militar.” (PIROLA, 2011, p.36).

Para o cientista político René Armand Dreifuss (1981), “elite orgânica” representa um “bloco” das burguesias “oligárquico-industriais”, multinacionais e associadas. Esse bloco seria, portanto, uma força de poder expressada pelas elites intelectuais que iam de acordo com os interesses da classe dominante brasileira e internacional. Segundo Dreifuss, a “elite orgânica” consolidou suas ideias em volta dos institutos “Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais” (IPES) e o “Instituto Brasileiro de Ação Democrática” (IBAD), duas organizações de classe, que se tornaram uma “rede nacional de militantes grupos de ação” dedicados a executar a “manipulação de opiniões

⁶¹ Claudionor Pirola descreve o a UDN, partido do jornalista Carlos Lacerda, como “um partido golpista, que havia a um bom tempo tentado tomar o poder pela força e representava principalmente os interesses da Classe média alta e dos ricos” (PIROLA, 2011, p. 34).

e guerra psicológica” anticomunista contra o governo Jango e os movimentos sociais progressistas por todo o Brasil. As “elites orgânicas” da burguesia, no caso, seriam as responsáveis por dirigir essas duas organizações de classe (DREIFUSS, 1981, p. 162-163).

Voltando a Criciúma, José Pimentel, assim como o patronato das mineradoras de carvão do sul de Santa Catarina, preocupava-se com o avanço das mobilizações dos mineiros, que tinham uma boa articulação com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT, entidade sindical nacional muito atuante no período). Manifestações eram cada vez mais frequentes, e o grito de ordem dos trabalhadores era de “denúncia das péssimas condições de trabalho da classe mineira, e em favor da defesa e organização” dos mineiros. Os trabalhadores, que não tinham voz no jornal de Pimentel, tinham suas reivindicações contadas por outro periódico, o Jornal de Criciúma, publicação ligada ao Partido Trabalhista Brasileiro, que denunciava as péssimas condições de trabalho nas minas da região carbonífera (PIROLA, 2011, p. 38).

Durante a década de 1960 até o golpe, os dois jornais se digladiavam: de um lado, a Tribuna Criciumense, de Pimentel, defendia as empresas mineradoras e atacava tentativas de mobilização e greve da parte dos mineiros; de outro, o Jornal de Criciúma mantinha uma posição favorável à luta dos trabalhadores por seus direitos (PIROLA, 2011, p. 38-40). A situação mudou após o golpe. De acordo com Pirola:

Com o golpe Militar, o jornal Tribuna Criciumense notícia a vitória da “revolução”. É interessante analisar na matéria do jornal de 03 a 11 de abril de 1964, no jornal de 11 a 18 de abril e 1964, e no jornal de 30 a 06 de junho de 1964, títulos como “Democracia aplaudida em Criciúma”, “A revolução tem compromisso com a grandeza da Pátria”, “tudo calmo em Criciúma” (apesar da prisão de várias pessoas, suicídios de pais de família que veem seus filhos serem presos, da intervenção e prisões no sindicato Mineiro de Criciúma, da ocupação militar de Criciúma, etc.) Nota-se a construção perante a sociedade de uma máscara sobre o que está acontecendo no Brasil e Criciúma a partir de 01/04/1964. É instigante analisar tais artigos e observar que as palavras mais usadas são “revolução”, “compromisso com a democracia”, “democracia”, “defesa dos trabalhadores”. Ou seja, justamente o que não estava acontecendo (PIROLA, 2011, p. 41).

O objetivo de Pirola (2011) foi, em seu artigo, apontar relações de compadrio na política cricumense e as diferentes conexões entre as “elites orgânicas” que culminaram na implementação da repressão durante a ditadura (PIROLA, 2011, p. 42-43). Sobre esse assunto, também trata Marilena Chauí (2000). Para a filósofa, a sociedade brasileira – posta pela autora como uma “sociedade autoritária” - desenvolveu, em suas elites, relações de desigualdade de tratamento que reforçariam uma “relação mando-obediência” (ou outras relações derivadas dessa relação de poder como “clientela”, “tutela” ou “cooptação”) entre grupos de classes diferentes ao mesmo tempo em que desenvolveriam, entre “iguais”, – ou seja, membros da

classe dominante – relações de “parentesco”, “cumplicidade” ou “compadrio” (CHAUI, 2000, p. 89-90).

Essas relações, marcadas pelas articulações de poder derivadas de uma sociedade colonial, guardam semelhanças com exemplos dados, no capítulo anterior, sobre as relações que permearam a carreira de João David Ferreira Lima. Será que, se não existissem essas relações políticas de um membro da elite intelectual catarinense tanto com os membros da grande política catarinense (o governador do estado, o prefeito de Florianópolis e o reitor eram do mesmo partido, o PSD), e com outros indivíduos em cargos-chave, a denúncia que fora feita em 1961 dos estudantes contra o reitor teria sido arquivada sem nem ser apurada (LIMA, 2000, p. 113)? Pergunta difícil de ser respondida, mas que trazem à tona uma problemática real: João David Ferreira Lima adquiriu muito poder não somente por suas habilidades de gestor, mas, provavelmente, também, por cercar-se de conhecidos poderosos – do Brasil e dos Estados Unidos.

Após essas reflexões sobre as diferentes motivações daqueles que foram favoráveis ao golpe, faz-se necessário apontar algumas informações a respeito dos estudantes. O Centro Acadêmico XI de Fevereiro representava os estudantes da mais antiga faculdade de Santa Catarina, datada de 1932; entre os anos de 1947 e 1949, estivera à frente da fundação e oficialização da União Catarinense dos Estudantes; em diversos momentos de sua trajetória política, o CAXIF colocara-se como campo de oposição – e ganhara diversas vezes – à direção da UCE, que englobava estudantes de todos os outros cursos e até do Direito (MORETTI, 1984).

No entanto, esta proeminência estudantil do curso de Direito, que geraria jovens lideranças ao longo dos anos (como Francisco Mastella em 1963, Rogério Queiroz em 1964, Heitor Bittencourt em 1968 e até Rosângela de Souza e Adolfo Dias, já em 1979) era diretamente relacionada ao prestígio da Faculdade frente à política catarinense. Como aponta Rodrigo Sartoti (2017):

Na primeira metade do século XX, questões importantes da política estadual eram pensadas e discutidas não apenas no Palácio Rosado e na Assembleia Legislativa, mas, também, no prédio da Rua Esteves Júnior n. 11 [prédio da Faculdade de Direito] e sua “extensão” no Tribunal de Justiça, já que boa parte do corpo docente da Faculdade de Direito era formada por juizes e desembargadores. Além disso, o corpo discente, desde a criação do seu órgão representativo, o Centro Acadêmico XI de Fevereiro – CAXIF, em 2 de setembro de 1932, sempre esteve atento às questões políticas da Capital e do Estado, mantendo uma relação estreita com as autoridades, bem como às questões nacionais através de uma participação ativa na União Nacional dos Estudantes – UNE desde o início da década de 1940 (SARTOTI, 2017, p. 40).

Nesse sentido, a Faculdade de Direito era o lar de contradições: ao mesmo tempo em que participava da grande política estadual e fazia-se local de tomadas de decisão muitas vezes conservadoras e até reacionárias, era também foco de rebeldia jovem – mais do que isso, talvez, era um lugar onde os jovens sentiam-se, até certa medida, mais seguros para expressar suas indignações sem medo de retaliações severas da administração universitária (SARTOTI, 2017, p. 48-49).

Durante 1963 e até pouco antes do golpe, o Brasil vivia uma tensão política por conta da polarização em volta do governo João Goulart (visto pelos conservadores como “esquerdista”) e suas “Reformas de Base”. Segundo Marcos Napolitano (2018), mesmo que o governo de Jango não fosse uma unanimidade nem mesmo entre as esquerdas, um dos motivos principais que teriam levado à sua queda foi sua proposta de “revisar a agenda política brasileira na direção de uma democratização da cidadania e da propriedade”.

Nesse sentido, Napolitano frisa: “tratava-se mais de uma agenda do que, propriamente, de um projeto político de inclusão social nacionalismo econômico e democratização política”. No entanto, mesmo uma “agenda” progressista de governo não seria tolerada “em um ambiente político profundamente conservador e excludente, marcado pela tradição liberal-oligárquica e pelo autoritarismo pragmático” ambos, segundo o autor, “elitistas e avessos à participação das massas na política. (NAPOLITANO, 2018, p.17).

O anticomunismo no Brasil já era, como discutido no segundo capítulo desta monografia, um elemento constante na política brasileira havia décadas, e fazia parte daquilo que Marcos Napolitano descreveu como “golpismo histórico” pelo uso da ameaça comunista como ferramenta política, ferramenta que fora usada para justificar golpes desde o “começo da década de 1930”, com Vargas. Sendo assim, quando os movimentos progressistas “ameaçaram transformar sua agenda reformista em um projeto político de governo”, os grupos conservadores e reacionários teriam reagido veementemente. Muitos desses apoiadores do golpe eram civis – vários, inclusive, membros das comunidades universitárias (NAPOLITANO, 2018, p. 17).

Durante 1964, a Faculdade de Direito era dirigida pelo Professor Henrique Stodiek. Henrique era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido de situação no Governo Federal, linha de frente de defesa das reformas do governo Jango e que era, dentre os partidos legalizados, aquele que aglutinava os setores mais progressistas e populares. Essa situação entrava em sintonia com os estudantes ligados ao movimento estudantil. Deve-se lembrar, como apontado no primeiro capítulo, que no período de 1963 a 1964 a vasta maioria das lideranças estudantis era ligada à organização Ação Popular. Em menor escala, havia os estudantes

comunistas, mas que também costumavam utilizar-se da estrutura “apista”. De qualquer forma, ambas as forças políticas eram favoráveis às reformas propostas por Jango – assim como, é claro, Stodieck (SARTOTI, 2017, p. 53-54).

Essas posições conflitantes não eram, de forma alguma, uma simples dualidade entre estudantes progressistas e professores conservadores. Havia professores progressistas e muitos estudantes conservadores, muitos dos quais iriam inclusive celebrar o golpe. E o golpe, diga-se de passagem, foi grande catalisador para a ebulição política na Faculdade. Em consequência dos acontecimentos iniciados na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964, os estudantes lançaram notas posicionando-se contra e a favor da movimentação militar. Duas dessas notas, disponibilizadas na dissertação de Rodrigo Sartoti (2017), serão analisadas aqui. A primeira delas, assinada pelo CAXIF por meio de seu presidente, Eduardo Luiz Mussi, e de seu secretário, Alexandre Müller, foi distribuída pelas ruas da capital durante a madrugada do golpe e afirmava categoricamente posição contrária ao golpe de estado:

O Centro Acadêmico XI de Fevereiro, frente aos acontecimentos que estão convulsionando o país, declara-se contra o golpe de direita.
Somos democratas e, por isso, queremos a democracia. Não a liberal democracia, cujas normas já não consultam as necessidades do homem de hoje. Mas a social democracia de que muito se fala e ainda não foi concretizada em nossa pátria.
Queremos reformas, Reformas que humanizam a vida no Brasil.
Não admitimos o reacionarismo. O individualismo cruel que não compreende o pão na mesa do brasileiro pobre.
Os erros dos insensíveis à realidade nacional estão preparando a avalanche irreversível das vontades populares. E nós, os estudantes da Faculdade de Direito de S. Catarina, vamos às ruas para advertir consciências políticas, a fim de impedir que essa avalanche estoure, rompendo os diques da calma até aqui mantidas e esmagando até o regime que desejamos vigente.
Não somos contra os ricos. Apenas queremos os pobres menos pobres. Não somos contra as liberdades democráticas. Que seria de nós sem a liberdade de pensar e de dizer? Não somos a favor de outros países e prejuízo do nosso, porque no nosso é nosso e os outros não o são.
Brasil, sempre. Democracia, também. Democracia em favor do povo, sem os mêdos que, nesta altura da nossa evolução, reduzem os maus compatriotas ao silêncio que avilta a pessoa humana. Nada admitiremos contra o POVO, pois o povo é o Brasil e nós somos Brasileiros (CAXIF, 1964 apud SARTOTI, 2017, p. 62).

As informações contidas na nota acima explicitam as posições dos estudantes progressistas por uma “social democracia” baseada em reformas de base e pelo combate ao individualismo. Em seguida, para chamar a sociedade florianopolitana à reflexão, adicionaram à nota que não eram radicais, nem contra os ricos nem contra as “liberdades democráticas” conquistadas, mas sim a favor da justiça social e do direito de autodeterminação do povo brasileiro. Esses pontos coincidiam com as defesas levantadas pela bandeira das reformas de

base do governo Jango, quais sejam a reforma da democracia liberal e a soberania nacional enquanto estado não-alinhado (SARTOTI, 2017, p. 62).

Por outro lado, os estudantes conservadores e anticomunistas também se pronunciaram. Afirmando que sempre estiveram calados pelos progressistas no que dizia respeito à política, eles publicaram, cinco dias depois da deflagração do movimento militar, uma nota pública em claro apoio aos golpistas. A nota, que foi publicada na edição de 10 de abril do jornal “O Estado”, dizia o seguinte:

Os estudantes da Faculdade de Direito desta Universidade, que não podiam, por circunstâncias conhecidas do povo brasileiro, manifestar-se dentro dos princípios democráticos e de acôrdo com a própria Constituição do País, antes dos últimos acontecimentos que abalaram a Nação, lançam à Juventude e ao Povo Catarinense êste manifesto cujo teor é válido, em sua decisão, para o presente e para o futuro (apud SARTOTI, 2017, p. 64).

Em seguida, os estudantes faziam uma caracterização do governo Jango e suas forças de apoio:

Acaba de ser extinta no Brasil a mola propulsora do comunismo internacional. Não foi fácil a vitória. Mais difícil será a sua consolidação. Interesses pessoais de alguns, interesses políticos de outros, vaidades aqui e alhures não faltarão para macular os desígnios gloriosos das Forças Armadas do Brasil.

Ao longo da História podemos contemplar na ruina das civilizações o enfraquecimento dos grupos sociais, a divisão das famílias, a liderança do individualismo, o ódio, a inveja, a ambição, a desconfiança, o egoísmo, a indiferença – e em consequência disso tudo o desabar dos impérios, o extinguir-se das culturas e o desaparecimento das civilizações. Essa tem sido a origem remota dos grandes cataclismas. Foi o destino da Grécia e de Roma. É a lição triste da sua História (apud SARTOTI, 2017, p. 64).

Mais à frente, a nota apresenta uma posição conservadora cristã sobre “civilização”, afirmando que “só o Cristianismo civiliza os povos”, e que, portanto, como caberia aos estudantes de Direito o “dever” de trazer a civilização aos povos, estes deveriam, também, levar a luz do cristianismo. Aquele seria, de acordo com a nota, o “destino” dos estudantes do curso de Direito:

No estudo das realidades nacionais e universais do nosso tempo, não basta falar em idéias. Não basta falar em ideais. Não basta falar em cultura. Não basta falar em Democracia. Não basta falar em nacionalismo. Não basta falar em Civilização. É necessário saber o que significa cada uma dessas coisas. As idéias e os ideais para nós se conjugam nas clareiras abertas do Cristianismo. Os gregos e os romanos, nos momentos culminantes de sua história, foram povos cultos mas nem sempre civilizados. Porque só o Cristianismo civiliza os povos. E sómente à luz de seus princípios, nas tradições de cada povo, se conceitua a verdadeira Democracia. Ao sôpro de idéias extravagantes, oriundas de nações abaladas pela guerra, temos recebido da Europa e de outros pontos do mundo nações erradas e até criminosas sôbre nós e a nossa própria civilização. É o caso, por

exemplo, do nacionalismo, bandeira hoje desfraldada até mesmo por aqueles que negam a Nação e sua própria Pátria.

Nós, estudantes de Direito, temos, acima de todos, o dever de empunhar o lema da Lei, da Ordem e da Liberdade humana, contra tôdas as tiranias negadoras do homem e da Civilização. Temos de ter a convicção inabalável do direito e da justiça.

Não faltemos, pois, ao nosso Destino. Não faltemos à nossa Missão. Seria um crime de lesa-Pátria.

Florianópolis, 06 de abril de 1964 (apud SARTOTI, 2017, p. 64).

A nota foi assinada por 120 estudantes. Embora não se tenha, de acordo com Sartoti (2017), um registro com as assinaturas, o número é bastante alto. De acordo com Icles Rodrigues, a Universidade, em 1964, tinha 1491 alunos matriculados ao todo (RODRIGUES, 2010, p. 31). Isso quer dizer que cerca de 8% dos alunos da USC assinaram o documento que defendia abertamente ideias conservadoras e comemorava o golpe de 1964.

Embora a adesão ao golpe de 1964 fosse demonstrada em manifestações escancaradamente conservadoras como a exemplificada acima, os apoiadores estavam em diversos espaços e havia diferentes motivos para apoiar o movimento que depôs João Goulart e tomou o poder. Segundo Marcos Napolitano (2014), as forças que apoiaram o golpe, sobretudo as elites “liberais, políticas e empresariais”, buscaram romper com o regime ditatorial e até criticá-lo. Isso aconteceu, sobretudo, a partir da década de 1970, quando as notícias sobre as torturas, desaparecimentos e toda sorte de violência do Estado brasileiro surgiam cada vez mais na imprensa internacional. Nesse movimento, esses grupos liberais buscaram desvencilhar-se do passado de cumplicidade que outrora tiveram com os militares golpistas e, logo, participando da construção da “memória hegemônica” sobre a ditadura, inserem-se dentro das narrativas sobre a resistência ao regime militar (NAPOLITANO, 2014, p. 4).

Para além daqueles que se declararam abertamente favoráveis ao regime, houve também estudantes infiltrados nas faculdades e movimentos sociais para informar as autoridades policiais das “atividades subversivas”, assim como identificar militantes para facilitar prisões. De acordo com Rodrigues (2010), esses delatores infiltrados, apelidados de “ratos” no meio estudantil, causavam medo e geraram até alguns mitos. Acreditava-se na época “que todos os nomes de estudantes presentes em um evento com infiltrados iam para um “suposto ‘Livro Negro’”. Em entrevista para o autor, o professor José Nazareno José de Campos corroborou a informação. Segundo ele, “todos sabiam da existência desse tal livro negro”, um caderno “onde estariam os nomes de todos que eles consideravam problemáticos, perigosos” (CAMPOS apud RODRIGUES, 2010, p. 28).

Embora essa tática policial já não fosse nova, sua utilização aumentou consideravelmente durante a ditadura. Para além da função direta de informação sobre os

“subversivos”, o uso de infiltrados causava, em muitos estudantes, uma sensação de medo, insegurança e desconfiança para com seus colegas. Em depoimento à Comissão de Memória e Verdade, a ex-estudante Ana Maria Beck declarou que, após a deflagração do golpe e as primeiras agressões às entidades estudantis, “começou um período muito difícil, muito difícil mesmo, muita repressão dentro da universidade, a gente desconfiava da própria sombra, a gente não sabia quem estava na classe com a gente” (BECK, 2018, p. 635).⁶²

Em muitos casos, as forças policiais não precisavam recorrer à infiltração: os comandantes das polícias podiam mandar soldados identificados para as reuniões do movimento estudantil e até, em alguns casos, ir pessoalmente para os espaços. De acordo com Célio Espíndola, em seu texto para o segundo volume do Relatório da Comissão de Memória e Verdade, já havia uma comunicação entre os estudantes catarinenses e as polícias antes do golpe, embora essa comunicação fosse sobretudo para a realização de atos de rua, existindo certa autonomia nas deliberações:

É importante frisar que no prédio da UCE havia um grande salão no segundo andar e embaixo, no térreo, o restaurante universitário, administrado por uma diretoria eleita de estudantes universitários, com a presença de um representante da burocracia universitária, na prestação de contas. A aglutinação de estudantes universitários era diária, duas vezes por dia, com refeições ao meio dia e à noite, e também nos sábados e domingos. Portanto, os estudantes universitários tinham a seu favor, além de uma cidade pequena e com apenas um centro, Catedral-Praça XV, tinham também a capacidade de comunicação e organização num grande prédio, construído com dinheiro público do orçamento federal da educação. Até então independente, podendo fazer suas reuniões e assembleias sem interferência da Reitoria nem da polícia. No entanto, a polícia também participava da organização estudantil.

O relato de Rogério Queiroz para a Comissão de Memória e Verdade da UFSC apresenta, em dado momento, o cotidiano de ações da polícia nas reuniões estudantis após o golpe:

Me recordo, não quero fazer nenhuma acusação. (...) Por exemplo, na nossa diretoria - ele faleceu, que Deus o tenha - Schiller Sobrinho, ele fazia parte da diretoria. Ele era das Ciências Econômicas. E ele era da Secretaria de Segurança Pública. Então nas reuniões que nós tínhamos ele participava de tudo. Não podíamos proibir. Claro que era quase certo que tudo o que decidíamos era levado para o Jade Magalhães, o secretário, que era do Partido Integralista (PRP). O pai dele ficou como gerente do restaurante (universitário). Nossas informações eram levadas ao vivo e diretamente ao Jade Magalhães. Dois policiais (um preto, e outro que, não vem o nome,) eles iam às reuniões da UCE. (...) Estavam no canto e não podia expulsá-

⁶² Entrevista de Ana Maria Beck à Comissão de Memória e Verdade da UFSC. In: Volume dois. Florianópolis: UFSC, 2018, p. 635.

los. Estavam ali, eram ouvintes, levavam as coisas prontinhas pro Jade Magalhães.⁶³

A ditadura trouxe, consigo, condecorações, nomeações e privilégios para muitos daqueles que a defenderam. Reitores e membros das elites acadêmicas que haviam apoiado vigorosamente o golpe, como Gama e Silva, da Universidade de São Paulo (USP), e Flávio Suplicy de Lacerda, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foram logo nomeados ministros da educação. O primeiro ficaria por apenas dois meses, mas seria ministro da justiça do ditador Emílio Garrastazu Médici a partir de 1970; o segundo, durante seus dois anos à frente da pasta, foi responsável por múltiplas ações de investigação e “depuração” de estudantes, técnicos e professores nas universidades, como as comissões de inquérito e a Lei 4.464/1964, apelidada de Lei Suplicy – que será discutida mais à frente (MOTTA, 2014, p. 38-41).

Para os que resistiram ao golpe, as sanções foram imediatas: a UnB foi invadida após o golpe e seu reitor, Anísio Teixeira, deposto; a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sofreu “imediate” intervenção federal e seu reitor, Mário Moacyr Porto, suspenso para investigações sobre suas supostas atividades “subversivas”, assumindo então um interventor a mando do Ministério da Educação; na Universidade Rural do Rio de Janeiro (URRJ – atualmente UFRRJ), a comunidade universitária sofreu violento ataque das forças de repressão e seu reitor, Ydézio Luiz Vianna, foi preso, além de dezenas de estudantes, depois submetidos também a um interventor do MEC. Esses foram apenas alguns dos diversos casos de intervenção direta nas universidades pelas forças de repressão logo no primeiro mês após a deflagração do golpe (MOTTA, 2014, p. 40-44).

Em Santa Catarina, o número de presos por ocasião do golpe foi maior que em 1968. E esses presos, por sua vez, pertenciam a categorias diversas. De acordo com informações organizadas pela Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright em seu relatório final, dos 697 presos políticos registrados em Santa Catarina de 1964 a 1984, 578 foram presos no ano do golpe - dez vezes o número de presos dos dois anos após a outorga do Ato Institucional nº 5 (AI-5, violento decreto que, dentre outras ações, acabou com o *habeas corpus* para crimes políticos, com o direito de livre associação e institucionalizou a censura). Destes 578 presos em 1964, por sua vez: 61 eram lideranças do movimento social "Grupo dos 11"; 52 eram "operários dos vários setores de serviços privados"; 32 eram líderes sindicais; 58 eram funcionários públicos civis; 24 eram mineiros das zonas carboníferas; 42 eram profissionais liberais (dos quais apenas 10 não eram advogados); 65 eram trabalhadores portuários ou ferroviários; 22

⁶³ Entrevista de Rogério Queiroz à Comissão de Memória e Verdade da UFSC. Relatório final - volume dois. UFSC: 2018, p. 731-733.

eram agricultores; 12 eram escritores e professores; 16 eram militares progressistas (15 eram ligados ao PCB e 1 ao PTB); 9 eram militares não necessariamente ligados a partidos; 3 eram padres e 1 era dona de casa. Os estudantes, por sua vez, foram 21. Embora o número seja menor que em outras categorias, todas as entidades estudantis mais politicamente ativas foram investigadas e tiveram suas lideranças entre as estatísticas de presos, como foi o caso da UCE, da União Catarinenses dos Estudantes Secundaristas (UCES), FEUSC e CAXIF (ESPÍNDOLA, 2018, p. 724).

Como consequência das políticas de repressão iniciadas com o golpe, achavam-se os estudantes conservadores, também, em um ambiente privilegiado para expressar visões anticomunistas e até comandar as entidades. Foi o caso, por exemplo, de Volney da Silva Millis, estudante catarinense do curso de direito da UFSC que, desde antes do golpe, já expressava descontentamento com as posições do movimento estudantil da Universidade. Segundo Rodrigo Sartoti (2017), no período em que o movimento pedia que o MEC interviesse na reitoria por seus desmandos e descumprimentos de compromisso, Millis “chegou a protestar junto à direção da Faculdade” pela retirada de uma faixa colocada pelo CAXIF com os dizeres “Queremos intervenção na USC” (SARTOTI, 2017, p. 54). Depois do golpe, Millis assumiu a presidência da UCE no lugar de Rogério Queiroz, e também atuaria como um “interventor geral” do movimento estudantil, assumindo, em 1967, como assessor-chefe no gabinete do reitor Ferreira Lima (SARTOTI, 2017, p. 54). Célio Espíndola (2018) comentou, em seu texto para o Relatório final da CMV-UFSC, sobre o papel de Volney Millis na direção do movimento estudantil florianopolitano no período pós-golpe:

A paz dos cemitérios, literalmente, foi imposta nas universidades, nelas o ensino dos manuais americanos de Economia, publicados pela Zahar, de Sociologia e Ciência Política publicados pela Editora da UnB sob intervenção, o controle ideológico pela força dos Ais, CEIs, controle pela burocracia, pelas disciplinas de educação, moral e cívica (EMC) e estudos de problemas brasileiros (EPB), a colocação de espíões em cada sala de aula, desde bedêus nas portas de salas à alunos das forças armadas, do DOPS, polícia civil e outros tipos que se prestavam ao trabalho sujo, entre eles um Volney Millis que foi interventor no CAXIF, no restaurante universitário, na UCE, e depois foi advogado junto ao Reitor por muitos anos, até sua morte (ESPÍNDOLA, 2018, p. 734).

Esse foi um caso dentre vários que ocorreram, mas serve para exemplificar situações em que membros da sociedade civil beneficiaram-se do novo estado de coisas implementado pelos golpistas para ascensão na carreira. Segundo Sartoti (2017), a geração de estudantes catarinenses de 1964 ocuparia, alguns anos mais tarde, “importantes postos no Judiciário, no Executivo e no Legislativo, além de se tornarem docentes na própria Faculdade. Outros, ainda, tornar-se-iam quadros importantes da administração da UFSC” e chegariam até a trabalhar na

agência de inteligência do Serviço Nacional de Informações (SNI), “que seria criada junto à Reitoria no início dos anos 1970”. (SARTOTI, 2017, p. 66).

No rol das figuras da elite acadêmica catarinense, o reitor Ferreira Lima se destacava. Dentre as diversas manifestações que tivera contra os “esquerdistas” do governo anterior, como sua participação ativa na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em Florianópolis, uma se destacou pelo seu valor simbólico. Ocorre que, na última semana de abril de 1964, logo após o golpe, foi anunciado pela imprensa catarinense que Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos, visitaria o estado entre os dias 27 e 30 de abril. O objetivo da visita, além de conhecer e estabelecer contatos com autoridades catarinenses, também era ministrar, na Universidade de Santa Catarina, uma palestra com o tema “Participação das universidades num país em desenvolvimento”. A visita fora organizada a partir de um “convite” do governador do estado ao diplomata. De acordo com a agenda do evento, depois de um dia dedicado a conhecer o governador do estado e o prefeito de Florianópolis, Gordon teve um segundo dia de visita dedicado quase exclusivamente à Universidade de Santa Catarina (AURAS, 2018, p. 64).

No meio-dia de 28 de abril, Lincoln Gordon foi recebido na Universidade com um grande churrasco. Lá, Ferreira Lima o esperava com autoridades como o governador Celso Ramos e o presidente da Assembleia Legislativa do estado, o deputado Ivo Silveira. Ambos, como aponta Auras (2018), eram do Partido Social Democrático, partido ao qual o reitor também era filiado. Na comitiva de Lincoln Gordon, por sua vez, estavam presentes: o adido militar Major Barbi, o adido aeronáutico Coronel Kelb, o “encarregado do setor político da embaixada”, a esposa do embaixador e, por último, mas não menos importante, o secretário⁶⁴ responsável pela agência USAID no Brasil (AURAS, 2018, p. 53-56).

No evento, tanto o reitor quanto o embaixador discursaram. Em seu discurso, Ferreira Lima teceu elogios a Gordon e ao governo dos Estados Unidos, afirmando que os dois países tinham os “mesmos ideais de liberdade e democracia”. O reitor também saudou a “tradição democrática do povo americano, seu amor à causa da paz e às aspirações de liberdade e progresso de todos os povos”. Em seu discurso, por sua vez, o embaixador Gordon disse que, embora a USC fosse nova, o mais importante para o sucesso da universidade era “o espírito, o objetivo, o método de conduzir a universidade como uma das instituições mais centrais e mais importantes para o progresso de uma sociedade viva” (UFSC apud AURAS, p. 56).⁶⁵

Todas essas informações constam no “Boletim Informativo nº 4”, boletim semestral de atividades da Universidade, onde constavam todas as portarias baixadas no ano, além de

⁶⁴ Não há, no documento, o nome do secretário da USAID que esteve presente no evento.

⁶⁵ UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. Boletim informativo nº 4. Florianópolis: USC, 1964.

atividades culturais, celebrações e todo o calendário acadêmico. O Boletim nº 4, referente ao primeiro semestre de 1964, era dedicado, desde a primeira página, a Lincoln Gordon. Na primeira página do Boletim, localizado no Arquivo Central da UFSC, há, em um fundo branco, apenas o texto “A USC homenageia o embaixador Lincoln Gordon”. Nas páginas seguintes, fotos da celebração mostram os convidados em longas mesas durante o churrasco, que ocorreu no “Palácio da Reitoria” da Rua Bocaiuva. Foram publicadas acompanhadas de um resumo do evento.⁶⁶

Todo esse respeito mostrado por parte da administração da Universidade às autoridades norte-americanas e ao sistema de educação superior proposto pelos Estados Unidos à América Latina foi recompensado, alguns anos depois, quando o então secretário da USAID no Brasil, Rudolph Atcon, durante uma campanha de visita às universidades brasileiras, descreveu a UFSC como “a solução administrativa para as universidades brasileiras”, e que seria urgente a “aplicação do sistema de administração central da Universidade Federal de Santa Catarina a todas as outras universidades do país, com a aquisição das mesmas máquinas por todas elas e o adestramento de seus funcionários administrativos em Florianópolis” (LIMA, 2000, p. 131-133). Ferreira Lima, na mesma época, entre 1967 e 1968, seria eleito presidente do Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras (CRUB) - órgão que, segundo Sartoti (2017), era “responsável pelo projeto de reforma” universitária “nos moldes dos militares e da USAID”. Dessa forma, a UFSC tornou-se “a primeira universidade do país a iniciar a implantação do projeto de reforma universitária dos militares” (SARTOTI, 2017, p. 120-121).

3.2 Os estudantes catarinenses e a Lei Suplicy

Mesmo tendo resistido o máximo possível e travado diversas lutas políticas até o final de 1968 (quando o Ato Institucional nº 5 destruiria de vez qualquer possibilidade de mobilização política legalizada da parte dos estudantes contra a ditadura), os jovens contestadores do regime encontravam um terreno mais hostil. Ainda em 1964, por conta de um aumento substancial no número de estudantes de graduação no país e das novas doutrinas persecutórias do regime que, segundo Sartoti (2017), consideravam de antemão que todos os estudantes eram “subversivos” em potencial e que deveriam provar sua inocência, a ditadura precisava, urgentemente, reordenar a política estudantil à sua maneira. O objetivo, sobretudo no período pós-golpe, seria de criar movimento “subalterno” aos desmandos das autoridades e,

⁶⁶ Idem.

em último caso, criar uma estrutura que permitisse que o regime controlasse diretamente as atividades dos estudantes. Para isso, não havia como o regime manter as entidades estudantis históricas como a UNE, a UCE e a ainda recente FEUSC: estas deveriam desaparecer para dar lugar a outras (SARTOTI, 2017, p. 91-92).

Para possibilitar essa reorganização tutelada da estrutura estudantil, o Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, baixou, em 9 de novembro de 1964, a Lei ° 4.464. Conhecida como “Lei Suplicy”. Seu objetivo era reorganizar toda a estrutura política estudantil, mas não só: a ideia era estabelecer o controle e a vigilância sobre os estudantes de forma mais organizada. Isso quer dizer que a lei não só estabelece uma nova estrutura organizacional e novas entidades que deveriam substituir as já existentes, mas determina, em seu texto, quais seriam as funções da política estudantil, seus limites e proibições. Todas as suas determinações deveriam, de acordo com o Artigo 20, ser implementadas, sem prorrogação, em até 60 dias, ou seja, até o início de 1965 (BRASIL, 1964).

Em seu primeiro artigo, a lei define a “finalidade” dos “órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: primeiramente, dever-se-ia “defender os interesses dos estudantes”; além disso, o movimento estudantil deveria “promover a aproximação e a solidariedade” entre estudantes, técnicos e professores nas instituições, além de “preservar as tradições estudantis” e o “patrimônio moral” das universidades; em seguida, o texto também descreve as funções de organização de eventos, afirmando que cabia ao movimento estudantil “organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo”; também seria tarefa das entidades estudantis oferecer “serviços de assistência aos estudantes carentes”, colaborar financeiramente com outras entidades com menos recursos; por fim, os estudantes também deveriam, de acordo com a lei, “lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas” (BRASIL, 1964).

No seu segundo artigo, a lei apresentava, enfim, a nova estrutura das entidades estudantis a ser implementada até o início do ano seguinte. Para começar, estavam extintas de vez tanto a União Nacional dos Estudantes (UNE) quanto as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE), como a UCE. Em seu lugar, os alunos responderiam nacionalmente ao Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e em âmbito estadual, aos Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE). Em âmbito local, a representação estudantil caberia ao Diretório Central de Estudantes (DCE) em cada universidade e, em cada faculdade, aos Diretórios Acadêmicos (DA). Nos artigos seguintes, estabeleceram-se as normas para o pleito para os Diretórios Acadêmicos: primeiro de tudo, o voto era obrigatório a todos os estudantes matriculados, e o não cumprimento do dever do voto acarretaria em impedimento de realizar as avaliações parciais

ou finais do curso; além disso, todo o processo eleitoral deveria ser acompanhado de perto por um professor da respectiva Faculdade (BRASIL, 1964).

Mais adiante, a lei continuava a descrever as novas funções das entidades, como o novo Diretório Nacional de Estudantes (DNE):

Art. 10. O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura e que, no seu âmbito de ação, terá as obrigações e os direitos expressos no art. 1º, observará todos os preconceitos gerais desta Lei.

§ 1º Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover, durante os períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de carácter **técnico**.

§ 2º O Diretório Federal em que haja órgão previsto no art. 2º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação (BRASIL, 1964).

Mais uma vez, é possível perceber o carácter de tutela atribuído ao MEC no que se referia à organização estudantil. No entanto, o mais grave ataque à autonomia estudantil localizava-se no Art. 14 da lei, que determinava a censura aos estudantes, e o Art. 15, que definia a hierarquia da fiscalização da estrutura estudantil:

Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Art. 15. A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à congregação ou ao Conselho Departamental na forma de regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes.

Parágrafo único. O Conselho de Educação poderá delegar poderes de fiscalização aos Conselhos Universitários (BRASIL, 1964).

O Art. 17, por sua vez, proibia aos reitores e diretores de faculdade de “por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta Lei”, cabendo às Congregações e Conselhos Universitários a fiscalização da devida aplicação da lei pela administração da instituição de ensino (BRASIL, 1964).

De acordo com Rodrigo Sartoti (2017), a Lei Suplicy - ou, como ficaria apelidada pelos estudantes, “Lei Suplícia” - visava à “extinção do movimento estudantil no Brasil”. Ao garrotear a liberdade de organização e a autonomia na estrutura política do movimento, o regime ditatorial tomava o primeiro passo de muitos para destruir as formas de resistência pelas vias legais. A partir daquele momento, as entidades seriam, cada vez mais, apenas um apêndice das

autoridades no meio estudantil - fosse o governo federal, estadual ou as administrações universitárias (SARTOTI, 2017, p. 94).

Tal ataque não passou, de forma alguma, incólume pelos estudantes. Ocorre que a onda de repressão dos golpistas em 1964 não conseguira solapar a onda de radicalidade e mobilização que tomava a juventude desde alguns anos atrás. Os estudantes estavam ainda mais indignados, revoltados, e as táticas de repressão aos seus direitos serviam, até certo ponto, como combustível para a continuidade da luta política (SARTOTI, 2017, p. 94-95).

Em resposta à discricionária lei, o CAXIF anunciou que iria fazer um plebiscito entre os estudantes para externalizar, de forma oficial, seu repúdio. A proposta, segundo a nota convocatória, não era exclusiva da Universidade de Santa Catarina:

CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO
O CAXIF vai realizar PLEBISCITO a respeito da Lei Suplicy
COLEGA

Brevemente o CAXIF vai pedir a tua opinião a respeito da lei nº 4464 de 9-11-64 de autoria do Ministro Suplicy de Lacerda que regula as atividades e submete os órgãos estudantis.

Em diversas faculdades do Brasil, através de Plebiscito, os Universitários externaram o seu repúdio à referida lei. Assim também procederá o CAXIF. Será a tua oportunidade de opinar.

Por que deves ser contra esta lei:

1 – A Lei 4464 traça as normas para a organização e funcionamento das entidades estudantis. Os Órgãos de Coordenação e Representação dos Universitários não são mais a expressão da nossa vontade, mas a submissão a normas e conceitos determinados pelo govêrno. Isto fere frontalmente o espírito democrático da nossa Constituição em seu art. 141, § 12 que assegura o direito de LIVRE ASSOCIAÇÃO;

2 – A Lei proíbe expressamente (art. 14) a manifestação política dos estudantes. Proíbe, também, a greve – ‘é vedado incitar, promover ou apoiar ausências coletivas nos trabalhos escolares’. Cabe à Congregação da Faculdade a fiscalização dos Diretórios Acadêmicos.

3 – Prevê, também, a possibilidade de intervenção nos Diretórios Acadêmicos pela Congregação da Faculdade, extinguindo nossa autonomia.

4 - Para ser promovido não basta o aluno lograr aprovação nas provas, é necessário, também, ter votado.

5- A Lei extingue as representações estudantis secundárias. Nas escolas secundárias funcionarão Grêmios Estudantis, que serão supervisionados pelos diretores das escolas ou por professores por êles indicados.

ACADÊMICO | DEVES MANIFESTAR A TUA OPINIÃO SÔBRE A LEI 4464.

ELA RESTRINGE OS TEUS DIREITOS.⁶⁷

A nota foi amplamente divulgada na capital por meio de jornais. Findado o plebiscito, o resultado foi favorável à posição do CAXIF, e os estudantes em peso repudiaram a Lei Suplicy. No entanto, no mesmo período, os militares preparavam-se para mais um ataque aos estudantes: a definitiva destruição da União Nacional dos Estudantes (SARTOTI, 2017, p. 95).

⁶⁷ Arquivo Central da UFSC. Fundo Fechado da Faculdade de Direito. Cópias digitais cedidas por Rodrigo Sartoti.

No mesmo período em que tramitava o projeto de lei do Ministro Suplicy de Lacerda, estava em pauta no Congresso Nacional a proposta de extinção da UNE. A extinção foi aprovada em 4 de novembro de 1964, com a inserção do artigo 22 na Lei Suplicy, que revogava o Decreto-Lei 4105 de 1942, de modo que a UNE era, assim, legalmente extinta. A reação no meio estudantil foi instantânea, inclusive na Faculdade de Direito da UFSC. O CAXIF prontamente lançou Nota Oficial reiterando a inconstitucionalidade da lei, bem como o “passado de glórias da UNE à causa da emancipação nacional”. Na Nota, subscrita pelo presidente do Centro Acadêmico, João José Leal, e o secretário-geral, Mário Lange Santiago, o CAXIF externava seu protesto contra a lei que extinguiu a UNE e afirmava que “fechar a UNE é não confiar no estudante e desconfiar da juventude, é tomar o futuro” (SARTOTI, 2017, p. 95-96).

Todas essas ações de repressão e controle dos estudantes estavam relacionadas com uma “obsessão” dos novos governantes. Os estudantes eram considerados a ala mais radical dos movimentos sociais, mais até, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014), do que os movimentos camponeses da região Nordeste na mesma época. Isso significava uma pedra no sapato no projeto militar de “modernização autoritária” das instituições universitárias, projeto este que valorizava uma educação tecnicista e deveras acrítica, voltada para a entrada no mercado de trabalho. Os estudantes eram acusados de serem “corrompidos” pelos professores de esquerda. No entanto, Motta (2014) aponta que, muitas vezes, o contrário acontecia: estudantes de esquerda, muitas vezes radicais em suas posições, influenciavam diretamente as posições políticas dos professores. De qualquer forma, os estudantes não eram, e nunca foram passivos diante dos acontecimentos políticos locais, nacionais e internacionais (MOTTA, 2017, p. 62-65).

A Lei nº 4464/64 foi o primeiro dos decretos direcionados à repressão do movimento estudantil na ditadura, praticamente inaugurador de uma série de decretos que viriam nos anos seguintes, culminando, em 1969, no violento Decreto nº 477/69, que proibia, de forma ainda mais rígida e apoiada em legislação ainda mais repressora os estudantes de se organizarem de qualquer forma que fosse alheia aos ditames do regime e, finalmente, jogando pouco a pouco na clandestinidade todos aqueles que persistiram na resistência à ditadura (MOTTA, 2014, p. 148-154). O AI-5, que coibiu todas as atividades de livre expressão e associação, abriu caminho ao maior número de desaparecimentos, mortes e torturas desde o início desse regime.

Mesmo assim, até a outorga do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o movimento estudantil brasileiro travou intensas lutas pelos seus direitos, culminando, em 1968, em atos cada vez mais contundentes e radicalizados por todo o país, reflexo da “primavera estudantil” de 1968, período em que estudantes de todo o mundo mostraram sua face contestatória do *status quo* e que, no Brasil, foi alimentada sobretudo pela revolta em torno da morte do estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto, assassinado por um tiro de revólver de um policial militar no restaurante

Calabouço, no Rio de Janeiro, em 28 de março. Até onde puderam, os estudantes tentaram lutar pelas vias legais, o que os impediu foi a repressão (MOTTA, 2014, p. 95-99).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o princípio, a pretensão deste trabalho era a de contribuir, de alguma forma, para a historiografia catarinense sobre o movimento estudantil. Este estudo, no entanto, contém apenas um fragmento diante de tudo que ainda há a ser pesquisado sobre o tema. Durante a produção do TCC, deparei-me com questões importantes que precisavam ser investigadas, mas que, por diferentes motivos, não foi possível formulá-las pelos limites de um trabalho de conclusão de curso, mas que, no entanto, poderão ser objeto de continuidade deste estudo ou de outros pesquisadores.

São questões como: quais eram e como funcionavam as outras organizações e forças políticas “menores” que disputavam o movimento estudantil catarinense? Como era a disputa política travada nos Centros Acadêmicos de outras Faculdades para além do Direito? Como se deu, numa perspectiva de longa duração, a disputa entre os três grandes partidos (PSD, PTB e UDN) na política catarinense, e quais as suas visões políticas acerca da criação da UFSC? Qual era o motivo, fosse adesão ou resistência ao golpe, para que cada um dos nomes constados nas documentações da Comissão de Inquérito tivesse sido chamado a depor? E em outras comissões? Todas essas questões, também de fundamental importância, deverão ser abordadas por mais e mais novas gerações de historiadoras e historiadores com interesse na pesquisa desses temas.

A pergunta mais “barulhenta”, no entanto, deverá ser: e o que aconteceu depois? O movimento estudantil ainda seguiu, por alguns anos, na luta contra o regime e os seus representantes nas instituições de ensino. Em 1965, já no início do ano, os estudantes de todo o país sentiriam o peso da Lei Suplicy em sua plena aplicação, e precisaram lidar com a reorganização forçada de toda a sua estrutura para uma que era, pela força da lei, tutelada pelas reitorias e pelo MEC (POERNER, 2004, p. 25-28).

Nesse ano, a juventude catarinense foi às ruas contra “a invasão norte-americana à República Dominicana” e contra a ameaça de fechamento do Restaurante Universitário, que era “privado de recursos” federais. A repressão aumentava, também: mesmo sob a nova estrutura estudantil, ocorreram casos em que o próprio Departamento de Ordem Política e Social (DOPS, instituição que fazia parte da estrutura repressiva do Estado desde a década de 1920) “impediu a realização” das eleições de Centros Acadêmicos, chegando a confiscar urnas (SARTOTI, 2017, p. 274).

Em 1968, ainda mais ação: em meio às manifestações por conta da morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, o movimento estudantil florianopolitano organizou

uma “greve de três dias” e uma “passeata debaixo de chuva” que tinham, em suas reivindicações, uma miríade de temas: desde o fim da ditadura e da violência policial até o fim da intervenção militar dos Estados Unidos na América Latina.

Nesse mesmo ano, durante o 30º Congresso da UNE, organizado clandestinamente em Ibiúna-SP, a polícia invadiu de forma violenta o local e prendeu todos os mais de mil participantes - dentre eles 15 estudantes catarinenses (MARTINS, 2014, p. 276). Em 2018, na qualidade membro do DCE Luís Travassos pela gestão “Ainda Há Tempo” (2017-2018), tive a oportunidade de, junto a várias pessoas talentosas, prestar homenagem aos 15 estudantes catarinense que foram presos no evento. Ao fim da cerimônia, que contou com a presença de familiares e até de alguns homenageados, foi erguida uma placa de aço, com os nomes dos 15 militantes. A placa está localizada na frente da sede do DCE Luís Travassos da UFSC, virada para a entrada do mesmo.

Embora tenham saído muitas perguntas sem respostas deste trabalho, não quer dizer que não tenhamos encontrado, se não respostas, pelo menos “caminhos” para algumas conclusões. Para começar, as relações entre a Ação Popular e o PCB, as duas forças hegemônicas do movimento estudantil brasileiro na década de 1960, mostraram-se fundamentais para se compreender a dinâmica estudantil nacional: de um lado, os comunistas, relegados à clandestinidade pela maior parte de sua história, com as contradições que permearam o movimento comunista internacional no período e ainda enfrentando o anticomunismo da sociedade brasileira; de outro lado, a Ação Popular, fruto de uma ruptura de militantes progressistas vindos das Juventudes Católicas - ligadas à igreja - e que hegemonizou a política estudantil no Brasil, até a imposição da clandestinidade, em 1968.

Em Santa Catarina, esse cenário configurou-se ao redor de duas entidades: a UCE, entidade estadual que englobava todos os estudantes; e o CAXIF, entidade que, embora representasse apenas estudantes da Faculdade de Direito, tinha um peso elevado nas decisões políticas dos estudantes de Florianópolis e chegou, em diversos momentos a fazer oposição direta à União Catarinense de Estudantes nas disputas políticas. Nas décadas de 1950 até o início de 1960, as esquerdas católicas e os comunistas organizaram-se a partir desta divisão: por muito tempo, o Centro Acadêmico XI de Fevereiro seria hegemonizado pelos comunistas, enquanto as organizações Juventude Universitária Católica e Ação Popular hegemonizaram a UCE. Durante a década de 1960, no entanto, a AP conseguiu garantir a hegemonia das duas entidades.

Outro caminho para se seguir a esta pesquisa deverá ser o de discutir a figura de Henrique da Silva Fontes. O objetivo de apresentar as disputas pela criação da universidade

entre Ferreira Lima e Fontes não foi, em momento algum, para exaltar a figura de Fontes pura e simplesmente. Ao contrário, foi para iniciar a discussão sobre a relação entre os projetos políticos em volta da criação da UFSC e como estes foram disputados por representantes de dois grandes partidos políticos: a União Democrática Nacional (UDN, partido de Fontes) e o Partido Social Democrático (PSD, de Ferreira Lima) como uma expressão da disputa de poder em Florianópolis.

Os documentos referentes à Comissão de Inquérito foram todos usados, inicialmente, pela Comissão de Memória e Verdade da UFSC e foram selecionados dentre centenas de documentos de 1964 do Arquivo Central da UFSC, localizado no Córrego Grande, e constituem as fontes primárias desta pesquisa. Os documentos referentes às campanhas estudantis contra a Lei Suplicy, por sua vez, foram conseguidos por meio de pesquisa feita no acervo da UCE, que se encontra em sua sede na Rua Álvaro de Carvalho, no Centro de Florianópolis.

Embora não se tenha conseguido, sobretudo pelo tempo e outras limitações ligadas à produção de um TCC, encontrar e relacionar cada um dos nomes presentes na longa documentação da Comissão de Inquérito pesquisada neste texto, este trabalho merecerá futuras investigações - seja pela continuidade da pesquisa a partir de mim ou de outras pessoas interessadas em responder às tantas dúvidas que permanecem ao redor deste processo.

O golpe de 1964, resultado de trabalho de muito tempo e esforço de diferentes grupos e organizações ao longo da história da república, necessitou, como discutido no decorrer deste TCC, de grande participação civil para implantar a estrutura ditatorial. Nesse sentido, a Reitoria da UFSC, a partir de seu primeiro reitor João David Ferreira Lima e de outros que o sucederam, foi responsável pela repressão aos movimentos de oposição ao golpe que se organizavam a partir da estrutura universitária - dentre eles, o movimento estudantil. Antes de precisar da Lei Suplicy, o próprio reitor sugeriu, quase que paralelamente à movimentação militar que ocorria no Rio de Janeiro, a cassação da FEUSC, entidade que tinha a função de representante geral dos estudantes na Universidade. Alguns poucos meses depois, a reitoria iniciaria, sob comando do MEC, uma série de Comissões de Inquérito para “limpar” a instituição daqueles considerados “subversivos”, mesmo que suas ações tivessem sido anteriores ao golpe. Ferreira Lima ordenou, mesmo que afastado temporariamente da função de reitor, que uma série de nomes - inclusive de desafetos políticos - fossem investigados pelas forças de repressão.

Rodrigo Patto Sá Motta (2014), em seu livro “As universidades e o regime militar”, relatou diversos exemplos de universidades que promoveram ações de resistência, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Suas manifestações de franca oposição

ao golpe, muitas vezes feitas a partir da administração central, levaram a violentas represálias, que envolveram invasão policial, intervenção administrativa e até prisão de um reitor (MOTTA, 2014, p. 39-45).

Antes do aprofundamento desta pesquisa, eu havia formulado a seguinte pergunta: por que a UFSC, afinal, não foi citada? A resposta a esse questionamento ainda está sendo formulada e deve considerar o fato de que salvo manifestações estudantis, individuais ou de uma faculdade específica (como foi o caso da Faculdade de Direito que paralisou suas atividades por três dias), a administração central da UFSC, em expressiva maioria, aderiu ao golpe e beneficiou-se dele e da ditadura militar que se seguiu. Os princípios de aliança com os Estados Unidos por meio da USAID, o afastamento de desafetos políticos, a direção da Reforma Universitária, que ocorreria alguns anos depois e até, em 1967 e a nomeação de Ferreira Lima como presidente do Conselho de Reitores de Universidade Brasileiras (CRUB) (LIMA, 2000, p. 129-140) demonstram que a adesão aos ideais propagandeados pelos militares foi não apenas conjuntural, como também “orgânica” e garantiu ainda mais possibilidades de alavancagem na carreira do reitor que ficou dez anos nesse cargo na UFSC.

Espera-se, por fim, que este trabalho ajude a construir pesquisas futuras, como uma pequena contribuição para a história do movimento estudantil catarinense, florianopolitano e especialmente para a história dos estudantes ufsquianos. Esta pesquisa é, também, uma forma de agradecimento a tantos anos de luta ao lado do movimento estudantil da UFSC e do DCE Luís Travassos. Ainda há muito a ser contado, tanto sobre o que ocorreu no passado quanto sobre os possíveis elementos de continuidade das estruturas e da cultura política dos movimentos sociais, do Estado e da Universidade daquele período até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS E FONTES

Portarias e ofícios:

Abaixo-assinado dos estudantes

Comissão de Inquérito. **Relatório Geral**. Florianópolis: Reitoria, 18 jun. de 1964. Disponível na Divisão de Arquivo Central da UFSC.

Comissão de Inquérito. **Ofícios “Geral de investigações”**. Florianópolis: Reitoria, 1964, 154p. Disponível na Divisão de Arquivo Central da UFSC.

Nota convocatória de plebiscito acerca da Lei Suplicy. Florianópolis: Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF), 1964.

UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA. **Boletim informativo nº 4**. Florianópolis: USC, 1964. Disponível na Divisão de Arquivo Central da UFSC.

Legislação:

BRASIL. Junta militar em exercício da presidência da república. **Ato Institucional nº 1**. Brasília, DF: Presidência da República, 09 abr. 1964.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 4.464**. Brasília, DF: Presidência da República, 09 nov. 1964.

Bibliografia:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005, 423p.

AURAS, Marli. UFSC nos anos 1960: o longo reitorado de João David Ferreira Lima e a presença do Golpe civil-militar na instituição. In: COMISSÃO DE MEMÓRIA E VERDADE UFSC. **Relatório Final – Volume um**. Florianópolis: UFSC, 2018, 420p. Disponível em: <<https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/original/edada7bc0543da177722b82511ae93e8.pdf>>. Acesso em 06 de julho de 2021.

BAUER, Caroline. **Como será o passado? Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. São Paulo: Paco Editorial, 2017, 237p.

BECK, Ana Maria. Entrevista à Comissão de Memória e Verdade da UFSC. In: COMISSÃO DE MEMÓRIA E VERDADE UFSC. **Relatório Final – Volume dois**. Florianópolis: UFSC, 2018, p. 624-630. Disponível em: <<https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/original/1f84d77a01a04579447570c71bb33613.pdf>>. Acesso em: 07 de julho de 2021.

BRANCHER, Ana e LONH, Reinaldo (Org.). **HISTÓRIAS NA DITADURA: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: UFSC, 2014, 391p.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 246p.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011, 19p. Disponível em: <<http://10.0.217.128:8080/jspui/handle/tede/117>>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

ESPÍNDOLA, Célio. Texto de análise autoral do professor Célio Espíndola. In: COMISSÃO DE MEMÓRIA E VERDADE UFSC. **Relatório Final – Volume dois**. Florianópolis: UFSC, 2018, p. 703-763. Disponível em: <<https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/original/1f84d77a01a04579447570c71bb33613.pdf>>. Acesso em: 07 de julho de 2021.

FARIAS, Anna Carolina Monéia (Org.). **Carl Von Clausewitz**. Penápolis: FUNEPE, 2020, 74p. Disponível em: https://www.academia.edu/43334700/CARL_VON_CLAUSEWITZ. Acesso em: 14 de junho de 2021.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004, 391p.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 334p.

GAVIÃO, Fábio Pires. **A “esquerda católica” e a atuação da Ação Popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)**. Campinas: UNICAMP, 2007, 187p.

GOMES, Ângela Maria de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987, 79p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6595/785.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2021.

MATTOS, André de Rossi. **A ação da juventude comunista no movimento estudantil universitário brasileiro entre as décadas de 1920 e 1960**. São Paulo: UNESP, 2017, 7p.

MIRANDA, Nilmário. TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos na ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Boitempo Editorial, 2008, 694p.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MORETTI, Serenito. **Movimento estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 1984, 105 p.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. In: **Revista de história da FFLCH-USP, nº 138**, 1998, p. 93-105. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18845/20908>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 634p.

NETO, Sydenham Lourenço. **Entre Chapultepec e o Rio de Janeiro: o “problema argentino”, o Livro Azul e suas repercussões**. In: Revista Eletrônica da ANPHLAC. São Gonçalo: Nº 22, jan./jun., 2017, p. 231-257. Disponível em: <<https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/2699/2425>>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

PIROLA, Claudionor Lima. **O Golpe Militar de 1964 e sua preparação e repercussão em Criciúma**. In: Revista Santa Catarina em História - Florianópolis: UFSC, 1984, v.5, n.2, 2011, p. 31-44.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004, 324 p.

REINER, Margareth; SANTOS, Patrícia. O movimento estudantil catarinense e os anos pré-golpe de 64. In: DIAS, José Roberto de Souza (Org.). **Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe**. Petrópolis: Vozes, 1989.

RIDENTI, Marcelo. **O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo**. Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998.

RODRIGUES, Icles. A UFSC na década de 60: outras histórias... In: NECKEL, Roselane (Org.) & KÜCHLER, Alita Diana Corrêa. **UFSC 50 anos - trajetórias e desafios**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010, p. 17-60.

SÁ, Karolina Kneip de. **Ação Popular no Brasil: da JUC ao racha de 1968**. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2015.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 43p.

SILVA, Elizabeth Farias da; GADOTTI, Moacir. **Ontogenia de uma universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980)**. São Paulo, 2000. xv, 291 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/USP0966-T.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2021.